



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - DPCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PsiCC

Pandemia no Brasil, negacionismo e resistência: Quem sobreviverá?

O caso de Camalaú-PB

Kathia Priscila Pereira Neves

Orientadora: Maria Inês Gandolfo Conceição

Brasília – DF
2022



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - DPCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PsiCC

**Pandemia no Brasil, negacionismo e resistência: Quem sobreviverá?
O caso de Camalaú-PB**

Autora: Kathia Priscila Pereira Neves

Orientadora: Maria Inês Gandolfo Conceição

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília – IP/UnB

Brasília – DF

2022

Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília,
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Inês Gandolfo Conceição.

Banca Examinadora:

Dra^a Maria Inês Gandolfo Conceição
Universidade de Brasília
Presidente da Banca

Dra^a Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos
Universidade de Brasília
Membro da Banca

Dra^a. Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreiro
Universidade Federal Fluminense
Membro da Banca

Dr^o Pedro Henrique Antunes da Costa
Universidade de Brasília
Suplente da Banca

AGRADECIMENTOS

Nos últimos anos nossa subjetividade, nossos corpos, nosso ambiente, nossas relações e as nossas realidades passaram a ser permeadas por um evento mundial protagonizado por um ente invisível de efeitos concretos, ultrarreais e inexoráveis. Perdemos, sobrevivemos, resistimos, esperamos, aprendemos, sofremos e seguimos. Quando concebi o mestrado foi em outro contorno, influenciada pelas experiências de outra vida. Meu olhar estava nas questões dos sujeitos que atendia no âmbito clínico. Mas depois de tudo que foi vivido durante a pandemia, não poderia seguir sem alterar a rota, ignorando tudo o que aconteceu. Então pesquisar sobre COVID-19, política e Camalaú - PB (terra originária da minha família), se mostrou mais coerente com os meus anseios. Muitas vezes desistir foi uma opção, porque outras urgências alardeavam minha mente. Mas, graças às pessoas aqui citadas, este projeto se tornou fato.

Ana Cristina Castro seu apoio diário e incentivo constante para continuar nessa jornada até o final, mesmo depois de todas as perdas e angústias, me deu a energia que eu precisava. O seu cuidado minucioso e amoroso me amparou todas as vezes que eu hesitei. Obrigada por nunca soltar minha mão e por toda paciência. O que temos é o que tenho de mais precioso. É uma força vital e aqui as palavras se esgotam por serem incapazes de expressar o que sinto por você. Que os atos digam por si e se eu falhar por eles, que eu continue me aprimorando na sutil arte de te amar.

Acileide Cristiane Coelho, você foi de longe o melhor presente e a herança mais bonita e importante que o programa de pós-graduação me proporcionou. Nunca tinha vivido uma amizade tão leve e nutritiva em minha vida. Confesso que me angustia reconhecer que nunca me sentirei satisfeita com a minha retribuição e nutrição a essa relação, porque sempre

vou achar que você merece mais e melhor. Mas pra variar, você me acalma sempre, até mesmo agora, me dizendo que sou boa o bastante (consigo ouvir sua voz na minha cabeça nesse momento). Posso afirmar sem dúvida alguma que essa pesquisa só aconteceu por sua causa. Sua orientação, sua amizade, me enxergar com os seus olhos, foi essencial para que esse projeto e para que a pesquisadora que estou tentando aprender a ser não fossem vitimados pelo esgotamento que essa pandemia me deixou de herança.

Professora Inês, muito obrigada pelas oportunidades e aprendizados nessa trajetória. A disciplina de Psicodrama que ministrei sustentada pela sua confiança plena em mim, me proporcionou a experiência de autoconhecimento e aprendizado coletivo mais intensa que já vivi. Foi sísmico e assustador e por isso, incrível. Você não segurou minha mão, você me disse: “Vai! Você consegue, se joga.”

Participantes de Camalaú, muito obrigada por tirarem tempo e se engajarem em contribuir com essa pesquisa. Não cumprimos com tudo que foi planejado no projeto. Não conseguimos um encontro em grupo, mas, em cada presença individual nas entrevistas a grupalidade estava entre nós, sentida e narrada. Fizemos tudo que foi possível, em meio ao enfrentamento das ondas de contágio e desenvolvimento de atos de resistência à crise sanitária e seus desdobramentos. Tem sido um privilégio acompanhar os atos criativos que têm sido co-construídos e implementados de forma alegre e esperançosa. Cada passo que deram foi no ritmo do forró que tanto amam.

Pandemia no Brasil, negacionismo e resistência: Quem sobreviverá?

O caso de Camalaú-PB

RESUMO

Os desafios enfrentados diante da pandemia por COVID-19 são bem conhecidos: sistema público de saúde em colapso; óbitos; estado social de enlutamento e medo do contágio; disputas ideológicas sobre o que fazer ou não para sobreviver. As formas de resistência e adaptação construídas pelas coletividades em todo o mundo são inegáveis, como podemos ver pela diversidade de vacinas, estratégias e protocolos de prevenção da saúde física, psicológica, financeira e social. Histórias de comunidades, até mesmo de países, que têm sobrevivido pelo respeito à coletividade e à ciência são muitas. Contudo, no Brasil vivemos uma realidade pandêmica marcada pelo negacionismo sociopolítico ao manejá-la. Por isso, a questão: Quem sobreviverá? Um município do Nordeste, em meio aos “Brasis”, tem demonstrado atos de sobrevivência. Diante dessa realidade, esta pesquisa objetivou analisar as estratégias de enfrentamento e as ações coletivas de Camalaú-PB e as dificuldades que emergiram da vivência da pandemia pela COVID-19. Para isso, foi realizado um estudo de caso que seguiu os princípios da abordagem qualitativa, reflexividade e interpretação. O percurso lógico seguido foi: Observar pelas "janelas virtuais": sondagem das redes institucionais virtuais (*Instagram*) de domínio público do município e entrevistas semiestruturadas com contato presencial e/ou remoto com os agentes e atores sociais do município (total de nove entrevistas), com foco na vinculação e no mapeamento da rede e

construção da rede intersetorial, com base nos dados discursivos dos participantes e em um olhar sociométrico das narrativas de cada integrante da rede sobre com quem puderam contar no momento de crise. Os dados narrativos foram codificados através do *software* MAXQDA (2022) e analisados tematicamente (Braun & Clarke, 2006). Os resultados foram processados socionomicamente (Moreno, 1992; 1997) correlacionando com os entendimentos das teorias de redes (Almeida, 2015; Milanese, 2012; Rovere, 1999). Em respeito a complexidade do estudo de caso a pesquisa propõe diálogos com: o conceito de necropolítica (Mbembe, 2017), a ótica marxista (Costa & Mendes, 2020) e com outros teóricos que enxergam o fazer comunitário e social sob outros prismas como pela decolonialidade (Santos, 2020) e psicossociologia (Carreteiro, 2020). Com esta pesquisa foi possível ter contato com os impactos sociais (saúde, cultura, economia e mal-estar social) da vivência pandêmica, em contexto de negacionismo, por um povo do Cariri nordestino, que de bom grado apresentou suas vias de resistência pela potência da rede, revelando uma história que merece ser contada.

Palavras-chave: Pandemia Brasil, Covid-19, negacionismo, resistência, Socionomia, Camalaú-PB

ABSTRACT

The challenges faced by the COVID-19 pandemic are well known: the public health system is collapsing; Deaths; social state of bereavement and fear of contagion; ideological disputes about what to do or not to survive. The forms of resistance and adaptation built by communities around the world are undeniable, as we can see from the diversity of vaccines, strategies and protocols for the prevention of physical, psychological, financial and social health. Stories of communities, even countries, that have survived out of respect for collectivity and science are many. However, in Brazil we are experiencing a pandemic reality marked by sociopolitical denialism when managing it. Hence the question: Who will survive? A municipality in the Northeast, in the midst of the “Brazils”, has demonstrated acts of survival. Given this reality, this research aimed to analyze the coping strategies and collective actions of Camalaú-PB and the difficulties that emerged from the experience of the pandemic by COVID-19. For this, a case study was carried out that followed the principles of qualitative approach, reflexivity and interpretation. The logical path followed was: Observing through the "virtual windows": survey of virtual institutional networks (Instagram) in the public domain of the municipality and semi-structured interviews with face-to-face and/or remote contact with agents and social actors in the municipality (total of nine interviews) , focusing on linking and mapping the network and building the intersectoral network, based on the discursive data of the participants and on a sociometric view of the narratives of each member of the network about who they could count on in the moment of crisis. Narrative data were coded using the MAXQDA software (2022) and thematically analyzed (Braun & Clarke, 2006). The results were sociometrically processed (Moreno, 1992; 1997) correlating with understandings of network theories (Almeida, 2015; Milanese, 2012; Rovere, 1999). Regarding the complexity of the case study, the research proposes dialogues with: the concept of necropolitics (Mbembe, 2017), the Marxist perspective (Costa & Mendes, 2020) and with other theorists who see the community and

social action under other prisms, such as the decoloniality (Santos, 2020) and psychosociology (Carreteiro, 2020). With this research, it was possible to have contact with the social impacts (health, culture, economy and social unrest) of the pandemic experience, in a context of denialism, by a people from northeastern Cariri, who willingly presented their ways of resistance by the power network, revealing a story that deserves to be told.

Keywords: Pandemic Brazil, Covid-19, denialism, resistance, Socionomy, Camalaú-PB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União

AI 5 – AI 5 - Ato Institucional n. 5

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

CEF – Caixa Econômica Federal

CEPEDISA - Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CGU – Controladoria Geral da União

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

C4NE – Comitê Científico de Combate ao Coronavírus

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNN – *Cable News Network*, que em português significa Rede de Notícias a Cabo

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conorf – Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COVID-19 – ***CO*rona *VI*rus *D*isease 2019**

DF – Distrito Federal

DPCL – Departamento de Psicologia Clínica

ENSP/Fiocruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

EUA – Estados Unidos da América

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

G1-MA – *Globo News* Maranhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura

IP – Instituto de Psicologia

MAXQDA – Maximizar a análise qualitativa de dados

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PB – Paraíba

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPG PsiCC – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

RNA – Ácido Ribonucléico

SARS-coV-2 – Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICAMP – Universidade de Campinas

UBS - Unidade Básica de Saúde

UnB – Universidade de Brasília

UOL – Universo Online

USP – Universidade de São Paulo

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1. Linha do tempo sobre falas relacionadas à contrariedade do Governo Federal frente à decisão do STF em dar competência aos governadores e prefeitos para decidirem sobre as medidas sanitárias CEPEDISA (2021).....	49
TABELA 2. Linha do tempo sobre movimentos das instituições públicas em defesa dos direitos básicos em estado de exceção CEPEDISA (2021)	51
TABELA 3. Linha do tempo sobre ações políticas para se eximir de cuidar dos interesses dos indígenas versus ações das instituições democráticas para impedir negligências com esses povos CEPEDISA (2021)	55
TABELA 4. Tipologia das redes	69
TABELA 5. Funções das Secretarias da Prefeitura de Camalaú.....	89
TABELA 6. Informações sobre os participantes.....	97
TABELA 7. Fases da Análise temática.....	101
TABELA 8. Síntese dos resultados da análise temática... ..	104
FIGURA 1. Mapa da rede de Camalaú no enfrentamento à Covid-19	107

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

ANEXO B - Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa

ANEXO C - Roteiro para Entrevista Semi Estruturada

ANEXO D - Parecer do Comitê de Ética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - Do que é feita uma pandemia?26

1.1 COVID-19 - O protagonista invisível de roupa escarlate26

1.2 Vida cifrada - O poder necropolítico..... 37

CAPÍTULO II - Quando o povo está em queda livre a rede que ampara?...64

2.1 De que rede estamos falando?.....70

2.2 Articulação de redes e estratégias para enfrentar a pandemia.....76

CAPÍTULO III - MÉTODO82

3.1 Camalaú - Não troco o meu “oxente” pelo “ok” de ninguém!

..... 82

3.2 Objetivo Geral 92

3.3 Objetivos Específicos92

3.4 Abordagem Qualitativa 93

3.5 Coleta e análise de dados 94

CAPÍTULO IV - Quem sobreviverá? - Resultado e Discussão.....103

4.1 De ponto em Ponto se faz a renda: Saberes que movem a lógica e as interseções da rede 105

4.2 Só o real é contraditório: Eventos importantes para o desenvolvimento da pandemia no município 113

4.3 Não sei. Só sei que foi assim: Dificuldades e enfrentamentos em rede126

CAPÍTULO V - Considerações finais167

REFERÊNCIAS169

ANEXOS176

1. INTRODUÇÃO

Estamos atravessando uma crise respiratória e uma guerra humanitária e civilizatória. Por outro lado, o mundo vai revelando também sua face da coletividade e ternura. Enquanto não existe remédio, a solidariedade é o que cura. (Xakriabá, 2020, p. 385).

De acordo com a linha do tempo da pandemia fornecida por instituições de monitoramento e divulgação científica (Sanar Saúde, 2020), em 28 de janeiro de 2020 a OMS admitiu que o risco de epidemia no mundo era alto. No dia 26 de fevereiro de 2020 surge o primeiro caso confirmado em São Paulo. Segundo o primeiro relatório do Comitê Científico de epidemiologia do Consórcio Nordeste (2020), em janeiro já havia casos confirmados no Ceará. No dia 6 de março de 2020 foi confirmado o primeiro caso na Bahia, seguido de Alagoas e Pernambuco. Em todos esses casos tratava-se de pessoas que haviam retornado recentemente da Itália. Em 24 de março de 2020 o vírus foi registrado nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Como bem sabemos, desde o início da propagação internacional e nacional, a postura do Estado brasileiro mostrou-se inconsistente e contrário às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às pesquisas científicas e estratégias aprendidas, testadas e recomendadas por outros países. O negacionismo teve início como forma de reagir aos alertas para adotar medidas sanitárias, econômicas e sociais que impedissem a propagação, nos fazendo perder tempo e oportunidades de manejo

adequado. Essa postura político-sanitária contribuiu para que perdêssemos, até o momento da escrita deste trabalho, mais de 650 mil vidas brasileiras.

O foco do Estado ainda se mantém na mecânica econômica, pela manutenção do fluxo das engrenagens do trabalho estratificado, com a finalidade de mais valia, e aumento do consumo, respondendo aos imperativos ultraliberais que estruturam a lógica de governo, cuja crença central é: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. As ações adotadas e as soluções divulgadas na mídia pela propaganda governista foram de: “imunização de rebanho”; “tratamento precoce” por meio do uso de medicações que não possuem comprovação científica para sua divulgação e distribuição pelo poder público; incentivo inapropriado e irresponsável da manutenção do fluxo de trabalho para não prejudicar a economia e, por fim, a guerra à ciência, por ser ela a responsável pelas evidências antagônicas às orientações do Governo. Essas ações permeiam uma gestão de caráter catastrófico do plano de contenção do vírus e de suas novas cepas e do programa de vacinação, ocorrendo a passos lentos e tortuosos. Não à toa foi instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as “Ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Brasil”.

Diante da relutância na adoção de ações efetivas do Governo Federal, o Brasil assistiu a uma proliferação de iniciativas pontuais protagonizadas pelos governadores de seus diferentes estados, os quais se lançaram autonomamente na adoção de medidas de distanciamento social, *lockdown*, compras de equipamentos hospitalares, demanda por vacinas, etc. Alguns estados tiveram mais impactos econômicos do que outros, por motivo de jogo político permeado por discordâncias ideológicas; discordâncias de qual protocolo adotar pensando nos impactos econômicos; ser preterido ou contemplado pelas benéfcies federais; uso da situação pandêmica como estratégia eleitoral; toda essa lógica compôs o

seguinte paradoxo: mesmo com a adoção dos protocolos sanitários, renegados pelo Governo Federal, os estados o fizeram em nome da manutenção das “coisas”, pelo fluxo econômico em detrimento das necessidades sociais para preservação da vida. Ou seja, não foi uma mobilização altruísta pelas vidas a serem protegidas e por isso os atos estaduais tiveram baixo potencial de impacto nas demandas sociais para a sobrevivência. É notório que os estados do Norte e do Nordeste foram negligenciados pelo Governo Federal no quesito investimentos e repasses emergenciais, gerando muitas mortes. E por isso, com toda ambivalência apresentada é válido ressaltar neste trabalho a mobilização realizada pelo Consórcio Nordeste¹ que passou a orientar as ações e medidas de enfrentamento na região nordeste à crise sanitária, afinal, mesmo com intento político econômico, gerou impactos significativos para a sobrevivência das vidas nordestinas.

A região nordeste é composta por nove estados e 1793 municípios e aproximadamente povoada por 53 milhões de habitantes. Representa 27% da população brasileira e nas estatísticas da pandemia apresenta cerca de um terço de todos os contágios (34%) e dos óbitos (32%) (Kerr et al. 2020). Convém lembrar que na eleição presidencial de 2018, o presidente eleito recebeu o mais baixo percentual de votos dessa região. Não é segredo que o presidente, seus apoiadores políticos e o seu eleitorado cativo, em declarações públicas, demonstraram opiniões xenofóbicas em relação ao povo nordestino. O site “Aos fatos” (<https://www.aosfatos.org/>) traz os eventos contextualizados, as falas classificadas

¹ O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) é uma autarquia interestadual brasileira formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, todos localizados na Região Nordeste do Brasil. O consórcio público tem o propósito de promover o desenvolvimento sustentável e integrado na referida região, possibilitando conjuntamente a realização de compras públicas e a implementação integrada de políticas públicas, incluindo prestação de serviços públicos, como nas áreas de educação, comunicação, saúde, infraestrutura e segurança pública.

como preconceituosas, distorcidas ou falsas do presidente, checadas antes de atestar veracidade, dentre as quais há inúmeras referências a narrativas de conteúdo xenofóbico contra os nordestinos, o que reforça o preconceito regional no Brasil por uma figura de poder. O jornal Correio Popular (2019) trouxe falas do presidente e posturas de rechaço contra os governadores nordestinos, informando medidas tais como a diminuição do crédito da União concedido ao Nordeste pela Caixa Econômica Federal (CEF), da qual até julho de 2019, os estados receberam 2,2% do total de novos empréstimos, percentual este menor do que os 21,6% recebidos em 2018. O presidente alegou que a diminuição dos financiamentos se deve à alta inadimplência dos municípios nordestinos, ignorando os dados do Tesouro Nacional que provam que não há diferenças regionais nos débitos e nem impedimento legal para os repasses. Em evento na Bahia em agosto de 2019, conforme registrado pelo Correio Popular, o presidente disse: "O que eu quero desses respectivos governadores: não vou negar nada para esses Estados, mas se eles quiserem realmente que isso tudo seja atendido, eles vão ter que falar que estão trabalhando com o presidente Jair Bolsonaro" (Bolsonaro, 2019, p.1), condicionando o repasse de verba à aliança política, afinal, segundo ele, "Eu não posso admitir que governadores como o do Maranhão e da Paraíba façam politicalha no tocante à minha pessoa." Apesar do presidente negar ter criticado os gestores estaduais, que são da oposição, ele assume no mesmo encontro: "Eu cochichei no ouvido do ministro Onyx Lorenzoni [da Casa Civil] e me referi ao governador da Paraíba e do Maranhão, que eles procuram os nossos ministérios, conseguem coisas como outros, mas chegam em seus respectivos Estados e descem a 'burduna' em cima de mim". A conversa cochichada, gravada sem que o político se apercebe-se, foi captada por microfones da TV Brasil e nela ele critica o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), com a seguinte fala: "Daqueles governadores de 'paraíba', o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada para esse cara". A

fala preconceituosa é uma franca demonstração de total desconhecimento geográfico do presidente sobre o seu país e dispensa comentários. Vale ressaltar que me ative aos eventos relacionados ao nordeste, contudo, em capítulo posterior, onde abordado a necropolítica aponto que a diminuição de repasse de verbas da União para investimentos em saúde ocorreu em todo o país, sendo que, para o norte e nordeste, a diminuição foi ainda mais significativa.

No norte e nordeste encontramos os estados com os piores índices de contágio e mortalidade, devido à inconsistência do plano de intervenção pandêmica do governo federal e dos problemas históricos de distribuição de renda e de negligência em programas sociais.

A situação só não foi pior devido à mobilização de alguns estados dessas regiões em encontrar estratégias para manejar a crise sanitária. Diante de tamanha desassistência, da costumeira exclusão dos programas nacionais de desenvolvimento e da falta de políticas públicas efetivas de controle da pandemia, o povo nordestino acabou por compor uma rede de desenvolvimento sustentável, que em muito tem contribuído para a sobrevivência do povo nordestino. Como resposta de resistência, o Consórcio Nordeste² foi criado em 2019 com a finalidade central de gestão pública visando a construir pactos de governança, por ser em sua complexidade: instrumento jurídico, político, econômico e de integração dos nove estados da região Nordeste do Brasil, com foco no crescimento sustentável e solidário neste momento de grandes desafios. Busca de forma colaborativa o desenvolvimento e o fortalecimento regional e melhoria da prestação dos serviços públicos, dos programas sociais e a promoção dos direitos do povo nordestino, pelo galgar da justiça e inclusão social e econômica (Clementino, 2019).

² Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste criado com base na Lei nº 11.107/2005 (lei dos consórcios públicos).

O que está em jogo é uma ameaça (desmonte) do ensaio social-desenvolvimentista e sua “tradução” no espaço regional. Recentemente, iniciou-se uma inflexão ultraliberal no país e alterou-se de maneira radical a correlação de forças que vinha se constituindo no interior do bloco de poder, na direção e no controle mais efetivo por parte das forças conservadoras, deixando mais distante a esperança de redução dos desequilíbrios regionais no Brasil. (p.170).

A iniciativa dos governadores nordestinos numa associação em consórcio demonstra as dificuldades em estabelecer um projeto para a região com base nas diretrizes do Governo Federal. O Consórcio Nordeste está ancorado: na existência de uma identidade regional solidamente construída; em uma crise econômica e política no país, forçando saídas conjuntas de gestão governamental sustentável pelas lideranças políticas regionais; interesses de bloco político-partidário em oposição à governança federal vigente; em um discurso técnico presente em instituições de fomento ao desenvolvimento como a Sudene e o Banco do Nordeste; em um fundo constitucional com a finalidade específica de promoção do desenvolvimento; e na especialização inteligente, gerando lideranças políticas articuladas em torno de arranjos institucionais de gestão pública, como o Fórum dos Governadores e, agora, o Consórcio Nordeste (Clementino, 2019).

Com a pandemia, o foco das cobranças e das ações criadas pelo Consórcio Nordeste foi no provimento de insumos e equipamentos, da força de trabalho, de políticas públicas como a extensão do Programa Mais Médicos, das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo para criar linhas de ação específicas voltadas para o enfrentamento da pandemia. Um dos feitos mais significativos foi a criação de um Comitê Científico de alto nível em março de 2020, que ofereceu ao Nordeste e a todo o Brasil um exemplo de que “a ciência de ponta foi incorporada ao arsenal de combate da pandemia de COVID-19 por um grupo de

gestores públicos, gerando um raio de esperança para todos os brasileiros que discordaram frontalmente da atitude negacionista, incompetente e irresponsável adotada pelo governo federal durante toda a pandemia de COVID-19” (Sanchez et al., 2022, p.26) O Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4NE) tem a missão de reunir informações para orientar e articular as ações dos estados e municípios combatendo a pandemia de forma integrada. Esse comitê foi inicialmente coordenado pelo médico e neurocientista Miguel Nicolelis e pelo físico Sérgio Machado Rezende, ex-ministro da Ciência e Tecnologia. O C4NE é composto por representantes de todos os estados da região e assessorado por cientistas e médicos de outras regiões do país e do exterior.

A nível municipal, temos o exemplo de Camalaú (PB) que vem adotando estratégias e ações para o enfrentamento e gestão, no intuito de sobreviver ao momento pandêmico. Esta pesquisa procurou identificar, analisar e compartilhar alguns frames desses processos e vias de enfrentamento para entender como se dão as lógicas grupais de resistência à crise político-sanitária. Para responder aos objetivos da pesquisa foram realizadas entrevistas com os principais atores do municipal de Camalaú, as quais foram transcritas e analisadas tematicamente com base nas referências teóricas da Socionomia (Moreno, 1992) e entendimentos das teorias de redes (Almeida, 2015; Milanese, 2012). Visando uma leitura que respeite a complexidade do estudo de caso ao longo do referencial teórico há diálogos com o conceito de necropolítica (Mbembe, 2017), a ótica marxista (Costa & Mendes, 2020) e com outros teóricos que enxergam o fazer comunitário e social sob outros prismas como pela decolonialidade (Santos, 2020) e psicossociologia (Carreteiro, 2020).

Moreno (1992) reconhece a sociedade humana como uma poderosa realidade com leis e ordenações próprias, a qual, por meio da Sociometria, é possível compreendê-la e transformá-la, com a participação daqueles que a compõem e assim gerar bem-estar para

todos. A proposta moreniana dialoga em complementaridade com a teoria de redes. O conceito de comunidade e das formas de análise desta que a teoria de redes traz é essencial para este estudo. Milanese (2012) conceitua comunidade como sendo um conjunto de pessoas em um território, em suas relações e fundamentadas em crenças e normas sociais que medeiam essas relações. Esses elementos formam, então, uma rede social. O território em que essa rede é constituída tem por características um espaço geográfico, uma ou mais linguagens, processos organizativos, funções sociais, conflitos, interesses e cultura. Como aponta Sluzki (1997), as relações que compõem uma rede social podem adquirir diversas funções, tais como companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços, acesso a novos contatos e podem ser delimitadas a determinadas áreas de convivência, como ambiente de trabalho, família, amigos, comunidade. Milanese (2012) denomina essa rede social ampla, composta de todas essas relações pessoais, de rede subjetiva, e denomina de rede operativa aquela composta de relações que se articulam em um contexto de ações de atenção e cuidado. Portanto, quando se fala em rede operativa, está se falando em uma rede cujas articulações têm intencionalidade. Almeida (2015) sintetiza os objetivos das teorias de redes sociais:

Compreender os fenômenos sociais de interação, vinculação e comunicação entre pessoas ou instituições – atores – a partir de uma análise dos padrões de interação, dos fatores que influenciam essas interações, do contexto em que elas estão inseridas e das diferentes dinâmicas que podem surgir. Um conjunto de interações e de troca de informações entre diferentes atores (que podem ser pessoas ou instituições) delimitado em determinado contexto social é uma rede. (p.42).

Em capítulo específico abordarei mais a fundo a confluência das redes aqui

apresentadas na composição da rede intersetorial, compreendida neste trabalho como sendo a que detém características necessárias para amparar as comunidades e suas vulnerabilidades, principalmente em momentos de exceção. Uma característica inerente ao pensamento e método Moreniano e a Teoria de Redes é a complexidade, afinal, o foco são as complexas sociodinâmicas. As relações humanas já se mostraram permeadas por fenômenos de contornos fluidos e diversos. A teoria da complexidade de Edgar Morin (1990) critica o conhecimento advindo de um método de fragmentação da realidade, que isola o objeto de todo o universo de complexidades que o envolve, pois ignora a diferença enxergando apenas a unidade ou ignora a unidade enxergando apenas as diferenças. Tal simplificação do pensamento leva à compreensão equivocada da realidade, tem a pretensão de neutralidade e ignora a relação entre o objeto observado e o observador. Segundo Morin (2011), há um descompasso entre os saberes desunidos, compartimentados e as realidades cada vez mais transversais, multidimensionais. Em contraponto a essa forma de compreensão está a complexidade. Essa teoria busca apreender o fenômeno em seus mais diversos ângulos, com os mais diversos olhares. Contempla suas ordens e desordem inerentes. Pode-se dizer que a complexidade é a compreensão da desordem da realidade. Apreender a desordem não significa ignorar elementos de ordem e de certeza, significa utilizar tais elementos ciente de que o conhecimento advindo é parcial e só será real se for somado à desordem, se for imerso no contexto inerente ao fenômeno observado.

Pesquisar com essa ótica impede uma apropriação da realidade, colonizando-a por categorias e vieses nos quais a realidade compartilhada não se encerra. É inevitável o seu transbordar, que por conveniência e anseio de objetivar e por pragmatismo, muitas vezes é entendido como mera apara que deve ser negada. Santos (2020), um dos teóricos mais relevantes da teoria crítica decolonial, traz que a pandemia:

confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de a aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que pensamos ou sentimos sobre ela. Teorizar ou escrever sobre ela é pôr as nossas categorias e a nossa linguagem à beira do abismo. Como diria André Gide, é conceber a sociedade contemporânea e a sua cultura dominante em modo de *mise en abyme*. Os intelectuais são os que mais deviam temer esta situação. Tal como aconteceu com os políticos, os intelectuais também deixaram, em geral, de mediar entre as ideologias e as necessidades e as aspirações dos cidadãos comuns. Medeiavam entre si, entre as suas pequenas-grandes divergências ideológicas. Escrevem sobre o mundo, mas não com o mundo. (p.13).

E complementa trazendo o conceito de “Intelectual de retaguarda” (Santos, 2020, p. 14) que deve se basear no conhecimento, nas necessidades e aspirações dos cidadãos comuns componentes da realidade pesquisada, para que eles não se vejam indefesos diante daqueles que se colocam como portadores da capacidade de compreendê-los. Para evitar tal descolamento, voltemos ao entendimento do contexto político que permeia este estudo para apresentar outro conceito relevante à proposição de pesquisa, por ser necessário para o entendimento da postura negacionista referida no título.

Na contramão da perspectiva governista, Carreteiro (2020), com a participação de cientistas brasileiros, incluindo indígenas, argentinos e franceses, compôs um compilado de artigos trazendo olhares críticos decoloniais e pela perspectiva da complexidade sobre o fenômeno devastador que tem sido a pandemia em diversos setores sociais e o que se tem co-construído para sobrevivermos a ela. Ela traz a metáfora da janela, como alusão ao lugar de contemplação, observação e ação criativa que passamos a aderir em meio ao isolamento

social, que de maneira necessária, bloqueou nossas portas. “As janelas, nessa perspectiva, também significam a abertura, o desvelamento do olhar atento para mundos invisíveis, para outros com pouca visibilidade e, ainda, para outros bem visíveis.” (Carreteiro et al., 2020, p.17). Identifiquei-me com a metáfora, afinal, de janelas reais e virtuais tenho observado o manejo político exposto anteriormente, as formas de superação social que comunidades e municípios, antes invisíveis a mim, têm adotado. E foi assim que das minhas janelas, como parte do povo afetado, passei a acionar o meu papel de pesquisadora, notando que:

[...] as pessoas buscaram compreender o que estava ocorrendo, reagiram coletivamente, reforçaram os vínculos existentes, criaram outros, se conduziram de modo não previsto, adotando comportamentos novos que não haviam pensado antes. [...] provar constantemente a inventividade e não se deixar abater, nem deixar de fazer novos questionamentos. Eles mostraram continuamente o que há de mais essencial no ser humano: resistir à adversidade, pensar de modo inovador, propor, se possível, soluções aos problemas e provas constantes a coragem. (Carreteiro, 2020, p.13).

As ações e memórias, frutos da criação coletiva, ao longo da pandemia, muitas vezes não valorizadas pela sociedade majoritária, têm se mostrado fonte de riqueza em seus saberes e meios de sobrevivência. Por isso, vale enfatizar que:

[...] a partir dela, podemos relacionar aprendizados, acumular e potencializar redes e experiências de solidariedade e, assim, incrementar reflexões, reforçar e reinventar lutas por conquistas de direitos, dignificação e ressignificação da vida e do mundo. Em um quadro catastrófico de pandemia, antecedido pela pior crise econômica em

décadas, por retrocessos nas esferas políticas e sociais, entre outras e, por um cenário ainda mais agravado por uma gestão autocrática, desordenada, inconsistente e inconsequente da pandemia (Ventura, 2020), incentivar a participação, relembrar debates e revalorizar saberes construídos ao longo de batalhas coletivas pode ser não apenas necessário, mas indispensável. (Junqueira & Prado, 2020, p.203).

E da minha janela virtual tive acesso às informações relacionadas ao manejo político brasileiro da pandemia. Observei e agreguei ao meu dia a dia as formas inventivas que as pessoas apresentavam por saída ou manejo resignado das demandas advindas de viver neste estado de exceção. E “esperando na janela” notei através das postagens de alguns familiares que um município do interior da Paraíba, muito familiar a mim, terra das minhas origens paterna e materna, estava sobrevivendo, por um fazer coletivo e cooperativo e isso me deu esperança. Acompanhei a página oficial da prefeitura de Camalaú-PB no *Instagram* para acompanhar mais atentamente o trabalho realizado. Como plateia, observei o árduo e eficaz trabalho realizado, assim como os momentos de incoerência, o que me inspirou a propor, pela pesquisa científica, via tão respeitada pelo corpo político e comunitário do município, um espaço de compartilhamento da experiência de enfrentamento destes. Diante de um país agreste, sufocado por tantas mortes, sendo algumas delas de amigos(as), conhecidos(as) e familiares meus, ver que entes queridos estavam sobrevivendo a aridez pandêmica, por um fazer político humanizado e comunitário, meu olhar se viu diante de atos criativos advindos do medo. Por isso, a proposta desse trabalho foi o contato com Camalaú-PB, em aprendendo com eles, trazer refrigério nesse momento de desamparo social. Alinho-me com a síntese de Junqueira e Prado (2020) que diz que para construirmos a linha do tempo do que estamos vivendo, aprendendo com essa temporalidade, e

intervirmos criativamente nos fenômenos é preciso:

... a revalorização da construção conjunta de saberes partilhados, bem como o questionamento, a redefinição e o abandono de conceitos e disposições, relações de poder, classificações e práticas geradoras de opressão e sofrimento. (p. 203).

Antes de pesquisadora sou uma cidadã brasileira que viveu a pandemia, que sofreu os impactos diretos dela, de diversas formas. E em busca de entendimento, de formas de sobrevivência e de esperança, acabei me reconectando com as minhas origens e aprendendo com as vias criativas de sobrevivência advindas de situações e contextos paradoxos, permeados pelo negacionismo, pelo medo e pelas potências que emergem da coletividade, especialmente, a que se apresentou para mim pelos camalauenses. É uma dissertação que conta uma história que merece ser contada, que traz análises teóricas e que é permeada pela carga afetiva emocional de uma mulher, aprendiz do papel de pesquisadora, que redescobriu as bases da própria identidade e que em meio ao medo, entendeu que atos criativos podem emergir.

CAPÍTULO I - Do que é feita uma pandemia?

1.1 COVID-19 - O protagonista invisível de roupa escarlate

Para que um fenômeno seja pandêmico é necessário o surgimento de um protagonista, cuja aparição dá-se normalmente de forma invisível e sorrateira, camuflada em sinais já conhecidos pelo entendimento humano. Sem alardear no início, o protagonista se fortalece, se espalha e se revela de forma impactante, para surpresa daqueles que ignoram

sua chegada, achando que já haviam dominado o mundo. Neste capítulo falarei sobre o **como** do surgimento do vírus, **o que é** o vírus COVID-19 e **quem ele é**, com o intuito de correlacionar esses pontos com a condução política e social que foi realizada a nível federal e no município de Camalaú.

Nos últimos três anos (2019-2022), aqui incluí o tempo que o protagonista demorou para ter sua presença oficializada, vivemos o espetáculo lúgubre e mórbido da pandemia por COVID-19. Esta pesquisa é uma dentre milhares que se debruçam em entender um frame da execução desta peça. Por isso, nada mais justo do que iniciar falando sobre o seu protagonista: o vírus. Em sua invisibilidade tem marcado e traumatizado em diversos níveis a humanidade. Se mostra concreto em sua roupagem, composta gradualmente de tom escarlate do sangue de milhões de pessoas no mundo que morreram com o seu toque. Muitos procuraram resignação justificando sua atuação como sendo uma forma de a humanidade aprender lições e evoluir, construir um novo normal, uma realidade diferente. Mas o que vemos são outros milhões experienciando sequelas diversas como: morte social, fome, luto, transtornos mentais, adoecimentos decorrentes dos efeitos inflamatórios do vírus, desemprego, guerra e desesperança (Sturmberg et al., 2021).

A depender do nível de entendimento e cientificidade do interlocutor as explicações sobre o **COMO** o vírus surgiu são muitas e distintas. Apesar dessa diversidade algumas narrativas se mostraram dominantes. Sturmberg et al. (2021) aborda as histórias preponderantes que foram contadas sobre a Pandemia de COVID-19 e os perigos de uma narrativa simplista para o entendimento de um fenômeno tão complexo. Segundo o trabalho supracitado, três narrativas foram predominantemente divulgadas e permeiam muitas das ações ou falta de ações dos representantes políticos ao redor do mundo. A primeira diz do entendimento de que o vírus é altamente contagioso e letal, além de ser inteligente, capaz de

criar uma diversidade de variantes, aprimorando seu coeficiente de contágio e com isso, demandando estratégias utilizadas em outras pandemias e uso de tecnologias para o enfrentamento desta. A segunda narrativa dominante apresentada por Sturmberg et al. (2021) é baseada na economia. Duas versões serviram de embasamento para ações sociopolíticas e sanitárias. Países como o EUA e o Brasil, guardadas suas diferenças, propagaram a narrativa de proteção das engrenagens econômicas, defendendo a ideia de que a COVID-19 não passa de uma gripe, não justificando as medidas sanitárias restritivas e os prejuízos econômicos. A segunda versão foi adotada, por exemplo, por países da Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia. Cabendo aqui mencionar o manejo em respeito a vida que foi realizado por países como a China, Vietnã, Cuba (mesmo com o bloqueio), dentre outros. A segunda versão entende que com as medidas sanitárias necessárias sendo rigidamente aplicadas, até que haja a diminuição do contágio e da letalidade, a segurança nacional é salvaguardada e com isso as pessoas, a economia e a governança são preservadas.

Sturmberg et al. (2021) diz que a terceira narrativa de alta relevância é constituída de histórias de tratamentos, de vias terapêuticas e medicamentosas milagrosas (nesse escopo temos a hidroxicloroquina, azitromicina e o vermífugo ivermectina)³ com o potencial de combater ou evitar o vírus e até mesmo encerrar a pandemia. Nessa categoria se encaixa a crença de que na medida que todos são vacinados, ou seja, não reste nenhuma pessoa sem imunização, a vida pode voltar à normalidade, o que pode levar ao equívoco do afrouxamento das medidas sanitárias e de dos programas de investimento em saúde como foco em prevenção e promoção.

Sturmberg et al. (2021) apontam os perigos de entendimentos unilaterais, binários e simplistas sobre um fenômeno muito complexo e com camadas que se sobrepõem. Alerta

³ Componentes do que foi nomeado e divulgado para a população como KIT COVID.

que uma gestão estruturada no pensamento sistêmico é de suma importância para contemplar toda a complexidade do fenômeno. Contudo, não foi o que aconteceu em grande parte dos países. Em uma configuração de verdades parciais, protagonistas importantes como organizações sociais e ambientais não têm espaço de exposição da narrativa sobre o trabalho que realizam. Inimigos públicos emergem das justificativas xenofóbicas, por exemplo, a China por ter sido o foco inicial de propagação do vírus. A história única foi utilizada como referência gerando impedimentos para a apreciação das interdependências entre o vírus, a pandemia, seus cuidados agudos, a gestão da saúde pública, seus aspectos políticos e econômicos e seus impactos. A COVID-19 foi apresentada como uma doença excepcional, totalmente nova, apesar da ciência identificar rapidamente sua relação com distúrbios do sistema imunológico já conhecidos, possibilitando intervenções politicamente motivadas. No que tange às condutas médicas observamos programas de promoção de saúde pública sub financiados, até mesmo inexistente em alguns países. Manter o foco em números absolutos de infecções e mortes, sem apresentar uma interpretação contextualizada contribuiu para gerar mal-estar na população e respostas políticas por vezes socialmente prejudiciais. As *fake news* foram responsáveis por teorias da conspiração, como as que defendem a criação em laboratório da cepa viral servindo ao intento de disseminação comunista - em referência a China - visando provocar a quebra da hegemonia econômica capitalista.

Uma narrativa contra hegemônica e por isso, desvalida, por muitos governos, como o foi no Brasil, traz o entendimento de que o vírus tenha encontrado a oportunidade biológica necessária para o seu surgimento, aberta pelo aquecimento global e um estilo predatório de vida econômica, marcada por exploração da natureza, produção a qualquer custo e consumismo desenfreado. (Birman, 2020; Santos, 2020). Seguindo a importância do pensamento crítico e complexo, Birman (2020) apresenta uma leitura baseada na premissa

da complexidade de Edgar Morin, em respeito às multifaces do fenômeno, trazendo assim o entendimento biológico, ecológico, social e psicológico. Ao abordar o vírus, ressalta que a descoberta dessa entidade material biológica portadora apenas de RNA, é relativamente recente, decorrente dos esforços da ciência em compreender e sobreviver às pandemias virais que emergiram na primeira metade do século XX. Segundo o autor, é fato conhecido que existe uma relação direta entre o surgimento de entidades infecciosas e o desequilíbrio do ecossistema provocado pela ação predatória desenfreada do homem, surgindo uma brecha biológica para as mutações virais e sua disseminação em escala endêmica e pandêmica.

evidentemente a destruição dos biomas que provocam não apenas a transformação de temperaturas do planeta, com a produção correlata de cataclismos naturais repetidos, mas também a migração de vírus, que vivem em seus nichos de forma adaptada em tais biomas, para outros espaços sociais e principalmente urbanos, provocando então, em consequência, novas epidemias e pandemias. (Birman, 2020, p.24).

Santos (2020) compreende a quebra da sustentabilidade como uma das causas da oportunidade de aparecimento do protagonista aqui esmiuçado. Ele acrescenta um fato histórico interessante: a queda do Muro de Berlim, que dividia os poderes em socialismo e capitalismo. Em sua reflexão crítica, contribuindo para o entendimento dos eventos hodiernos, aponta que antes da queda ocorria um debate político sobre as alternativas ao capitalismo e as consequências nocivas desse modo econômico, sem que houvesse a proposição automática do socialismo soviético como a saída. As discussões giravam em torno de uma agenda de:

[...] debate de alternativas econômicas, sociais, políticas e culturais que apontavam para horizontes pós capitalistas, modelos de desenvolvimento, de vida e de sociedade que atenuariam a agressão cada vez mais intensa à natureza induzida pelo capitalismo e tudo o que ele envolve. A grande maioria de tais alternativas nada tinha que ver com as soluções que vigoravam do outro lado do Muro de Berlim (o socialismo soviético), mas a simples existência destas legitimava que se discutissem outras alternativas. Nisto consistia a articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios. (Santos, 2020, p.31).

Com a queda do Muro de Berlim houve o esvanecimento dessa articulação. Por consequência, segue a síntese muito bem colocada pelo autor:

Os debates políticos passaram a cingir-se à gestão das soluções propostas ou impostas pela (des)ordem capitalista vigente, e os debates civilizatórios, na medida em que continuaram, passaram a ocorrer fora dos processos políticos. Esta separação foi fatal porque, com ela, as sociedades deixaram de poder pensar em alternativas de vida que tornassem menos provável a ocorrência de fenômenos como o aquecimento global, os desastres ditos naturais, a perda da biodiversidade, a ocorrência cada vez mais frequente de acontecimentos meteorológicos extremos (tsunamis, ciclones, inundações, secas, subida do nível do mar decorrente do degelo dos glaciares), e, em resultado de tudo isso, a maior ocorrência de epidemias e de pandemias cada vez mais globais e letais. (Santos, 2020, p.32).

Esse arrefecimento de debates e ações gerou e tem consolidado a lógica de consumo predatório da natureza e as consequências de tal ato de posse. Caldas (2021) descreve:

Pesquisa da OMS associa o desmatamento e a fragmentação de matas nativas com doenças infecciosas emergentes. Um exemplo é o ebola, na África, epidemia causada pela proximidade entre humanos e primatas selvagens portadores do vírus. Em 2003, a Sars, surgida na China, foi descrita como a primeira epidemia grave do século 21. Segundo a revista médica britânica *The Lancet*, uma lição ensinada pela Sars é que doenças infecciosas recentes podem ter ligação com a crise de extinção da biodiversidade – cerca de 1 milhão de espécies estão em risco de desaparecer. Três espécies apontadas como hospedeiras da Sars, o civeta (*Paguma larvata*), o cão-guaxinim (*Nyctereutes procyonoides*) e o texugo-furão chinês (*Melogale moschata*), estão entre os animais vendidos pelos traficantes chineses da vida selvagem. A abertura de estradas em meio a florestas é uma via perigosa para a introdução e disseminação de patógenos. (p. 4-5).

Agora que me parece clara a argumentação que explica a brecha biológica que construímos pelo modo de vida capitalista⁴, podemos falar sobre O QUE é este protagonista. Após a aceitação da presença do vírus, inicialmente na China, iniciou-se uma investigação minuciosa sobre sua formação. De acordo com as características do seu genoma, constatou-se que este pertence à linhagem do beta-coronavírus 2b, recebendo por isso o

⁴“A humanidade ainda não entendeu o quanto a natureza preservada é vital para manter nossa saúde em ordem”, diz Kopenawa. Ele está certo. Saúde não é estar livre de doenças. É um estado amplo, em que o meio ambiente, o bem-estar físico, mental e social estão em equilíbrio.” (Caldas, 2021)

nome SARS-coV-2. Logo em seguida, o Comitê Internacional de Taxonomia Viral alertou que o novo coronavírus possuía um potencial similar ao seu antecessor, em provocar síndromes respiratórias severas. Ressaltou o alto percentual pandêmico por conta do elevado grau de contágio. Com o passar dos dias, ficou nítido que os tratamentos antivirais eram insuficientes e que outros métodos de controle da propagação da doença deveriam ser adotados. O vírus começou a apresentar um padrão: febre alta, tosse, perda do olfato e/ou paladar, e evolução, muitas vezes grave dos sintomas inflamatórios sistêmicos, levando muitos ao óbito. Idosos e pessoas com comorbidades como diabetes e hipertensão ou com problemas imunológicos, se tornaram os alvos mais vulneráveis e com maior taxa de mortalidade (Hu et al., 2020).

Na medida em que o vírus avança na realidade concreta e compartilhada, adentra o mundo simbólico, associa a si o medo e a morte, deixando de ser apenas uma entidade biológica invisível, tornando-se concretamente em personagem, adquirindo os contornos de QUEM. Com isso, “A pandemia é uma alegoria. O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causadas por um inimigo invisível.” (Santos, 2020, p.10). Como lidar com a concretude dos ataques desse inimigo?

O método que foi adotado novamente por sua eficácia em endemias e pandemias anteriores foi o dispositivo da peste (Birman, 2020). Esse dispositivo foi implantado nos séculos XVI e XVII em países europeus como resposta às endemias da época que ceifaram muitas vidas. Tal método sanitário foi empregado no Ocidente até o século XXI, em diversas crises sanitárias. O conceito de dispositivo da peste foi cunhado por Michel Foucault (1974, citado em Birman, 2020, p.57); esse dispositivo adota o seguinte mecanismo sanitário: exclusão por inclusão em uma proposta sanitária, que consiste em quarentena e isolamento

em casa, paralisando a mobilidade social com fins de evitar o contágio em massa. Com isso, institui-se o controle cotidiano da circulação social e assim a governabilidade médica do espaço público. Foi nos moldes desse dispositivo que a vigilância sanitária e o discurso epidemiológico ocidental se configuraram.

Na contramão da proposta de intervenção para o impedimento do avanço do vírus, o governo brasileiro adotou o isolamento vertical, na qual, para proteger a economia, a recomendação política seria isolar as pessoas vulneráveis (idosos e sujeitos com comorbidades), liberando todos os que não se encaixavam nesse critério, para que os processos de trabalho continuassem em sua operação normal. Como esses sujeitos ficariam mais expostos, pegariam o vírus sem desencadear maiores problemas e assim a população alcançaria a imunidade de rebanho⁵, freando o crescimento da pandemia e evitando novos surtos. Tal diretriz foi instituída nas primeiras semanas de março de 2020 pela Holanda e Reino Unido e foi promovida por Donald Trump em 23 de março de 2020, ganhando ressonância quase que imediata no Brasil, mais precisamente em 25 de março (Biernath, 2020).

⁵ “O conceito de imunidade de rebanho consiste na diminuição/redução da propagação de um vírus em uma determinada população devido ao grau da imunidade existente em uma proporção X (geralmente 60 a 67% da população), o que reduz a chance do vírus infectar/encontrar indivíduos susceptíveis. Pode ser didaticamente interpretado como uma “barreira espacial”, com a redução gradual da probabilidade de ser transmitido a indivíduos suscetíveis em uma população e pode ser induzida de forma natural, por disseminação da doença na população, ou por imunização por vacina e o vírus acaba por ter a transmissão significativamente diminuída e tende a desaparecer ou a causar números endêmicos não alarmantes. Alguns autores sugerem inclusive que taxas de 10 a 40% da população infectada seriam suficientes para proporcionar a imunidade de rebanho” (Anderson et al., 2020; Fontanet & Cauchemez, 2020; Frederiksen et al., 2020; Vignesh et al., 2020; Ruppel et al., 2021; Sridhar & Gurdasani, 2021 apud Duarte, 2021)

Em 16 de março de 2020, o *Imperial College London* apresentou uma ampla pesquisa sobre o impacto das medidas não-farmacológicas como estratégia de redução da mortalidade pelo vírus. Em síntese o estudo traz duas principais estratégias: a mitigação - isolamento vertical e a supressão - isolamento horizontal (geral), e as consequências possíveis de cada uma. Os resultados do estudo apontaram que a supressão seria a melhor saída para evitar o colapso dos sistemas de saúde, diminuição da taxa de mortalidade e a retomada mais rápida da economia. Em respeito ao posicionamento científico, o Reino Unido e a Holanda voltaram atrás. Contudo, a Itália manteve-se resistente e, com isso, serviu de exemplo para o mundo do que não fazer, mostrando as consequências trágicas de uma postura negacionista. Todavia, mesmo após os alertas dados pelas comunidades científicas e as consequências na Itália e em outros países, os EUA de Donald Trump e o Brasil de Bolsonaro se mantiveram resolutos na estratégia que mais lhes convinha ideologicamente, manter a mitigação para preservar a economia, como se as cifras fossem o próprio oxigênio necessário para a sobrevivência.

Segundo as fontes apresentadas por Biernath (2020), no Brasil há mais de 14 milhões de diabéticos, sendo que, metade deles não são diagnosticados; uma entre quatro pessoas no Brasil tem hipertensão arterial; 20% sofrem de asma e 10% da população brasileira convive com doença pulmonar obstrutiva crônica. Nota-se que o ponto da conveniência ideológica de uma política específica não incluiu a realidade do povo brasileiro. Mortes poderiam ter sido evitadas. Werneck et al. (2021) apresentam uma leitura significativa do que seriam mortes evitáveis e excesso de mortalidade. Morte evitável é um conceito cunhado na década de 1970 e é entendido de acordo com diversas acepções, com variabilidade de compreensão justificada pelas maneiras de entender o processo saúde-doença e do que envolve os cuidados assistenciais para se evitar a mortalidade. Atualmente, “as mortes evitáveis foram

subdivididas em: evitáveis pelas políticas públicas de alcance populacional e as evitáveis pelas ações e serviços de saúde; e ainda se admite subcategorias como aquelas evitáveis por mudanças de estilo de vida.” (Werneck et al., 2021, p. 6). O excesso de mortalidade diz do coeficiente de mortes acima do esperado para um período e uma região, segundo o registro histórico de mortalidade. No Brasil, “o excesso de morte ao longo dos primeiros 12 meses de pandemia, a partir da semana subsequente à ocorrência do primeiro óbito de Covid-19 confirmado no país (12/03/2020), foi de cerca de 305 mil mortes.” (Werneck et al., 2021, p.10). Os autores não afirmam que todas essas mortes poderiam ser evitadas, tendo em vista, que nenhuma medida preventiva e nenhum tratamento é 100% eficaz. Contudo, apresentam estudos que mostram que um número considerável delas eram evitáveis se as medidas públicas fossem adotadas em consonância com as estratégias sanitárias e de saúde pública:

O artigo da *Nature* analisou dados de seis países e concluiu que o uso combinado e ampliado de medidas não farmacológicas reduziu a transmissão de SARS-CoV-2 entre 15% a 38% por dia, evitando cerca de 54 a 65 milhões de casos confirmados de Covid-19 nesses países apenas nos primeiros três meses da pandemia. Nesse período, os países estudados tinham relatado menos de 500 mil casos confirmados, isto é, o uso das medidas restritivas reduziu em cerca de 100 vezes o número de casos que poderiam ter ocorrido.[...] Já o artigo da *Science* coletou dados de 41 países e conclui que a proibição de agrupamentos de mais de dez pessoas associado ao fechamento de serviços não essenciais, escolas e universidades e recomendações de “ficar em casa” podem reduzir a transmissão em cerca de 75% (redução do número de reprodução da infecção básico – R_0 – de 3,3 para 0,8), promovendo um impacto substancial na evolução da pandemia. (Werneck et al., 2021, p.18).

O mesmo estudo da *Science* aponta que se o Brasil tivesse adotado as medidas com rigidez e amplitude, 40% do excesso de mortalidade apresentado acima teria sido evitado, ou seja, 120 mil vidas seriam poupadas. Se essa conta fosse refeita no tempo presente, o número seria ainda mais assustador.

Mas como se dá o combate a este ente invisível de concretude escarlate na ausência de vacinas e medicações? Com a adoção de protocolos que priorizam a vida como: medidas de vigilância epidemiológica (ampla testagem, isolamento e rastreamento, quarentena); medidas não farmacológicas como uso de máscaras, higienização adequada e distanciamento físico; e preparação do sistema de saúde que responda de forma rápida e adequada à demanda (recursos humanos treinados, leitos, ampliação de UTI, medicamentos de suporte, oxigênio e ventiladores mecânicos), quebrando assim a transmissão comunitária e evitando mortes por falta de suporte adequado. Com o surgimento de diversas vacinas, contar com o provimento pelo Estado dos insumos necessários e programas de aplicação, cumprindo com o dever constitucional de investimentos na saúde coletiva e com a conscientização da população para aceitar tal intervenção, muitas vidas ainda estariam aqui. Como bem sabemos o negacionismo impediu a execução desses atos de resistência coletiva na amplitude recomendada. O que é mais assombroso, a fonte do negacionismo parte da instância soberana do Brasil. O direito à vida foi ferido em nível genocida. Por quê? O próximo tópico é um convite a aprofundar na densidade dos fatos.

1.2 Vidas cifradas - O poder necropolítico

Quanto vale uma vida no mercado financeiro brasileiro? Depende. De que vida estamos falando? Negra, indígena, branca, de um empresário ou de um desempregado? É

jovem e produtivo ou um idoso aposentado que precisa do SUS? Depende da seguinte relação diretamente proporcional: quanto mais essa vida gerar combustão para manter o fogo do capital forte e as engrenagens econômicas em pleno funcionamento, maior o valor agregado ao uso dessa vida, mesmo que o resultado final seja sua morte. Na sociopolítica brasileira quem tem autorização para matar? Todo aquele detentor do poder capital com intencionalidade de manutenção das estruturas de dominação social e exploração do trabalho. Todo aquele que em nome da Soberania decidir pelo próprio bem eliminar os excedentes (Mbembe, 2016). Durante a pandemia sofremos de forma concreta com o cumprimento dessa lógica. Muitos têm acreditado e divulgado que a pandemia se mostrou democrática⁶. Nesse sentido é mister colocar uma perspectiva crítica apresentando a constituição histórica sociopolítica e econômica do Brasil. Para tanto seguirei as seguintes premissas apontadas por Costa e Mendes (2021, p. 89, *grifo meu*): “um vírus apenas se torna pandêmico em uma determinada concretude histórica. Nesse sentido, sua letalidade diz também do sociometabolismo no qual se espraia” e de que no “capitalismo brasileiro, desde sua gênese colonial escravocrata, a morte possui papel central.”

O Sociometabolismo Brasileiro teve origem no colonialismo extrativista e exploratório da força de trabalho dos povos originários (índios) e afrodiáspóricos (negros escravizados), dos seus territórios, dos seus corpos e das riquezas naturais, visando a nutrir os anseios eurocêntricos. Darcy Ribeiro (2006 citado em Costa e Mendes, 2021, p.92) cunha a expressão “moinho de gastar gente”. Nesses moinhos de trabalho incessante, os corpos,

⁶Santos diz que “O surto viral pulveriza o senso comum e evapora a segurança de um dia para o outro. Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo.” (2020, p .7)

com sua energia e funcionalidades, eram a força motriz de todo um sistema de expropriação e dominação. Sujeitos objetificados pela política de dominação e catequese cristã se tornavam geradores de mais valia plena, pelo mecanismo da escravidão, em que somente os produtos do seu trabalho eram exaltados, sendo que, a eles não pertencia sequer a própria vida e liberdade. O desgaste que levaria à morte precoce daqueles corpos era aceito sem problema algum, afinal, a disponibilidade de peças de reposição era vasta. Diante dessa base socioeconômica coadunada com a classificação que Costa e Mendes (2021) fizeram do Brasil, como sendo permeado pelo capitalismo dependente, constituído por colonialidade e com o conceito de superexploração da força de trabalho como fundamento da dependência, sendo a forma como a burguesia brasileira compensa a transferência de valor para as economias capitalistas internacionais hegemônicas e a manutenção das suas fortunas e do seu estrato social no Brasil.

Desde os primórdios da expropriação do Brasil pela mão de obra escravizada dos índios e negros, a morte se mostra como força de dominação e de produção. É autorizada a atingir determinadas etnias, classes e setores sociais até os dias de hoje, muitas vezes, ganhando grandes proporções para ser compatível com a grandiosidade do lucro. Costa e Mendes (2021) complementam que as epidemias serviram e muito a esse sistema genocida. A associação delas com as condições degradantes de vida dos escravos, e no período industrial do proletariado, contribuiu para o aumento do potencial de letalidade e de impactos que perpetuam a subjugação e manutenção do lugar social de outros.

Segundo Viotti da Costa, (2010, citado em Costa e Mendes, 2021, p. 93), no ano de 1855, no auge da epidemia de cólera-morbo, o governo "decretou a quarentena de escravos provindos de lugares suspeitos de infestação, chegando mesmo a proibir expressamente a sua entrada". A diferença desse contexto para o atual é que as pessoas

contaminadas no início da pandemia eram das classes mais abastadas e provinham sobretudo da Europa. Com isso, não foram obrigadas a fazer quarentena ou proibidas de adentrar o país. Muito pelo contrário, ao chegarem ainda receberam o melhor tratamento médico disponível.

Atualmente temos no governo Bolsonarista elementos claros do neocolonialismo com a submissão às potências estrangeiras, principalmente aos EUA e do seu molde neoliberalista. Somos representados por um político que adentrou o poder sem projeto de governança ao povo brasileiro. Cumpre tão somente com as políticas de desmonte estatal, como reza a cartilha neoliberal. Desarticulou grande parte das políticas públicas para o desenvolvimento e proteção social; seus tecnocratas trouxeram de volta as privatizações e contrarreformas, dilapidando os direitos dos trabalhadores para benefício do enriquecimento dos empresários e investidores, muitos deles estrangeiros. Com essas desarticulações e desmontes é possível a aplicação da superexploração da força de trabalho assalariado, com diminuição da qualidade de vida dos sujeitos. Tem flexibilizado e facilitado as ações de desmatamento e etnocídio, com o argumento “patriota” de fortalecimento do crescimento econômico predatório, mantendo a lógica colonial de envio de matéria prima e produtos de primeira linha advindos do agronegócio e demais riquezas naturais para aqueles a quem servem. Mas e o lema do governo: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”? Palavras entendidas fora do contexto e desprendidas dos atos contraem alto grau de periculosidade, pois germinam até mesmo na consciência de quem será prejudicado e/ou deixado à margem. Costa e Mendes (2021) construíram uma síntese digna de ser citada na íntegra:

Não por acaso, vemos no “nacionalismo” retórico do presente governo, sua essência intensificada de subordinação ao capital-imperialista e aos Estados Unidos, em especial. No Brasil acima de tudo, slogan do governo Bolsonaro, o Deus-Capital e,

novamente, no plano geopolítico, os Estados Unidos acima de todos.

À continuidade desse progresso-regressivo sintetizado na fraseologia Brasil acima de tudo (cujo conteúdo expressa os Estados Unidos acima de nós), se acresce um Deus acima de todos, que possui dupla faceta: o Deus-Capital, conforme sinalizado, e o Deus-neopentecostal, da ética neoliberal e teologia da prosperidade, expresso numa ideologia mercantil, individualista e meritocrática que forja e aprisiona indivíduos e subjetividades. (p.82).

Esse lema traz organicidade e estratégia de agremiação popular aos intentos governamentais, posto que o faz lançando mão de uma mensagem paradoxal ao povo. Ao fundir o discurso neopentecostal ao discurso neoliberal possibilitou às vinculações lumpens, conceito marxista retomado por Costa e Mendes (2021) que caracteriza frações da classe trabalhadora mais subalternizadas e aos aspirantes a burguesia que seduzidas pela “abertura” ilusória em compartilhar o poder e ou serem contempladas por ele, passam a atentar contra a sua própria condição ao aceitar compor o grupo de “todos” aqueles sobre os quais os colonizadores do Brasil estão acima.

Esmiuçar esse panorama ajudará na compreensão mais profunda da alta incidência e letalidade da COVID-19 em nosso país. A postura política diante da pandemia, antes mesmo da ocorrência desta de fato e após sua constatação, fez a diferença entre a vida e a morte de milhares de brasileiros. Conforme ressaltado nos parágrafos anteriores, o Brasil em sua subjugação neocolonial aos EUA, seguiu os discursos e as posturas do presidente Trump, tanto no tom de desvalia e de minimização da doença, dos fatos científicos e protocolos sanitários, como no conteúdo inverídico das narrativas de mobilização da população para que esta se mantivesse focada na proteção da economia. Birman (2020) apresenta como a

polarização política permeou essa dinâmica. O autor menciona um relatório pormenorizado apresentado pelo presidente Obama, no final do mandato, ao presidente eleito Donald Trump. Nele constava a informação de que havia um risco iminente de uma pandemia com efeitos catastróficos sobre a vida e a sociedade. Tal informação foi ignorada. Em 2019 o Sistema de Segurança do governo estadunidense, responsável por fazer prospecções sobre a saúde, apresentou vários relatórios oficiais sinalizando os riscos para a saúde da sociedade devido a iminência de uma grande e grave pandemia em escala global. Também foram ignorados. O próprio presidente Trump assumiu em entrevistas que sabia da gravidade da doença e da pandemia, mas justificou sua postura negacionista pelo imperativo econômico baseado no jargão *America first*. Por óbvio a consequência em termos gerais foi:

No que concerne a isso, não se pode esquecer que as estatísticas da pandemia nos Estados Unidos colocam o país na primeira posição no mundo, considerando os registros dos números de casos e de óbitos, seguido pelo Brasil, na competição negativa da mortificação internacional. (Birman, 2020, p.36).

No decorrer da pandemia os EUA e o Brasil passaram a dominar as piores estatísticas relacionadas à mortalidade e problemas sociais, tendo que encarar que aqueles países que priorizaram a vida vêm se recuperando economicamente mais rápido, colocando em cheque a justificativa dada pela gerência tecnocrata, de que seguir as medidas sanitárias e científicas geraria danos profundos na economia.

O Fundo Monetário Internacional, numa publicação recente, caucionou francamente esse ponto de vista, informando que os países que respeitaram o imperativo da vida e os pressupostos do discurso da ciência estariam recuperando mais rapidamente

suas economias do que aqueles que assumiram uma posição contrária. Além disso, o mesmo ocorreu no Brasil, segundo os especialistas, na medida em que estados e regiões que respeitaram com mais presteza os interditos sanitários estariam recuperando com mais rapidez as suas atividades econômicas do que aqueles que seguiram a trilha oposta. (Birman, 2020, p. 33).

Então se por trás do discurso negacionista não estava uma preocupação genuína com a sobrevivência da economia para o povo e pelas necessidades do povo, o que motivou as ações políticas e econômicas que foram responsáveis por tantas mortes? Retomando todo o entendimento já exposto de que a política brasileira sempre foi permeada pela ascensão de uns em detrimento e morte de outros, o conceito de necropolítica é um excelente candidato para responder a esta pergunta. Ressalto que o conceito de necropolítica advém de uma análise da contemporaneidade, o intento não é dizer que a necropolítica, em sua proposição conceitual (Mbembe, 2016), ocorre desde a colonização, mas sim, tecer correlação do que foi apresentado historicamente com o condução política atual, ainda marcada pela morte como preço a se pagar pela ascensão econômica (similaridade), guardando as diferenças existentes entre os contornos e as articulações entre os sistemas políticos vivenciados em cada época.

A concepção Necropolítica de Mbembe (2016) advém do conceito de Biopoder Foucaultiano e de uma visão crítica. Mbembe contrapõem o conceito de Biopoder com o de necropoder e tece a correlação com as noções de soberania e estado de exceção.

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a

soberania é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (Mbembe, 2016, p. 456).

A soberania, em grande parte das vezes, é compreendida pela ótica das teorias normativas da democracia e a razão é o conceito central. Sua compreensão pelo discurso filosófico moderno é:

[...] a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais. Esses homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. Isso, nos é dito, é o que a diferencia da guerra. [...] nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. O exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual. (Mbembe, 2016, p. 457).

Contudo, existem entendimentos que levam a formas de soberania cujo projeto central se pauta não na razão, mas em categorias fundadoras de vida e morte. Por essa vertente - “Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto.” (Mbembe, 2016, p. 468). A máxima “Bandido bom, é bandido morto” é um dos princípios propagados pelos governistas, assim como, ser crítico do governo é análogo a ser um bandido corruptor dos bons costumes e comunista que ameaça a segurança econômica e social. Nota-se por essa narrativa que quando uma das ferramentas de poder da soberania é a morte, existe o movimento de

construção de uma “noção ficcional do inimigo” (Mbembe, 2016, p.460). O estado de sítio (estado de inimidade) e estado de exceção (suspensão de direitos democráticos por situação extraordinária) trazem em si os parâmetros normativos para as vias de fato. “... uma nova sensibilidade cultural emerge, na qual matar o inimigo do Estado é uma extensão do jogo político. Aparecem formas de crueldade mais íntimas, sinistras e tranquilas” (Mbembe, 2016, p. 462). O Governo Federal tem adotado uma narrativa negacionista da COVID-19, mesmo com a morte de milhões de pessoas no mundo todo. É como se a COVID-19 fosse uma cortina de fumaça utilizada pelo inimigo - todo aquele que tenta seguir o pressuposto da vida pelos protocolos sanitários - para colocar deliberadamente em risco a sagrada economia. Tal postura pode assim ser adjetivada com base nos discursos e nas ações anti-isolamento social, anti-vacina, com oferta de tratamentos precoces sem comprovação científica e a manutenção da saúde econômica como prioridade. Mbembe (2017) tem razão factual quando diz: “Talvez mais do que de diferença, o nosso tempo seja sobretudo o da fantasia da separação e até do extermínio.” (p.66).

Seguindo uma lógica necropolítica, o Governo Federal propôs como medida sanitária o isolamento vertical que é baseado no “Dispositivo da Lepra”. Birman (2020) traz essa característica da conduta governamental retomando que ela serve bem às condutas neoliberais, de negação da ciência e as crenças neopentecostais. Relembrando ao(a) leitor(a), a lepra foi uma doença “tratada” com o exílio das pessoas em lugares ermos e com a proibição expressa, com base na lei divina, nos mandamentos bíblicos, de tentativa de convívio por parte das pessoas infectadas, tidas como impuras e pecaminosas, e por isso deveriam ser condenadas à morte em vida e a morte social. Até há algumas décadas atrás este guia teológico era seguido⁷ e até os dias de hoje há preconceito com a doença.

⁷ “Segundo Michel Foucault, na obra História da loucura na Idade Clássica, o dispositivo da lepra foi

Hodiernamente tal prática evoca consequências genocidas por provocar morte social e de fato. A ordem propagada em nosso país, principalmente pelas posturas e falas negacionistas e neoliberais do presidente, foi: - fique em casa quem é suscetível ou fraco para aguentar o vírus - premissa do isolamento vertical. A responsabilidade disso é de cada um; os demais, voltem à vida normal, trabalhem e defendam a economia (neoliberalismo). Seguem dois exemplos que corroboram essa sugestão sintética do imperativo presidencial: fala aos profissionais rurais que continuaram trabalhando durante a pandemia: “Parabéns a vocês que afirmam que não se mostraram frouxos na hora da angústia, como diz aqui a passagem bíblica” (CEPEDISA, 2021, p. 23) e trecho de um discurso no Palácio do Planalto:

Lamento as mortes, mas é a realidade. Todo mundo vai morrer aqui. Não vai sobrar nenhum aqui. (...) E se morrer no meio do campo, urubu vai comer ainda. (...) Pra que levar o terror junto ao povo? Todo mundo vai morrer. Quem tiver uma idade avançada e for fraco, se contrair o vírus, vai ter dificuldade. Quem tem doenças, comorbidades, também vai ter dificuldades. Esse pessoal que tem que ser isolado pela família, o Estado não tem como zelar por todo mundo não. (2021, p. 13).

O projeto do Estado brasileiro implica em um sistema de saúde fragilizado por anos de neoliberalismo, com falta de equipamentos, de profissionais em condições de trabalho precárias, aguçando a letalidade da COVID-19. Esse cenário agrava-se com contrarreformas neoliberais que impossibilitam a classe trabalhadora de fazer isolamento social, descaso com as mortes da população idosa, que têm as maiores taxas de mortalidade,

configurado no fim da Idade Média, quando a totalidade dos leprosos era expelida para a periferia e para o exterior das cidades, para eliminar, assim, o risco de contaminação daqueles que se mantiveram saudáveis e preservados do contágio.” (Birman, 2020, p. 56)

o que se mostra conveniente por ser a população que mais “onera” o capital em termos de direitos previdenciários, surgindo a possibilidade de uma reforma da previdência “natural” com a pandemia (Costa & Mendes, 2021, p.104).

Com o passar da escrita deste capítulo a apresentação de fatos tem se mostrado com maior peso argumentativo, então vamos a eles. A CEPEDISA⁸ construiu a linha do tempo das estratégias federais de disseminação da COVID-19, com o intento de acompanhar a evolução pandêmica no Brasil, em particular a atividade normativa dos entes federativos, com o desafio de montar e analisar um banco de normas de grande volume e alta complexidade. O produto desse projeto foi a décima edição do Boletim: Direitos na Pandemia, que apresenta os fatos em três eixos em ordem cronológica, que utilizarei como norteador para apresentar algumas das condutas necropolíticas do governo federal:

1.2.1 atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais;

1.2.2 atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; 3. propaganda contra a saúde pública, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19. (CEPEDISA, 2021, p.6).

Em análise inicial, o boletim apresenta o quanto notável foi: “o empenho e a

⁸ Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Conectas Direitos Humanos.

eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo” (CEPEDISA, 2021, p.7).

Tal boletim apresenta dezenas de referências a documentos legais (normas, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias), emitidos pelo Governo Federal e por parte dos órgãos de justiça como o Supremo Tribunal Federal (STF) e julgadas pelo Congresso Nacional. Esse compilado apresenta um verdadeiro embate legislativo e jurídico entre a intenção da União em ter domínio das decisões sanitárias e da saúde pública, para conduzir a pandemia pelo imperativo econômico, *versus* decisões que provocaram restrição ao alcance do poder decisório do executivo federal, recursos e vetos objetivando impedir ações negacionistas e necropolíticas deste. Um momento crucial foi o do estabelecimento de serviços essenciais, dando início ao protocolo de isolamento social de amplo alcance populacional. Para os bolsonaristas praticamente todos os serviços eram essenciais à economia. A partir desse entendimento, durante a pandemia o que era serviço essencial foi um dos temas mais polêmicos de 2020, tendo por consequência o seguinte panorama:

O governo federal percebeu na regulamentação do caráter essencial das atividades a brecha para restringir, ao menos parcialmente, o alcance das medidas de proteção da saúde pública adotadas pelos Estados. Assim, teve expressiva tradução normativa o vigoroso embate político entre a estratégia federal de disseminação do vírus, e as numerosas estratégias estaduais e municipais de contenção da propagação da doença, gerando a inflação de normas federais, estaduais e municipais, além de ensejar uma intensa judicialização. (CEPEDISA, 2021, p. 32).

Um dos limites judiciais que mais gerou controvérsias e oportunidade para o

Governo Federal se abster de suas responsabilidades diante das consequências catastróficas da pandemia no Brasil foi a medida do STF⁹ de autorização aos estados e municípios a ter autonomia ao adotarem as medidas necessárias para a contenção da propagação viral, sem abster a União de fazer o mesmo. Depois desse momento, a base governista emitiu acusações, ameaças e delegação da responsabilidade cabível à esfera Federal, como podem ser vistas na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1

Linha do tempo sobre falas relacionadas à contrariedade do Governo Federal frente à decisão do STF em dar competência aos governadores e prefeitos para decidirem sobre as medidas sanitárias CEPEDISA (2021).

Data	Falas relacionadas à contrariedade do Governo Federal
22/03/2020	"Brevemente, o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus. Afirmo o presidente em entrevista à TV Record"
14/05/2020	Presidente declara guerra a governadores em videoconferência promovida pela FIESP com quase 500 empresários, pedindo que o setor privado lute contra medidas "Se for isso mesmo, é "lockdown": guerra. Se quiserem eu vou a São Paulo, vocês têm que lutar contra o governador". Bolsonaro também pediu que os empresários anunciem em veículos que o apoiam – repetindo apelo que já havia feito em outras ocasiões: "Os senhores, com todo o respeito, têm que chamar o governador e jogar pesado. Jogar pesado, porque a questão é séria, é guerra!"

⁹"Em 20 de março de 2020, a Medida Provisória (MP nº 926) inseriu na referida lei um dispositivo que atribuiu ao Presidente da República a competência para, por meio de decreto, dispor sobre serviços públicos e atividades essenciais, cujo "exercício e funcionamento" deveriam ser resguardados quando da adoção de medidas de saúde pública pelos entes federativos. Três dias depois, uma liminar do Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência concorrente de União, Estados, Municípios e Distrito Federal para dispor sobre a matéria, entendendo que o exercício da competência normativa pelo Presidente não afastaria a tomada de providências normativas e administrativas pelos demais entes federativos" (CEPEDISA, 2021, p.33).

05/06/2020 No mesmo dia, Carlos Wizard, indicado para ser o novo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do governo federal, afirma sobre o número de óbitos por Covid-19: “porque o número será recontado, o que temos hoje está fantasioso ou manipulado. (...) Tinha muita gente morrendo por outras causas e os gestores públicos, puramente por interesse de ter um orçamento maior nos seus municípios, nos seus estados, colocavam todo mundo como covid. Estamos revendo esses óbitos”.

07/06/2020 “STF decidiu que os governadores e prefeitos é que são responsáveis por essa política, inclusive isolamento. Agora está vindo uma onda de desemprego enorme aí. Informais e o pessoal formal também. Não queiram colocar no meu colo. Compete aos governadores a solução desse problema que está acontecendo quase no Brasil todo” Declara o presidente em frente ao Palácio da Alvorada

08/06/2020 “Lembro à Nação que, por decisão do STF, as ações de combate à pandemia (fechamento do comércio e quarentena, p.ex.) ficaram sob total responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos. Tweet do presidente”

A cada ponto abordado e pelo alinhar dos fatos se mostra nítida que a decisão sobre se uma atividade era ou não essencial para atender as necessidades coletivas, não foi tomada seguindo um caráter técnico-científico e levando em consideração as políticas públicas ou os critérios postos no ordenamento jurídico como a contenção do contágio, a saúde, a segurança e sobrevivência das pessoas, mas dependeu da correlação de forças políticas na localidade em que a pessoa se encontrava, assim como às condições de acesso e ao posicionamento de cada instância do Poder Judiciário (CEPEDISA, 2021). Além de lidar com a resistência do Governo Federal que:

Fustigou repetidamente nos períodos iniciais da pandemia tanto o Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, quanto o Congresso Nacional, com a promoção de manifestações públicas de intenções claramente anti democráticas, buscando o apoio das Forças Armadas para estabelecer um regime autoritário e ditatorial. (Birman, 2020, p. 46).

Outro contexto de conflitos se deu por causa dos recursos repassados pelo Governo Federal, visando a atender aos direitos constitucionais fundamentais dos brasileiros. Verba esta que possibilitaria intervenções estaduais e municipais nas áreas de saúde, assistência social e educação. Segue algumas das intervenções das instituições democráticas¹⁰ no intuito de garantir os direitos constitucionais, sintetizadas na Tabela 2.

Tabela 2

Linha do tempo sobre movimentos das instituições públicas em defesa dos direitos básicos em estado de exceção CEPEDISA (2021).

Data	Movimentos em defesa dos direitos básicos
08/04/2020	Lei nº 13.982 institui o auxílio emergencial no valor de R\$600,00 para cidadãos maiores de idade sem emprego formal, mas que estão na condição de trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes da Previdência Social, com renda familiar mensal inferior a meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos no total, que não seja beneficiário de outros programas sociais ou do seguro-desemprego. Iniciativa original do Ministério da Economia previa apenas R\$ 200; governo não se mobilizou para encaminhar uma proposta ao Congresso, que acabou adaptando PL que já tramitava desde 2017. Implementação do auxílio é lenta, acumulando falhas e atrasos, além de gerar longas filas e aglomerações em agências bancárias. Mecanismo falho de seleção de beneficiários fez com que, em dezembro, dados da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) apontassem o recebimento indevido por cerca de 1,2 milhão de brasileiros.

¹⁰ “As instituições sociais brasileiras reagiram prontamente ao cerco autoritário de Bolsonaro. Foi destacada assim a importância da ordem democrática e a permanência do Estado democrático de direito, principalmente ao considerar a rápida ação do Supremo Tribunal Federal contra os desmandos recorrentes do presidente brasileiro.” (Birman, 2020, p. 46).

- 16/04/2020 Conselho Nacional de Saúde (CNS) publica manifesto intitulado “Repassa Já!”, exigindo do MS repasse imediato de verba destinada ao enfrentamento à pandemia aos Estados e Municípios demonstrando que o MS tinha R\$ 8,489 bilhões ainda não empenhados oriundos de MPs de crédito extraordinário para resposta à pandemia, dos quais R\$ 1,871 bilhões seriam para transferência aos Estados, R\$ 707 milhões aos municípios e R\$ 5,911 bilhões para aplicação direta pelo próprio MS. Tal aplicação direta (aquisição de insumos, respiradores, leitos de UTI) seria extremamente lenta, restando 70% destes recursos a empenhar.
- 24/06/2020 TCU alerta a Casa Civil sobre a ausência de diretriz estratégica clara de enfrentamento à Covid-19, com a respectiva gestão de riscos, bem como a ausência de um plano de comunicação coordenado e abrangente, que poderia comprometer os gastos e os resultados do enfrentamento à pandemia e impedir uma efetiva coordenação política e articulação entre órgãos e entidades, federais e subnacionais, e faz numerosas recomendações.
- 13/08/2020 Analisando o perfil de gastos do governo federal no combate a pandemia, TCU verifica que dos R\$ 286,5 bilhões de reais já pagos até 31/07/2020, apenas R\$ 22,06 bi (7,67%), referem-se diretamente ao combate da doença. Já gastos relacionados a medidas de proteção econômica, excluindo o auxílio a Estados, DF e Municípios, correspondem a 78,35% do total, representando a “opção política do Centro de Governo de priorizar a proteção econômica”. TCU determina, ainda, que a Casa Civil apresente, no prazo de 15 dias, as ações planejadas para permitir imunização da população brasileira, ou na hipótese de inexistência de plano, o elabore no prazo de 60 dias, além de formular diversas recomendações.
-

Sobre o repasse da União para os estados e municípios em 2020, o que se destaca não são os recursos e ações governamentais, mas as divergências e troca de acusações. O presidente Bolsonaro e o Ministro da Comunicação Fábio Faria, diante da crise de superlotação dos hospitais por todo o país, informaram em suas redes sociais, embasados em dados do Portal da Transparência, Localiza SUS e Senado Federal, que foi realizado o

repassa de R\$ 600 bilhões para os estados com foco em gastos com a saúde pública em momento pandêmico, como se verbas excedentes e emergenciais fossem; além de valores indiretos de ajuda aos estados, que inclui a suspensão e a renegociação de dívidas (auxílio emergencial), totalizando R\$ 294 bilhões em 2020 (CNN, 2021). Todavia, tais declarações não fomentaram o sentimento de segurança e amparo social, mas de instabilidade política, social e institucional. Os governadores e prefeitos, especificamente uma lista de 19 governadores (dentre eles aliados do governo e oposição), alegaram que as informações sobre os repasses foram deliberadamente distorcidas e falseadas. Por meio de carta oficial, assinada por todos os 19 governadores, esboçaram preocupação com a "utilização, pelo Governo Federal, de instrumentos de comunicação oficial, custeados por dinheiro público, a fim de produzir informação distorcida, gerar interpretações equivocadas e atacar governos locais" além de ressaltar que "Em meio a uma pandemia de proporção talvez inédita na história, agravada por uma contundente crise econômica e social, o Governo Federal parece priorizar a criação de confrontos, a construção de imagens maniqueístas e o enfraquecimento da cooperação federativa essencial aos interesses da população" (UOL, 2021). A realidade dos fatos é que a verba repassada aos estados e municípios correspondem à verba anual de repasse obrigatório previsto na Constituição em consonância com o Pacto Federativo, advindos de impostos pagos pela população, os Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Fundeb, SUS e *royalties*, sendo estes correspondentes aos parâmetros mínimos para se cumprir com essa obrigatoriedade. Ou seja, a mensagem passada para a população pelo Governo Federal foi de suporte excedente com foco no combate à pandemia, contudo, o valor repassado diz de um investimento mínimo, muito abaixo do que poderia ter sido gasto (CNN, 2021; G1-MA, 2021; UOL, 2021). A reação dos governadores também se fez junto ao STF, na qual São Paulo, Maranhão e Bahia solicitaram que o Ministério da Saúde

financiasse leitos de UTIs destinados a pacientes com COVID-19. O aval foi dado pela ministra do STF Rosa Weber, que acolheu o pedido feito pelas procuradorias dos estados. O governador Flávio Dino, utilizando das redes sociais, comemorou a decisão: “STF deferiu liminar determinando ao Ministério da Saúde repasses financeiros relativos a leitos de UTI no Maranhão. Ou seja, fica evidenciado que não se cuida de um ‘favor’, e sim de um direito dos estados e um dever do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS.” (CNN, 2021).

Em 2021, a necropolítica aplicada pela via dos repasses da União aos estados e municípios se mostrou mais intensa. Segundo a Agência Senado (2021), a União reduziu em 90,5% o valor médio das transferências a estados e municípios para o combate à pandemia em 2021, justamente em um período de aumento considerável do número de óbitos.

No ano passado, o Poder Executivo enviou o equivalente a R\$ 391,8 milhões por dia para governadores e prefeitos. Nos cinco primeiros meses deste ano, a média diária de empenhos caiu para R\$ 36,9 milhões. Os dados estão atualizados até 30 de maio e disponíveis no portal Siga Brasil, mantido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf). O corte ocorre num momento em que o número de mortes por covid-19 dispara no Brasil. Entre março e dezembro de 2020, o país registrou 194,9 mil óbitos. De janeiro a maio de 2021, essa conta mais do que dobrou na metade do tempo: agora são 462,7 mil brasileiros mortos. Apesar da tragédia, a média de repasses da União para estados e municípios nem chega a um décimo do valor transferido no ano passado. (Agência Senado, 2021).

Sobre o aumento de óbitos é mister abordar a condução ironicamente nacionalista e evidentemente negacionista da saúde dos povos originários. A identidade brasileira foi

menosprezada e desconsiderada em seu cerne, quando das negligências e ataques aos direitos e vida dos povos originários. Como acompanhamos na época, Manaus, localizada no estado que possui um dos ‘pulmões’ do mundo, sofreu com falta de oxigênio para as pessoas internadas pela COVID-19, contribuindo para o aumento de mortes. A seguir, novos eventos são apresentados pela linha do tempo da CEPEDISA (2021):

Tabela 3

Linha do tempo sobre ações políticas para se eximir de cuidar dos interesses dos indígenas versus ações das instituições democráticas para impedir negligências com esses povos CEPEDISA (2021).

Data	Ações políticas
16/03/2020	O Ministério da Saúde apresenta Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas que não prevê medidas concretas, cronograma ou definição de responsabilidades, além de não contar com a participação de comunidades indígenas. Em liminar de 08/076 o Supremo Tribunal Federal (STF) determina adoção de medidas como a criação de sal de situação, barreiras sanitárias, plano de enfrentamento da Covid-19, contenção de invasores e acessibilidade à saúde própria ou diferenciada para indígenas aldeados e não aldeados, estes na falta de vagas no Sistema Único de Saúde (SUS).
07/07/2020	Pela Mensagem nº 378, PR veta 14 dispositivos da Lei nº 14.021 de 07/07/2020 que determina medidas de proteção para comunidades indígenas durante a pandemia de Covid-19, entre eles: o acesso com urgência a seis serviços gratuitos e periódicos (água potável, materiais de higiene e limpeza, leitos hospitalares e de UTIs, ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea, materiais informativos sobre a covid-19, e internet nas aldeias); a obrigação da União de distribuir alimentos durante a pandemia, na forma de cestas básicas, sementes e ferramentas agrícolas; a extensão a quilombolas, pescadores artesanais e demais povos tradicionais das medidas previstas no plano emergencial; a dotação orçamentária emergencial específica para garantir a saúde indígena; e a criação de um mecanismo de financiamento específico para governos estaduais e prefeituras. Em 19/08/2020, o Congresso Nacional

derrubou o veto presidencial, mantendo os dispositivos na lei.

- 19/12/2020 Em nova etapa de contencioso que se desenrolou ao longo do ano, Ministro Luís Roberto Barroso (STF) negou a homologação da terceira versão do Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para Povos Indígenas apresentado pelo governo e determinou que um novo documento seja apresentado até 08/01/2021. Segundo o ministro, a nova versão do plano apresentada pelo governo federal permanece genérica, o que não permite avaliar sua suficiência e sua exequibilidade nem monitorar sua implementação: “Impressiona que, após quase 10 meses de pandemia, não tenha a União logrado o mínimo: oferecer um plano com seus elementos essenciais, situação que segue expondo a risco a vida e a saúde dos povos indígenas”.
- 07/01/2021 Em ofício encaminhado à Prefeitura de Manaus, o Ministério da Saúde pressiona para o uso de medicamentos como cloroquina e ivermectina: "Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério a Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus a não adoção da referida orientação"
- 11/01/2021 Ministro da Saúde em evento em Manaus: “Quando cheguei na minha casa ontem, estava a minha cunhada. O irmão não tinha oxigênio nem para passar o dia. Ah, acho que chega amanhã. O que você vai fazer? Nada. Você e todo mundo vai esperar chegar o oxigênio para ser distribuído.
- 14/01/2021 Ministério da Saúde lança aplicativo TrateCOV para “auxiliar” os profissionais de saúde na coleta de sintomas e sinais de pacientes visando a aprimorar e agilizar os diagnósticos da Covid-19”, e escolhe Manaus para sua “estreia”. Após o médico cadastrar sintomas do paciente e comorbidades, a plataforma sugere a prescrição de medicamentos como hidroxicloroquina, cloroquina, ivermectina, azitromicina e doxiciclina.
- 16/01/2021 STF defere cautelar determinando ao Governo Federal que “promova imediatamente, todas as ações ao seu alcance para debelar a seríssima crise sanitária instalada em Manaus, capital do Amazonas, em especial suprindo os estabelecimentos de saúde locais de oxigênio e de outros insumos médico-hospitalares para que possam prestar pronto e adequado atendimento aos seus pacientes, sem prejuízo da atuação das autoridades estaduais e municipais no âmbito das respectivas competências”; apresente ao STF, em 48h, um plano compreensivo e detalhado acerca das estratégias que está colocando em prática ou pretende desenvolver para o enfrentamento da situação de emergência, discriminando ações, programas, projetos e parcerias correspondentes, com a identificação dos respectivos cronogramas e recursos financeiros; e atualize o plano em
-

questão a cada 48h, enquanto perdurar a conjuntura excepcional”.

Caldas (2021) no espaço “Ambiente e Sociedade” promovido pela UNICAMP, informa que em março de 2020, os Yanomami denunciaram a presença ilegal de 20 mil garimpeiros em seu território. Uma quantidade assustadora: a Terra Indígena Yanomami abriga 27 mil membros dos povos Yanomami e Ye'kwana.

Na época, ouvi do líder e xamã Davi Kopenawa que na reserva Yanomami já havia quatro rios poluídos pelo mercúrio do garimpo – um veneno que contamina os peixes, principal alimento dos índios locais. Também havia relatos de garimpeiros portadores da Covid-19 e do HIV em suas terras. O impacto das doenças levadas às aldeias pelos forasteiros implica em danos irreversíveis ao patrimônio cultural dos povos indígenas. (p.2)

Estamos em 2022 e vemos no noticiário denúncias de invasão de terras indígenas, assassinatos e estupros, por esses mesmos garimpeiros. O relatório “Yanomami sob ataque: Garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e proposta para combatê-lo” (Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022) traz diversos dados, fotografias e relatos que corroboram as denúncias que chegam em síntese nos jornais. O relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil” (CIMI, 2020) também apresenta dados relevantes que mostram o genocídio indígena por omissão do Governo Federal, que com a permissividade da exploração ceifou centenas de vidas indígenas pela COVID-19 e pela violência praticada sob o manto permissivo do governo a atividades criminosas do garimpo e do desmatamento das florestas. Além dos inúmeros discursos presidenciais, a PL

191/2020¹¹ evidencia a intenção necropolítica. O CIMI¹²(2020) aponta que o governo federal desmobilizou os órgãos de controle e fiscalização, em especial os de combate ao desmatamento e às queimadas; para depois ver o país arder em fogo em 2020 e deturpar os fatos em plena Assembleia Geral da ONU, em setembro daquele ano, acusando os indígenas e os “caboclos” pelas queimadas. Com o desmonte institucional e das políticas públicas como ocorreu com a FUNAI, por influência da bancada ruralista, esta passou a trabalhar para saciar os interesses deste grupo contra os indígenas. Como discriminado na Tabela 3, o governo não deu celeridade a nenhum procedimento administrativo de regularização e proteção dos territórios e dos direitos indígenas. Ao invés disso, utilizando-se do argumento de que estava propiciando a segurança jurídica no campo e da tese da integração dos territórios e dos povos indígenas (marco temporal). A FUNAI inverteu a política de proteção dos povos, assumindo a política do contato e da invasão para liberar os territórios, através de igrejas neopentecostais às quais entregou o setor de proteção. Essa política foi denunciada e repudiada em todo o mundo como uma política genocida contra os povos livres. Em síntese, a FUNAI, diante da gravidade da pandemia, se ausentou dos territórios, não ofereceu nenhuma política de assistência às comunidades e impôs medidas contrárias aos direitos dos povos indígenas, de forma autoritária, sem ouvir as comunidades, fugindo totalmente das

¹¹ “prevê a abertura das terras indígenas para a mineração, a exploração de gás e petróleo e a construção de hidrelétricas, entre outras atividades, a IN 09/2020 passou a permitir a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas – o que inclui terras em estágio avançado de demarcação e áreas com restrição de uso devido à presença de povos isolados.” (p.35).

¹² Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

suas funções institucionais (CIMI, 2020).

Outras duas estratégias negacionistas foram significativas: a guerra à ciência e o desmonte das políticas públicas. Para os neoliberais, a economia é a verdadeira ciência e suas recomendações são princípios inquestionáveis. Teodoro (2020) diz que quando a sociedade é regida exclusivamente pela “verdade científica neoliberal”, contida na economia administrada pelos tecnocratas, a política aplicada é paradoxalmente antipolítica, tendo em vista que o entendimento sobre o fazer político tem em si a vontade dos seres humanos em aprimorar suas condições de vida, o que vai na contramão da busca por expropriação generalizada para benefício de poucos. Na realidade, para os neoliberais, a economia e a política não são separadas, não existe liberdade política sem liberdade econômica. A economia é tratada como um fim em si mesmo e como um instrumento indispensável para obtenção da liberdade política, mesmo que isso implique a perda de algumas pessoas ou até mesmo povos como efeito colateral. Um mecanismo político e econômico essencial para o desenvolvimento social são as políticas públicas, que muitas vezes são negligenciadas, agravando a vulnerabilidade social e gerando resultados necropolíticos. Teodoro (2020) sintetiza de forma completa o que são políticas públicas:

As políticas públicas correspondem aos direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Políticas Públicas é a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. (p.12).

O autor ainda acrescenta que o sistema de proteção e promoção de autonomia

social tem sofrido os seguintes ataques desde o governo Temer: contrarreformas que vêm atingindo frontalmente os direitos dos trabalhadores, como a Contrarreforma Trabalhista (2017) e a da Previdência Social (2019). Desmonte pela política de austeridade fiscal imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que definiu o ‘Teto dos Gastos Públicos’, instituindo um Novo Regime Fiscal, com aplicabilidade por 20 anos, desconsiderando a importância dos investimentos públicos em educação, saúde, assistência social, transferência de renda e cultura para o desenvolvimento do país. E o mais importante, a quem interessa tais medidas? “[...] o desmonte da proteção social pública interessa, pois, aos agentes do mercado, às forças políticas conservadoras e aos representantes da “Casa Grande” que não aceitam o povo fora da senzala” (Campos & Teixeira, 2019, p. 42).

Concernente à guerra à ciência, Bolsonaro se posicionou de maneira irredutível em prol da economia e da ideologia neopentecostal, apresentando soluções imediatistas de tratamento sem comprovação científica e aplicando o dispositivo da lepra pelo isolamento vertical. Insistentemente o fez com a divulgação e compra com o dinheiro público de medicações como a Cloroquina e a Ivermectina, propondo um tratamento precoce (Kit COVID) para manter o setor econômico do país funcionando normalmente. Graças a essas ações, dificultou a testagem em massa, o isolamento social, a vacinação e os investimentos em saúde, tornando exígua a disponibilidade de insumos para o trabalho dos agentes de saúde e de assistência social, além de minar a aderência de parte da população aos protocolos. É como diz Teodoro (2020) sobre a ideologia neoliberal: “Os direitos humanos se esgotam no direito de propriedade” (p.12). Werneck et al. (2021) elencam as desigualdades e os obstáculos relacionados à testagem e a vacinação e a consequente taxa elevada de mortalidade. Segundo os autores as desigualdades no uso de testes ficam explícitas quando se decompõe o acesso por raça/cor, escolaridade e renda. Em novembro de

2020 as pessoas com renda acima de quatro salários mínimos consumiram quatro vezes mais testes do que o segmento populacional que vive com menos de meio salário mínimo. Sem falar dos testes que ficaram estocados até ficarem inutilizados. No Brasil, a campanha nacional de vacinação contra a COVID-19 começou em 17 de janeiro de 2021. Mas o plano de imunização do país, após mais de três meses, ainda era marcado por atrasos, improvisos, falhas e ausência de metas públicas objetivas. Werneck et al. (2021) listam os principais obstáculos para o avanço da vacinação no Brasil:

- 1) quantidade insuficiente de vacinas e poucas opções de imunizantes adquiridos; 2) inconsistência na escolha, definição e quantificação dos grupos populacionais prioritários; 3) baixa cobertura vacinal; 4) limitação e inadequação dos dados sobre a vacinação produzidos e divulgados pelo governo federal, estados e municípios.
- (p.41-42)

Werneck et al. (2021) apresentam diversos dados que torna irrefutável o argumento de que o grau de mortalidade está diretamente relacionado às decisões e às políticas sobre investimentos no sistema de saúde, o distanciamento social, a vigilância epidemiológica e a capacidade de realizar testes e vacinação. Depois de dois anos desde o início da pandemia, há fortes evidências de que os países que apostaram em medidas de prevenção populacionais e iniciaram mais rapidamente e amplamente a testagem e o isolamento conseguiram atrasar ou controlar a disseminação da COVID-19, ao mesmo tempo em que aliviaram a pressão sobre seus sistemas de saúde e reduziram infecções e mortes. As medidas de isolamento social e testagem permitiram – e ainda permitem – que os países conquistem um tempo precioso para preparar seus sistemas de saúde, adquirir produtos essenciais, como equipamentos de proteção individual, ventiladores e testes de

diagnóstico, além de apressar os trabalhos de aquisição de imunizantes e planejamento da vacinação. Ou seja, os protocolos sanitários permitem à gestão governamental atuar de forma estratégica e social. O indicador de alta mortalidade reflete também as desigualdades de acesso da população e de qualidade dos serviços de saúde, comuns a sistemas desiguais e estratificados, como o brasileiro, realidade observada antes da pandemia e agravada por ela.

Efeitos distintos, porém associados, levam ao aumento da mortalidade, que foi maior na região Norte e nas populações de pretos e pardos. Desequilíbrios regionais de desenvolvimento socioeconômico e desigualdades de acesso aos serviços de saúde, segundo raça/cor, ajudam a explicar o fenômeno. Entre os adultos brasileiros internados com Covid-19, os pacientes pretos e pardos apresentaram maior mortalidade dentro do hospital, utilizaram menos recursos hospitalares e apresentaram condições de saúde potencialmente mais graves do que os pacientes brancos (Werneck et al., 2021, p.49).

Apesar de todos os benefícios e influências, até mesmo do alto impacto econômico que a ciência de um país fomenta, o Governo Federal mantém os cortes e contingenciamentos. Tal desmonte, teve início em 2015, sofreu ataques frontais com a ruptura institucional ocorrida no ano de 2016 e ao longo do Governo Bolsonaro tem se intensificado. A desestruturação de um complexo de ciência e tecnologia e de todo o sistema de instituições científicas no Brasil, de programas de pós-graduação às agências de fomento, tem demonstrado ser um dos ataques com maior potencial nocivo para a sociedade, principalmente, diante das necessidades e desafios de uma pandemia. O descrédito propagado por discursos conspiratórios sobre a vacina e demais protocolos sanitários (Xavier et al., 2022) contribuiu para a demora das etapas de enfrentamento e estabilização

dos efeitos do vírus. Outro efeito nocivo é o atraso no processo de conquista de autonomia técnico-científica necessária para afirmar um imprescindível sustentáculo do próprio Estado soberano, o que geraria efeitos potencializadores da sagrada economia e benesses ao povo brasileiro. Mesmo assim, é notória a diminuição dos repasses a órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em ambas agências de fomento à pesquisa científica, o que exemplifica o processo acelerado de desmonte das ciências. Durante a pandemia, a consequência dos desinvestimentos impactou nas possibilidades de desenvolvimento de procedimentos mais eficazes e menos onerosos para o combate do vírus, visto que, grande parte dos setores de enfrentamento dependia de substrato estrangeiro, o que encarecia a importação, e/ou gerava falta de insumos, até mesmo para a produção da vacina brasileira que com toda dificuldade foi produzida e validada (Carvalho et.al, 2020).

Xavier et al. (2022) demonstraram que os estados e municípios que seguiram a estratégia negacionista e anti-ciência do Governo Bolsonaro apresentaram taxas elevadas de mortalidade, lotação nas unidades de saúde e piora na economia local. Por outro lado, a preocupação de parte significativa da sociedade e de gestores dos estados e municípios com a preservação de vidas permanece por várias razões: o vírus continua circulando; há politização em relação à aquisição das vacinas; existe descompasso entre governo federal e governos estaduais pela letargia apresentada pelo Ministério da Saúde e não existe o devido planejamento federal para concretização da imunização da população. A finalidade essencial dessa estratégia é a quebra das redes de proteção e desenvolvimento social em nome do crescimento econômico necessário para galgar patamares de poder no capitalismo atual¹³. Desse modo, a crise sócio-sanitária da COVID-19 depara-se com o negacionismo do

¹³ “E, numa gerência neoliberal, em que se minimiza a atuação estatal no âmbito das políticas sociais

Governo Federal (Carvalho & Carneiro, 2021), mas os grupos sociais não se mantêm imobilizados por ela; atos criativos e em rede têm acontecido como forma de sobrevivência..

Agora que conhecemos o panorama do jogo político econômico vigente nesses tempos de pandemia, nada mais necessário do que conhecermos a dinâmica sócio-relacional e estrutural que pode nos amparar e auxiliar a interdependar em um momento onde o imperativo é a sobrevivência.

CAPÍTULO II - Quando o povo está em queda livre qual a rede que o ampara?

O momento necropolítico que estamos vivendo se inspira em lógicas governamentais que deixaram marcas profundas na dinâmica do funcionamento democrático e na construção de políticas sociais no Brasil. A teia liderada por Bolsonaro, composta por seus filhos, ministros e apoiadores, por diversas vezes fizeram menção à ditadura, valorizando os feitos dos militares - das obras às torturas - sinalizando diretamente sua fonte de inspiração. No rol de exemplos temos o tratamento dispensado ao STF; o uso da Lei de Segurança Nacional para perseguir críticos e atacar a imprensa; menção à retomada do AI5 como forma de ameaça a cidadãos e políticos de esquerda; celebração oficial do Golpe Militar; disseminação de *fake news*, gerando desconfiança sobre o processo eleitoral; censura à educação; apologia à tortura como regulador social de contensão dos traidores da Pátria e ações políticas com foco primordial na econômica, não importando o custo (Jornal Nexo, 2022; Brasil de Fato, 2021; UOL, 2022). Considero válido mencionar a ditadura porque foi em resposta a ela que o movimento de reforma democrática aconteceu, culminando na

e setor de bem-estar – ao passo que maximiza-se o saqueio do fundo público pelo capital –, tais parcelas ainda são destituídas de outras opções de sobrevivência, impossibilitadas de acessarem tais políticas, alvos de desmontes e retrocessos.” (Costa e Mendes, 2021, p.105)

Constituição Federal Brasileira de 1988, na qual foram alteradas as formas como as políticas sociais deveriam ser construídas e aplicadas, bem como, instituindo uma democracia embasada no respeito e proteção à vida e à diversidade que a compõem, sendo o marco para o surgimento das redes.

A Constituição Federal de 1988 propôs um ordenamento jurídico diferenciado, em que os direitos sociais devem ser a medula espinhal dos atos políticos. Na esteira desse processo, as políticas públicas foram redesenhadas com a perspectiva de mudança do modelo tradicional, fundamentado em uma estrutura setorializada e que atendia as lógicas de poder e domínio econômico excludentes da população, e com ausência de diálogos entre os diferentes agentes envolvidos. Para romper com este modelo burocrático e de ações fragmentárias, a gestão das políticas sociais também foi modificada, em termos práticos e principalmente conceituais, com a introdução de novas tipologias e conceituações, tais como: descentralização, trabalho em rede e intersetorialidade (Moura et al., 2019).

A redemocratização política do Brasil tem como ponto essencial a descentralização dos poderes como proposta de reforma do Estado, no sentido de redefinir o papel do Governo Federal na prestação de serviços sociais. De maneira ideal, as políticas sociais são desenhadas com maior flexibilidade e compatibilidade com as demandas decorrentes da aproximação à população, desburocratizando e democratizando os processos que envolvem os serviços públicos. Dentre os principais pontos da descentralização temos a transferência de atribuições, competências e recursos fiscais do Governo Federal e Estadual para o Governo Municipal, com ênfase nas atribuições que dizem respeito à cidadania social; e uma maior proximidade do governo local com relação às demandas da população, demonstrando mais eficácia, eficiência e resultados na aplicabilidade da política social. Vale ressaltar que a transferência de capacidade decisória para os municípios, não exime a esfera

Federal de se manter atuante (Moura et al., 2019).

Os conceitos de descentralização e intersetorialidade interligam-se na tentativa de aproximar as políticas com a realidade local e superar tendências verticalizadas, conflitos e sobreposições entre os poderes em detrimento dos mais vulneráveis ou do povo em si. Desse modo, Inojosa (2001, p. 105) afirma que intersetorialidade pode ser entendida como uma “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”. Para Junqueira (2000), trata-se de uma nova lógica de gestão pública, que busca superar a fragmentação das políticas, considerando os sujeitos em sua totalidade e contextos.

Para compreender redes não partirei de um conceito estanque, porque existem formas diversas de compreensão. Aqui iremos nos ater à perspectiva de rede como modelo estratégico de gestão de políticas, que diz de uma governança composta por agentes e atores sociais, com uma demanda em comum e ações intersetoriais, cooperativas e significativas. De acordo com Börzel apud Fleury (2005), todas as disciplinas que trabalham com as redes de políticas compartilham o entendimento comum de que redes é:

como um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não-hierárquica e independente, que vincula uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em referência a uma política, e que fazem intercâmbio de recursos para perseguir esses interesses compartilhados, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns. (p .78).

As redes mostraram-se como uma modalidade de coordenação favorável à construção de parcerias em nível local, estadual e federal, tendo por característica central a

divisão de responsabilidades entre entes governamentais, de recursos, de poder decisório, de pactuação e de articulação que, se associada às redes intersetoriais de políticas públicas, será capaz de uma intervenção totalizante, rompendo a fragmentação e a setorialidade das políticas sociais de outrora. Costa (2005) aproxima o conceito de redes da discussão de comunidade em seu sentido tradicional remetendo à formação de laços de proximidade local, de parentesco e de solidariedade, baseados na constituição de relacionamentos. Atualmente, porém, houve uma transposição do conceito de comunidade para o de redes sociais. Com as diversas transformações que as redes sociais sofreram, os laços de parentesco e os sistemas informais de solidariedade entre vizinhos e amigos tornaram-se apenas mais uma entre as novas formas de associação, mergulhados em uma complexa rede social com diferentes dimensões e intenso fluxo de pessoas e recursos, mas, ainda assim se mostram muito significativos para uma rede de atos co-criados e criativos.

A proposição constitucional de ações descentralizadas e intersetoriais tem o seu valor para mecanismos políticos opostos no que tange à condução das demandas sociais. Para os movimentos sociais, em uma perspectiva progressista, a rede está orientada para a ampliação da democratização e da participação da população nos processos decisórios (Minhoto & Martins, 2001). Concernente à questionável valorização neoliberal atribuída às redes, é importante sinalizar a linha tênue que há. Idealmente, o valor estratégico atribuído pelo neoliberalismo se deve à eficácia e eficiência de ações. Contudo, o uso que foi feito historicamente e ainda o é das políticas sociais descentralizadas, o foi de maneira a desresponsabilizar o Governo Federal. O pacto federativo tem se mostrado e mais nitidamente durante a pandemia, via de atribuição de culpabilidade aos estados e municípios, além de uso irresponsável da distribuição de verba constitucional e emergencial, prezando por um discurso de divulgação de repasses inverídicos e justificativas de não repasse como

repúdio às supostas intenções corruptas de governadores. As consequências disso é a repercussão negativa nos serviços ofertados e na alta demanda, limitando quantidade e qualidade de atendimento à população (Silvia & Alberto, 2019), e quando da crise sanitária por COVID-19, sobrecarga do sistema de saúde, levando a momentos de colapso. Dessa situação temos o consequente isolamento de cada ator da rede – tentando dar conta do atendimento de uma população cada vez mais vulnerabilizada pela crise econômica, política e histórica de nosso país – o que demonstra abandono do Estado e dificuldades para se pensar em ações integradas, em olhar o território e toda sua potência, em seus saberes locais e na possibilidade de encontrar estratégias coletivas somadas a ações preventivas (Pinho & Ribeiro, 2010). Em outras palavras, uma rede intersetorial funcional, deve necessariamente contar com a participação comunitária, com vínculos o mais horizontais possíveis, e com um posicionamento cooperativo dos setores envolvidos. Quanto aos aspectos que compõem a dinâmica das redes, é possível perceber que há tipos de redes, tais como: centradas na lógica de oferta de serviços, na dinâmica comunitária, redes significativas pessoais, redes ligadas a movimentos sociais e as redes intersetoriais. Assim, apresentamos na Tabela 4 algumas tipologias com destaques para alguns aspectos (Gonçalves e Guará, 2001; Bourguignon, 2001).

Tabela 4*Tipologia das redes*

Tipo	Aspectos
Redes primárias ou de proteção espontânea	Sustentadas pelos princípios da solidariedade e do apoio mútuo, são constituídas pelo núcleo familiar, pelas relações de amizade e de vizinhança.
Redes sociocomunitárias	Constituídas por organizações comunitárias, por associações de bairro e por organizações filantrópicas, que sustentadas no princípio da confiança ativa oferecem serviços às suas micro localidades.
Redes sociais movimentalistas	Formadas por movimentos sociais, cujo objetivo gira em torno da defesa dos direitos, da vigilância e da luta pela garantia da participação popular.
Redes setoriais públicas	Formadas por serviços de natureza especializada, resultantes da ação do Estado por meio das políticas públicas.
Redes de serviços privados	Formadas por serviços especializados fornecidos pela iniciativa privada àqueles que por eles podem pagar.
Redes regionais	Constituídas por serviços de diversas políticas públicas compartilhados entre municípios de uma mesma região.
Redes intersetoriais	Compartilham serviços das organizações governamentais, não governamentais, do setor privado e até mesmo da comunidade, visando o atendimento integral das demandas sociais.

As redes intersetoriais despontam como um avanço no campo da gestão pública, uma vez que implicam em gerar articulação entre as diversas políticas públicas, serviços e programas sociais tendo em vista a integralidade do atendimento da população (Bourguignon, 2001). É sobre esta rede que irei aprofundar no próximo tópico, pelo seu

potencial em gerar amparo concreto em momentos de "queda livre", como o provocado pela COVID-19.

2.1 De que rede estamos falando?

Poderia ficar discorrendo sobre a diversidade de constituição das redes, por ser um tema interessante e diverso. Poderia abordar sistematicamente, identificando desde as que têm potencial de transformação social e em gerar assistência concreta à população, àquelas redes que atendem as cartilhas de gestão pública, mas, que são estéreis no impacto social que causam. Contudo, pela breve introdução realizada neste capítulo temos o fio de raciocínio necessário para entender a rede da qual estamos falando, a rede identificada como sendo a que tem amparado o município de Camalaú-PB: uma rede intersetorial, com vinculação predominantemente horizontalizada, permeada pela solidariedade, colaboração comunitária e com ações inspiradas no tripé: protocolos emitidos pelos órgãos sanitários e de saúde - recomendações cientificamente constatadas e divulgadas - saberes locais e tradições sertanejas adaptados à necessidade de sobrevivência comunitária.

A compreensão de rede horizontalizada advém da premissa apresentada pelo médico sanitário argentino Mario Rovere (1999) que aborda as relações baseadas no vínculo entre pessoas, como parâmetro essencial para o entendimento da dinâmica da rede, permitindo uma análise da heterogeneidade. Rovere (1999) propõe um esquema ascendente de classificação dos vínculos em relação ao nível vincular, às ações e aos valores envolvidos, que permite monitorar o grau de profundidade de uma rede. Os níveis começam com o Reconhecimento - quando se reconhece e aceita o outro e o seu direito de expressão; Conhecimento - Quando há interesse pelo outro, inclusão deste no discurso e procura-se entender o ponto de vista proposto; Colaboração - Co-crio com o outro de forma espontânea,

início da reciprocidade; Cooperação - Trabalho conjunto, problema comum, compartilhamento sistemático de recursos e atividades, onde a partir desse encontro, cada um desenvolve seus próprios objetivos; Associação - Além do compartilhamento sistemático de recursos e atividades, há também o estabelecimento de objetivos e projetos em comum gerando a sinergia da rede. (Rovere, 1999). A partir das relações, é possível compreender o sentido das ações sociais; enquanto os atributos dizem respeito apenas a seus agentes. Também de acordo com a sociologia relacional, “as instituições, a estrutura social e as características dos grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e encontros nas múltiplas e intercambiantes redes de relações ligadas e superpostas” (Marques, 1999, p. 3). A ênfase nas relações pessoais passa a ser o pressuposto da análise de redes sociais já que o “social” é estruturado por inúmeras redes de relacionamento pessoal e organizacional de diversas naturezas. A estrutura e as posições dos atores na rede influenciam suas ações, preferências, projetos e visões de mundo, assim como o acesso aos distintos recursos de poder. Nesse sentido, as redes não podem ser um mero instrumento gerencial para atender as funções da gestão pública. Não se reduzem a um papel de referência e contrarreferência entre seus atores. Para além desse contorno limitado, as redes, sob o prisma da horizontalidade e vinculação, são espaços de cuidado solidário (Fleury, 2005).

Rovere em 2019 participou do III Colóquio Latino-Americano de Formação em Saúde Pública¹⁴ promovido pela ENSP/Fiocruz¹⁵, onde abordou a temática de redes cooperativas em saúde, compartilhando sínteses do seu pensamento, dignas de se compartilhar. Para ele, a desterritorialização da produção, ou seja, a produção em redes para além do institucional e burocrático, faz com que os vínculos sejam o que há de mais

¹⁴ Fonte: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/47826>.

¹⁵ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.

importante para ser analisado, mais do que os limites que identificam uma tipologia de rede. Prefere a concepção de limites porosos, difusos que permitem articulações que desencadeiam a emergência de novas redes, sem um fluxo constante, tal qual o da vida. Rovere também abordou a questão das redes na perspectiva da homogeneidade e apontou que o neoliberalismo gosta dos indivíduos, porque pelo seu isolamento, é mais suscetível aos ditames mercadológicos, o que é mais difícil com sujeitos organizados em redes. "Se pensarmos em redes como heterogeneidades organizadas, elas constroem coexistência, segurança e paz", disse Rovere e emendou referenciando o sociólogo Boaventura de Souza Santos: Temos o direito de ser iguais quando nossa diferença nos inferioriza; mas temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Depreende-se desse pensamento que ao trabalharmos com foco nas relações sociais, promovendo a atuação em rede cooperativa, com vias à promoção de proteção, vamos contra um ideal político de valorização de práticas individualizantes e necropolíticas. Sendo assim, não se trata apenas de uma rede que ampara, mas que gera autonomia pela interdependência e saídas de lógicas coloniais que subjagam os sujeitos e as coletividades.

Seguindo o olhar sobre a vinculação dos sujeitos em rede, Milanese (2012) nos apresenta sua concepção de rede operativa¹⁶ composta por atores e agentes sociais, visando ao tratamento comunitário, pela construção de relações amistosas. Para tanto, ele propõe uma metodologia que leva em conta um mapeamento de rede observando os nós marginalizados e os nós centrais, advindos das redes subjetivas comunitárias. Em termos

¹⁶ "A rede operativa é composta das pessoas que formam a equipe e de todos os nós que cada membro da equipe tem construído na comunidade. Podemos dizer assim que uma rede operativa é uma rede de redes, composta por todas as redes subjetivas comunitárias dos membros da equipe." (Milanese, 2012, p.39).

morenianos (Moreno, 1992), os nós que emergem dos átomos sociais dos sujeitos, para assim, após a identificação das vias de entrada na comunidade e de vinculação, os atores e agentes possam atuar em co-criação. Para incrementar o diálogo teórico entre Milanese (2012) e Rovere (1999), seguem as concepções de Jacob Moreno, que assim como eles, construiu toda sua teoria com base na análise e intervenção nas relações sociais e dinâmicas vinculares-afetivas-culturais e políticas.

Socionomia é a ciência que J.L Moreno fundamentou para sistematizar as leis sociais que regem os comportamentos e os grupos (Moreno, 1997). Tem por princípio filosófico a compreensão de que, desde o nascimento, o sujeito é um ser em relação, de modo que tudo o que ele realiza está ancorado em uma relação interpessoal (Vitale, 2004). A Socionomia possui três ramos principais: a Sociodinâmica - estudo do funcionamento das relações interpessoais; a Sociometria, que tem como objetivo medir a relação entre as pessoas; e a Sociatria, que é um conjunto metodológico interventivo que promove a terapêutica das relações sociais. (Moreno, 1997; Seixas, 1992). A Socionomia traz um olhar amplificado sobre os processos de vinculação, redimensionado para a complexidade das interações relacionais, que podem ocorrer de forma funcional ou disfuncional nos fenômenos sócio psicoafetivos e sócio políticos e culturais. Procurando por uma visualização mais palpável dos elementos que definem e caracterizam a comunidade, Moreno (1992) adverte que, ao olharmos a estrutura comunitária, relacionada a uma certa localidade, com um determinado padrão de geografia física (como uma cidade, com suas ruas, casas, escolas, igrejas, casas comerciais) e as inter-relações de seus habitantes, chegaremos ao conceito do que ele denominou de “Matriz Sociométrica”. O estudo de como se dá essa matriz permite-nos ver a posição concreta de cada sujeito com seus papéis sociais nessa estrutura e, ao mesmo tempo, os núcleos relacionais que a compõem e, com isso, os atos advindos desse

encontro. Esses núcleos de relações formam pequenas estruturas sociais, já mencionadas anteriormente: os átomos sociais. Contudo, esses átomos sociais não se isolam totalmente uns dos outros, ou seja, enquanto certas partes desses átomos permanecem encerradas entre os seus membros, outras partes unem-se a partes de outros átomos sociais, e estes se unem a outros, e assim sucessivamente, formando correntes complexas de inter-relações entre os átomos em diversas direções que, em termos da sociometria, são descritas como redes sociométricas. Assim, do ponto de vista da sociometria dinâmica, essas redes sociométricas formam a base concreta da vida da comunidade. O conceito de “átomo social” proposto por Moreno (1992), para compreendermos a vida da comunidade, remete-nos à ideia dos grupos sociais que se formam no seio de uma estrutura comunitária, a partir das partes dos átomos sociais que se unem na dinâmica das redes sociométricas de cada ator social, conceito que se assemelha ao entendimento de Milanese (2012) de redes operativas que são constituídas pelas redes subjetivas desses atores e agentes sociais. Desse modo, entendemos que a vida da comunidade se realiza efetivamente na estrutura dos grupos que se formam a partir das redes sociométricas que se consolidam e se entrelaçam no seu interior. É no espaço das relações intra e intersubjetivas dos grupos que os elementos que identificam a comunidade se formam e se configuram. Nesse sentido, podemos dizer que os grupos comunitários representam o corpo tangível da comunidade, e esta, por sua vez, representa a força pulsante que dá vida às redes sociais.

Essa configuração de rede ressoa no simbólico e entender como isso influi na construção de ações é a ponta solta que agora é preciso amarrar. Para compreender esta sociodinâmica é mister convidar à baila conceitual as proposições de imaginário do cuidado e imaginário da suficiência de Carreteiro (2020). A autora traça uma reflexão destes conceitos psicossociológicos com as ações do Governo Federal e da população durante a

pandemia. O imaginário da suficiência é:

[...] calcado no excesso de racionalidade, até pouco tempo ele era prevalente no mundo. Assim, qualquer mínimo aspecto da realidade poderia ser submetido ao controle. O desejo de onipotência parecia reinar. Alguns homens podiam viver a ilusão de serem grandes homens. No entanto, outros lutavam para não serem descartados, outros para serem minimamente reconhecidos. (p.18).

O ponto contributivo desse conceito para toda a exposição e análise até aqui apresentada é o que diz da relação direta entre a suficiência e o neoliberalismo. Esse sistema necessita de indivíduos desprendidos de redes, como já explanado, porque são mais suscetíveis aos tentáculos do capital e do mercado financeiro. Agora o indivíduo mais interessante para esse sistema é aquele que compra a ideia e agrega a própria identidade individual e "coletiva" de auto-suficiência. Assim, ele se basta. Não demandará nada do Estado que indique vulnerabilidade. Ele deve ser forte, resistente, adaptativo, empreendedor, servir a economia, suplantando os sentimentos de insegurança e finitude com o trabalho e suas conquistas. Para esse indivíduo, uma pandemia não é nada além de uma "gripezinha" ou uma conspiração que quer frear os seus investimentos rumo à grandeza. Seu corpo é de atleta e com esse histórico ele se garante. Vacina? Para quê? Ele já desenvolveu imunidade quando pegou o vírus. Graças a esse imaginário, crenças negacionistas são reforçadas, desvalorização das redes em seus setores como cultura, educação, protocolos de saúde e a ciência são tidas como equivocadas e em nada agregam. A imunidade de rebanho passa a ser a estratégia mais barata para fazer frente ao vírus. Atos necropolíticos e desconsideração com as necessidades dos outros que os cercam são o fruto de tal dinâmica. Ausência de responsabilidade consigo e com outrem, porque afinal, esse indivíduo NÃO se define por

suas relações. Ele é a estrela, o "mito", o herói, o "messias" que todos seguem, curtem e imitam. Infelizmente, durante todo o isolamento social, pelas janelas virtuais, muitos "heróis" como esses propagaram esse imaginário, tornando-se até influenciadores digitais.

Em contraponto, temos o imaginário do cuidado. Ele implica seguir o imperativo do cuida de ti e do outro! Para que o corpo social possa sobreviver é necessária a rede que ampara com braços de solidariedade e atos de democracia.

A solidariedade compõe o imaginário do cuidado, sendo também um dos componentes da democracia, qual seja, a fraternidade. Ela implica poder se solidarizar com o outro, com sua dor, seu sofrimento e também com sua alegria (sentimento tão ausente nos dias atuais). A solidariedade se fortalece nos tempos presentes. Ações solidárias têm ocorrido em todos os estratos sociais. A solidariedade amplifica o cuidado, cuidar de si é também cuidar do seu próprio corpo, a solidariedade projeta o cuidado para o corpo social. (Carreteiro, 2020, p. 19).

É preciso compromisso e entendimento da rede social da qual se faz parte e como é possível contribuir nessa rede, tendo em vista, que a saúde mental e física são coletivas.

2.2 Articulação de redes e estratégias para enfrentar a pandemia

O jogo da "cabra cega" consiste em vendar os olhos de um dos participantes e girá-lo até que fique tonto e desorientado. Os demais participantes se espalham e a pessoa vendada deve sair tateando e escutando, procurando agarrar os outros. Aquele que for tocado, passará a ficar no lugar da cabra cega e repetirá o processo com os olhos vendados até encontrar algum participante. Trago aqui a referência de um jogo infantil muito brincado

na Paraíba, como aquecimento para mais um momento de reflexão. Em nosso país vivemos a pandemia permeados por um clima paradoxal de solidariedade pela vida e de negacionismo pela economia. Muitas foram as vendas colocadas na visão política da coletividade, tantas outras foram colocadas definitivamente nos olhos de milhares de brasileiros que vieram a óbito. Tentaram vender a justiça e deixá-la mais cega do que já se propõem a ser. Tentaram colocar a ciência à venda e, diante da recusa, vendá-la, como vimos, na tentativa de prescrever o Kit COVID de forma massificada, com a justificativa de ter comprovação científica, sendo que, paradoxalmente, também vimos o quanto a ciência foi atacada quando comprovou a ineficácia das estratégias do Governo Federal e propôs estratégias contrárias às ideologias bolsonaristas, como os protocolos e a própria vacina. Graças às redes e todos os fios e nós que a compõem as vendas não se firmaram, porque não comportam o potencial da visão da coletividade e do anseio pela vida. Por mais desorientados que tenhamos ficado, aprendemos pela relação a tatear, escutar e encontrar a forma de removê-las.

Os trabalhos em rede têm como objetivo o bem-estar comunitário, ampliando o acesso às políticas sociais, pensando no enfrentamento dos problemas coletivos, compartilhando estratégias para ação, em um sistema de trocas e integração de recursos e metodologias de intervenção (Sanicola, 2008). Quando intersetorial, deve contar com a participação e gestão protetiva das instâncias governamentais e com a comunidade. Dessa maneira, há exercício da cidadania social, que diz do modo de ser do sujeito quando inserido na vida concreta da comunidade, desfrutando do espaço privilegiado para a construção da identidade individual e grupal (Sanicola, 2008). Algumas vias de inclusão e sobrevivência se mostraram essenciais para o fortalecimento das diversas redes espalhadas pelo Brasil, inclusive, como veremos a seguir, a rede de Camalaú-PB, onde o "cabra nordestino" não se deixou vender docilmente. São elas a inclusão digital e a ciência - tanto a tradicional quanto

a ciência dos saberes populares.

Vivemos em uma grupalidade universal hodiernamente caracterizada pela conectividade virtual, globalização de informações, tecnologias e por uma economia constituída pela “entidade” mercado financeiro, onde, com base nele os acordos mundiais de bens e serviços são realizados e o *status* social dos grupos sociais é determinado e a desigualdade se perpetua. A grupalidade é heterogênea e desigual e a conectividade no mundo virtual não mudou isso, muito pelo contrário. Mattos (2006) apresentou criticamente em seu trabalho a ideologia tecno-ufanista, que diz que com o advento das tecnologias, a inclusão digital se torna realidade para todos, sendo capaz de gerar uma democracia global. Em contraponto, Mattos (2006) ressalta que na realidade existem níveis de inclusão digital e econômica, onde, muitos sequer são contemplados com bens e serviços essenciais à vida, o que dizer com o acesso a internet e inclusão digital. Tal assimetria é observada no mundo e no Brasil; no período pandêmico ganhou contornos nítidos. Com o isolamento social e *lockdown*, estratégias de enfrentamento sanitário, a virtualidade se mostrou a via real para manutenção do fluxo das informações e conectividade, salvaguardando a ligação afetiva e produtiva.

No Brasil e em diversos outros países não há acesso direto e adequado a essa via para todos. As desigualdades sociais incluem essa exclusão. Durante a pandemia, para que muitos se mantivessem trabalhando, estudando, informados e até conseguissem benefícios sociais para a própria subsistência, precisavam do acesso às plataformas virtuais, verdadeiros portais para as redes pessoais e de políticas públicas. O que a pandemia desvelou foi o quanto a *internet* está a serviço sim de possibilidades de adaptação diante de adversidades e como ela não está disponível para todos. Por ser de uso restrito para quem tem poder econômico mínimo para adquirir o acesso e ser incluído, a virtualidade serve muito mais à

manutenção da dinâmica capitalista e das estratificações sociais que lhe servem de pilar de sustentação. Coelho e Conceição (2021) sinalizam os efeitos da exclusão digital:

Além disso, devem ser levadas em conta as repercussões da exclusão digital, que tem operado como fator de desproteção social, dificultando o acesso de famílias e indivíduos à rede de serviços e à convivência, reduzindo o sentido de cidadania e o reconhecimento social. Além dessas situações, devem ser ressaltadas as assimetrias produzidas socialmente pela pandemia, considerando os marcadores de raça, gênero e/ou classe social, com quadros de risco de mortes em maior número na população negra, cujos dados são subnotificados no Brasil, bem como a ampliação das questões de violência e desproteção, mostrando que o impacto da pandemia atinge mais os grupos sociais historicamente negligenciados (p.3-4).

Sobre a participação do Governo Federal no que tange o acesso à *internet* durante a pandemia, não temos nenhuma surpresa. O presidente acionou o STF, por meio da AGU (Advocacia Geral da União), por ser contra a Lei 4.172 de 2021 que prevê o repasse de R\$ 3,5 bilhões para financiar o acesso à internet com fins educacionais. Bolsonaro havia vetado a lei, alegando que ela é inconstitucional e coloca em risco o equilíbrio fiscal da União. Apesar da tentativa, o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional (UOL, 2021). Apesar das redes serem constantemente abaladas pela quebra de compromisso pelo Governo Federal, os demais nós se mantêm em articulação. Principalmente durante a pandemia, algumas estratégias visando à adaptação para essa inclusão digital têm sido realizadas nas comunidades.

A outra via de inclusão e sobrevivência foi pela resistência da ciência que nos forneceu orientações essenciais de prevenção e manejo durante o contágio,

concomitantemente à valorização das comunidades dos saberes populares. Santos (2014) aborda e ressalta a importância do que chama de ecologia dos saberes. Nos diz que a ecologia dos saberes não se realiza nas cátedras das academias ou por estudos metodologicamente validados por doutores. Vem à tona em contextos de diálogos prolongados, encontros suficientemente inclusivos e acolhedores, para que a diversidade de conhecimentos possa emergir. Corresponde a uma construção democrática do conhecimento que demanda tempo e exige paciência. É a expressão da criatividade e da noção de convivência harmoniosa entre saberes dos grupos sociais oprimidos, explorados e discriminados, como é o caso dos sertanejos. Santos (2020) nos diz que apesar da extinção do colonialismo convencional, é possível notar que as ex-colônias representam ainda hoje, um modelo de exclusão radical que permanece carregado de pensamentos e de práticas modernas ocidentais, tais como ocorreu no período colonial. Essa realidade configura uma injustiça social global que está intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A superação do que chama de pensamento abissal é possível por meio do que define como ecologia dos saberes, que é o reconhecimento da infinita pluralidade de saberes e da necessidade de conjugação desses, a partir de uma proposta que visa a romper com a monocultura de um só saber. A ecologia dos saberes tem como principal objetivo criar um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outras formas de conhecimento (Novaes, 2018). Alberto Caeiro (Fernando Pessoa) tem algo a nos dizer que se coaduna com a proposta de Boaventura Santos com ecologia dos saberes:

O essencial é saber ver, mas isso, triste de nós que trazemos a alma vestida, isso exige um estudo profundo, aprendizagem de desaprender. Eu prefiro despir-me do que aprendi, eu procuro esquecer-me do

modo de lembrar que me ensinaram e raspar a tinta com que me pintaram os sentidos, desembrulhar-me e ser eu.

Em relação ao pensamento abissal, a exclusão que gera e a ecologia dos saberes como meio para transformar essa realidade, Santos (2014) esmiúça trazendo a perspectiva de ecologia dos saberes como locus onde cruzam-se conhecimentos e também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, assim como não existe uma unidade de ignorância. As formas de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto às formas de conhecimento. Dada essa interdependência, a aprendizagem de certos conhecimentos pode envolver o esquecimento e, em última instância, a ignorância de outros. Desse modo, na ecologia de saberes, a ignorância não é necessariamente um estado original ou ponto de partida. Pode ser um ponto de chegada. Pode ser o resultado do esquecimento ou da desaprendizagem implícita num processo de aprendizagem recíproca. Assim, em um processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes, é crucial a comparação entre o conhecimento que está sendo aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido. A ignorância só é uma forma desqualificada de ser e de fazer, quando aquilo que se aprende vale mais do que aquilo que se esquece. A utopia do interconhecimento consiste em aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. O princípio da prudência que subjaz à ecologia de saberes convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes (Santos, 2014).

É sabido que conhecimento é poder, para se perpetuar dominação e exclusão, sendo estratégico para manutenção das hegemonias, muitas vezes naturalizadas, tornando-as inquestionáveis. O apagamento de outros saberes é a arma mais letal. Contudo, mais

impactante que o poder e o seu exercício é a potência dos povos. Ela é advinda da coletividade, da solidariedade e da resistência que geram. Saberes em diálogo com a ciência e a ciência reconhecida pelo povo gera conhecimento de potência e atos de sobrevivência. A virtualidade é um novo território, também potencial, que deve ser conquistado pela coletividade, deixando de ser mais uma via de poder, para gerar criação e proteção social com amplitude de vínculos em rede. Ainda estamos engatinhando nesse intento, mas, potências estão emergindo. Camalaú-PB é um exemplo imperfeito e necessário para nos inspirar.

CAPÍTULO III - MÉTODO

3.1 Camalaú - Não troco o meu “oxente” pelo “ok” de ninguém!

“Sopra o vento - o sertão incendiário! Andam monstros sombrios pela estrada, e, pela estrada, entre esses monstros, ando!” Suassuna

Camalaú é um nome de origem indígena (Tapuais – Cariris - Tarairiús) e pelo idioma tupi-guarani que significa ‘Rio Camará’. Remontando a sua origem etimológica, a palavra pode também se referir à Pedra da Rajada, que é um dos pontos geográficos mais altos da região, com formato de seio (Mariano Sobrinho, 1997). Segundo o autor e o IBGE, o nome também pode ser referência ao chefe guerreiro indígena Camalaú, da tribo Caibus, que ocupava as proximidades da fazenda da qual se originou o município. A importância desse nome é identitária:

O nome Camalaú é o maior atestado da nossa identidade cultural. A luta dos primitivos habitantes contra as adversidades do meio, inclusive contra as secas [...] A luta desigual contra o opressor; o gosto pelas atividades artesanais; o apego ao chamado telúrico da terra-mãe; palavras, tradições, costumes, que antecedem à colonização dos brancos – tudo isso nos fala de um passado que se faz presente, mesmo que não saibamos ou queiramos aceitá-lo ou compreendê-lo.” (Mariano Sobrinho, 1997, p. 73).

Paradoxalmente à identidade indígena, Camalaú, assim como o Brasil, se constituiu na sombra da cruz católica dos descendentes dos colonizadores. Antes de ser um povoado desmembrado do município de Monteiro, em 19 de março de 1962, Camalaú foi uma fazenda. Sua origem ocorreu em 21 de junho de 1895, quando Domingos Ferreira de Brito e Rosa Maria da Conceição doaram mais de 16 hectares de terra da Igreja Católica para a formação do patrimônio de São José, por solicitação de José Cardoso da Silva, que seria considerado o fundador da cidade. Tornou-se município depois de conflitos entre os coronéis anti-oligarcas de Monteiro e as oligarquias dominantes da Paraíba. A data de instalação do município ocorreu no dia 19 de março de 1962, quando houve o desmembramento de Camalaú do município de Monteiro, por força da Lei Estadual nº 2.617 de 12 de dezembro de 1961 (Mariano Sobrinho, 1997; Prefeitura de Camalaú, 2022).

A economia, desde a sua fundação, é caracterizada por agropecuária rudimentar e de subsistência, atividades artesanais como a renda irlandesa “renascença”, e atualmente a costura para empresas, pequenos e médios comércios (Fabrícios), além do funcionalismo municipal. Mariano Sobrinho (1997) ressalta:

O Brasil, pela forma como foi colonizado, produziu, assimilou, difundiu e sedimentou a Cultura da Pobreza, com reflexos bem marcantes na Região Nordeste.

Neste contexto, a microrregião dos Cariris Velhos da Paraíba tornou-se uma das campeãs da miséria, e, dentro dela, Camalaú é um dos municípios que segue a linha de frente. Não é por acaso que temos tanta pobreza, tanto atraso, tanto analfabetismo, tanto sofrimento. (p.108).

Diante dessa realidade, foram muitas as lutas para que o poder político e econômico do município saísse do controle das oligarquias hegemônicas e a comunidade se desenvolvesse. Na década de 1980 isso foi possível com a eleição de um representante do povo e, de lá para cá, é o que tem acontecido, apesar de a família Chaves, oriunda de um oligarquia, ainda se presentificar na política com contundência. Mariano Sobrinho é um advogado e cientista social, filho dessas terras, que compõe o pioneirismo no desenvolvimento do município em diversos setores, do governamental ao comunitário, sempre pela premissa da educação como forma de vencer a subserviência e a ignorância. Ao longo dos últimos 50 anos tem se consolidado como uma liderança social e cultural significativa do Cariri Ocidental. Ao expor os planos de trabalho a serem executados em Camalaú, com base em perspectivas de desenvolvimento, ele o fez após expor seus sentimentos sobre essa terra:

Camalaú tem vivido muito nos liames da dor, e, em vários momentos, a dor de tantos transformou-se em um grito... até que o grito de muitos está se transformando em um canto - um canto de dor, mas, mesmo assim, um canto!... Canto que nasce do grito de dor dos Cariris e Tarairiús – grito que, ecoando através dos tempos, encontrou ressonância no grito do negro escravo e do mestiço ou mesmo do branco injustiçado, e, perpetuando-se através da História, ainda hoje faz vibrar a alma e o coração daqueles que sentem e sabem que em suas veias corre o sangue do oprimido e do opressor!... E esse canto, sem dúvidas, dará um novo ritmo

à caminhada desta gente sofrida e será o próprio hino da libertação dos que vivem sob o jugo do subdesenvolvimento e da miséria! (Mariano Sobrinho, 1997, p. 126).

Visando a concretizar esse sonho de libertação, Mariano Sobrinho (1997) sugere 10 pontos focais para o trabalho em rede intersetorial: Modernizar a Administração Pública; promover a geração de renda; desenvolver ações básicas de saúde; melhorar a educação em todos os níveis; apoiar a cultura, o turismo, o esporte e o lazer; melhorar a urbanização e as construções e as instalações rurais; adequar as estradas, os meios de transporte e os meios de comunicação à nova realidade; ampliar e aproveitar melhor os recursos hídricos; ajudar as famílias carentes; estruturar e organizar a comunidade para a realização de ações especiais. E tem sido o movimento de execução destes pontos que vejo em minhas “janelas” virtuais e, por isso, esta proposta de pesquisa.

Outras duas características identitárias muito marcantes do povo de Camalaú são as festividades atreladas à cultura nordestina, tecida pela linha religiosa cristã (Catolicismo)¹⁷ e a linha da diversidade cultural do sertanejo e o sentimento e postura aguerrida pela política, o que vivenciam de forma apaixonada, sempre atrelada ao encontro, que gera de contendas ao riso. Mariano Sobrinho (1997) apresenta uma série de anedotas para exemplificar a constituição identitária do camalauense e/ou fatos históricos de sua constituição. Me faz recordar da obra “Auto da Compadecida” de Suassuna, que não à toa, paraibano como era, sabia bem que o povo do sertão é feito de boas estórias, que ao serem questionadas pelos letrados e curiosos, recebem por resposta “Não sei, só sei que foi assim.” Sobre a política e o movimento eleitoral de Camalaú, segue um conto desse ponto: “O traseiro do Candidato”:

¹⁷ Vale ressaltar que o município possui outras agremiações religiosas como: Espiritismo, maçonaria e protestantismo.

No sentido correto, a Política é “arte de governar” ou o meio de conquistar, manter e exercer o poder, objetivando o bem comum, o bem de todos. Lamentavelmente, na prática, não tem sido assim. Especialmente nas épocas das campanhas políticas, muitas pessoas perdem a moral e a vergonha, e apela para todos os sentimentos vis relacionados com a fofoca, a mentira, os falsos testemunhos, etc. Alguns políticos passam a agir de forma diferente do seu comportamento normal: passam a viver sorrindo, dando “abraços de tamanduá”, participando de festas, pagando “bicadas”, carregando caixões de defuntos, etc. - tudo para enganar o povo. É aí que a Política vira politicagem. Em recentes eleições para Presidente da República, uma revista publicou a foto de um candidato (que chegou a ser eleito), mostrando o traseiro. Em Camalaú, também, o “folclore eleitoral” é muito rico de piadas e fatos que têm ocorrido no decorrer das campanhas eleitorais. Em 1988, por exemplo, o professor Antônio Mariano disputava a Prefeitura de Camalaú, e um dos seus candidatos a vereador chamava-se “Zé Miguel”, figura muito conhecida em Camalaú, sempre muito animado e muito conversador. Os candidatos estavam fazendo o “corpo-a-corpo”, de casa em casa, visitando as pessoas e “pedindo votos”... Era uma tarde de setembro; o sol estava quente demais; e o professor Mariano, “Zé Miguel” e outros amigos tinham ido visitar uns eleitores que residiam próximos ao sítio Conceição. A estrada, porém, era desconhecida. Num certo trecho da estrada, “Zé Miguel” sentiu uma forte dor de barriga, e gritou que o motorista parasse o carro e um lugar onde não houvesse casas por perto, pois ele queria fazer um “serviço urgente”. Um pouco adiante, havia uma grande pedra na beira da estrada, e “Zé Miguel” ordenou que parasse ali. Apressado em fazer suas necessidades fisiológicas, “Zé Miguel” já desceu do carro com as calças nas mãos, correndo para

trás da pedra, para se encobrir dos amigos que estavam no carro - um gesto muito natural. Na pressa, porém, não viu que havia uma casa bem atrás da pedra, e que ele estava se escondendo, justamente, no terreiro daquela residência. O mais grave é que a dona da casa estava bem a porta, a poucos metros de distância da pedra... e, diante daquele quadro, de olhos fixos no traseiro do candidato, ela só fez resmungar, enquanto batia a porta: “Era só o que faltavam fazer, era cagar em minha porta! Em tempo de política, a gente vê cada uma, até a bunda de quem tem o c* virado pra lua!” (p. 242).

No quesito festividades, estas são bem afamadas pelo Carnaval no balneário do açude banhado pelas águas do Rio Paraíba; pelas pegadas de boi, que sempre terminam em forró; e as festas religiosas, como o São João e a festa de emancipação do município em homenagem ao padroeiro São José. É uma comunidade repleta de músicos e adeptos da arte popular. Emanam deles a hospitalidade e a graça dionisíaca, sendo o que os têm ajudado a suportar as agruras da pobreza e as adversidades. Atualmente, as festas incrementam a Rota do Turismo, projeto criado pela união dos governos municipais do Cariri para impulsionar a economia de forma sustentável, enquanto valorizam a natureza, os sítios arqueológicos e a cultura.

A estrutura organizacional e as funções administrativas, bem como, os princípios e objetivos que regem o funcionamento de Camalaú-PB são apresentadas pela Lei nº 139/97:

Dos princípios e objetivos da Administração Municipal:

Art 2º - As atividades do Governo Municipal serão executadas, de acordo com os seguintes princípios:

I- Modernização das ações administrativas;

II - Definição das prioridades no conjunto das ações;

III - Transferência administrativa;

IV- Parceria o Governo Federal, Governo Estadual, Governos Municipais e Entidades Governamentais e Não-Governamentais;

V- Participação Comunitária, através de iniciativa popular, dos plebiscitos e referendos, dos Conselhos, dos Comitês, das Associações e dos Grupos de trabalho, no âmbito de suas competências.

Art 3º - As ações administrativas do Governo Municipal de Camalaú serão orientadas no sentido de atingir os seguintes objetivos gerais:

I- Organização de uma sociedade livre, justa, solidária, consciente, participativa e progressista;

II - Promoção do bem-estar de cada pessoa, sem distinção de qualquer natureza, assegurando o progresso social, econômico e cultural de todas as comunidades participantes, bem como o equilíbrio político e ecológico de todo o Município;

III - Apoio ao desenvolvimento integral de todos os cidadãos, defendendo os direitos fundamentais de cada um, contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Constituição do Estado da Paraíba e na Lei Orgânica do Município de Camalaú, e, ainda por todos os meios possíveis, combatendo a pobreza, o atraso cultural e a marginalização em todos os aspectos, reduzindo as desigualdades.

IV- Desencadeamento de um processo de transformações econômicas, sociais e culturais, especialmente através de mudança de mentalidade das pessoas envolvidas, provocando um salto de melhoria quantitativa e qualitativa nas ações político-administrativas e sociais-comunitárias. (p.1-2)

Os princípios e objetivos foram esmiuçados, amadurecidos e dispostos em uma organização e estrutura mais complexas na Lei Orgânica do Município de Camalaú em 2001. Contudo, mantendo a mesma essência principiológica e objetivos. Atualmente a estrutura organizacional é constituída pelas seguintes secretarias: Administração; Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Controle Interno; Educação; Finanças; Infraestrutura; Saúde; Trabalho e Ação Social. Na Tabela 5 apresento cada uma delas juntamente com suas funções segundo apresentado pela Prefeitura de Camalaú¹⁸:

Tabela 5

Funções das Secretarias da Prefeitura de Camalaú.

Secretaria	Função
Administração	A secretaria de Administração é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função planejar e coordenar as atividades relacionadas à administração, garantindo segurança e maior transparência na execução dos atos. Também é responsável pela estrutura organizacional da gestão, incluindo a organização de processos licitatórios e concursos públicos e o desenvolvimento de capacitações e valorização dos servidores.
Controle Interno	A secretaria de Controle Interno é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função preservar a aplicação correta e sustentável dos recursos públicos. Também atua como órgão fiscalizador do orçamento das secretarias de governo, observando os atos administrativos e promovendo ações preventivas de combate à corrupção.

¹⁸ Fonte: <http://camalau.pb.gov.br/>

Agricultura/Meio Ambiente/ Recursos Hídricos	A secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função estimular o desenvolvimento da atividade agrícola, em garantia do crescimento do produtor rural e a proteção do meio ambiente, a partir da implementação de projetos e a inserção da tecnologia como instrumentos estratégicos para melhoria da vida rural.
Educação	A secretaria de Educação uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função organizar, coordenar e realizar o desenvolvimento de atividades relacionadas à política educacional do município, observando a legislação em vigor e as metas a serem alcançadas, com base no plano de educação e nas decisões estabelecidas por conselhos que trabalham integrados a secretaria.
Finanças	A secretaria de Administração e Finanças é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função planejar e coordenar as atividades relacionadas à administração, garantindo segurança e maior transparência na execução dos atos públicos. Também é responsável pela estrutura organizacional e financeira da gestão, incluindo a organização de processos licitatórios e concursos públicos e o desenvolvimento de capacitações e valorização dos servidores.
Infraestrutura	A secretaria de Infraestrutura é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função proteger e garantir a manutenção do espaço pertencente ao patrimônio público, por meio de ações programadas, a fim de contribuir com o desenvolvimento da política de infraestrutura e limpeza urbana do município.

Saúde	A secretaria de Saúde é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função gerenciar o Sistema Único de Saúde (SUS), na área georreferenciada do município e promover ações relacionadas aos serviços de saúde e atendimento à população.
Trabalho e Ação Social	A secretaria de Assistência Social é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função desenvolver a política de desenvolvimento social e gerenciar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através de promoções a valorização humana e a garantia de direitos à cidadania.

Dentre os municípios da região, Camalaú-PB demonstra destaque positivo no combate à pandemia. Segundo dados do último censo do IBGE (2021), a população da cidade é de pouco mais de 7.000 habitantes. De acordo com o último boletim fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, que é feito semanalmente pela mídia social *Instagram* (página: @prefeituradecamalau), no dia 17 de janeiro de 2022, às taxas apresentadas, referentes a todo o período pandêmico, era de 430 casos confirmados; 02 casos ativos; 422 casos recuperados e 06 óbitos. O relatório geral informava 1529 casos notificados; 1099 descartados; 160 testes realizados em ações e 0 casos em investigação. No último vacinômetro, atualizado no dia 10 de janeiro de 2022, 5.803 pessoas haviam sido vacinadas com a primeira dose; 5.205 com a segunda e/ou dose única e 952 com a dose de reforço, totalizando assim 96,2% da população vacinada com a primeira dose e mais de 86% atingindo a imunização com a segunda dose. Ao longo da divulgação, por vezes, procurou-se diferenciar a quantidade de idosos, profissionais da saúde, da educação, pessoas com comorbidades e pessoas que compõem os quilombolas, mostrando a preocupação com a

diversidade populacional. O foco das campanhas agora está na vacinação das crianças. Além dos esforços em instituírem por decretos municipais os protocolos sanitários, contaram com as ações sólidas e adaptadas às particularidades da comunidade promovida pela Vigilância Sanitária e programas de assistência social. Também foram realizadas transferências de renda e promoção do ensino remoto.

Diante dos desafios que estamos enfrentando como sociedade considero relevante o estudo aqui proposto, por ser uma pesquisa que se atenta em ouvir a história de como um município nordestino, localizado no Cariri Ocidental (marcado pela seca), têm sobrevivido ao contexto pandêmico necropolítico do Brasil. Frutificando em informações, estratégias, atos criativos da coletividade, vias de governança e governabilidade, mobilização nas dinâmicas em rede, nos nutrindo com lições importantes nesse momento de intenso aprendizado de sobrevivência.

3.2 Objetivo Geral

Analisar as ações de enfrentamento da situação pandêmica ocasionada pela COVID-19 pelo município de Camalaú-PB.

3.3 Objetivos específicos

- Mapear a rede intersetorial e sociocomunitária de Camalaú nas ações de enfrentamento à COVID-19.

- Identificar barreiras e facilitadores para o enfrentamento da crise pela gestão e comunidade de Camalaú-PB.
- Analisar as narrativas dos agentes e atores responsáveis pelas ações coletivas de enfrentamento a COVID-19.
- Identificar como a matriz identitária da comunidade Camalauense permeou as ações criadas coletivamente para o enfrentamento da pandemia.

3.4 Abordagem qualitativa

Este trabalho trata de um estudo de caso, embasado no paradigma interpretativo qualitativo, sob a ótica de compreensão da complexidade, a qual leva em consideração algumas das múltiplas dimensões que o fenômeno apresenta. A via qualitativa tem como foco as intenções e interpretações dos participantes, o envolvimento do pesquisador no estudo e na construção social da realidade, compreendendo como a experiência é construída e como adquire significado (Melo et al., 2015). O foco central deste estudo está nas interações, informações e sentidos co-construídos e nas ações desenvolvidas pelos agentes e atores sociais em seus respectivos contextos sócio-político-cultural e nas dinâmicas da rede intersetorial.

A escolha metodológica pelo estudo de caso é apropriada quando as perguntas de pesquisa, para serem respondidas, requerem uma descrição ampla e profunda do fenômeno social (Yin, 2010). Esta pesquisa adota o estudo de caso descritivo-exploratório, pois, para responder às perguntas de pesquisa, será necessário mapear minimamente, descrever e analisar como a rede intersetorial do município de Camalaú-PB vem se estruturando e se articulando ao longo da pandemia. Yin (2010) define esse método como uma investigação empírica em profundidade e, em seu contexto real, é especialmente adequada quando os

limites entre o fenômeno e o contexto não podem ser claramente definidos. O estudo de caso permite a utilização de diversos procedimentos e técnicas, aqueles que forem os mais adequados para o aprofundamento que o caso necessita.

3.5 Coleta e análise de dados

Nesta pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas, conforme roteiro Anexo C, com alguns atores atuantes na rede de serviços do município de Camalaú-PB. Ainda que tenhamos realizado entrevistas individuais, o foco está no sujeito constituído no coletivo, que pode se transformar e ser transformado nas interações sociais. Portanto, buscou-se identificar como cada participante vivenciou a crise pandêmica, as principais estratégias, barreiras para o enfrentamento da pandemia e como o trabalho em rede foi desenvolvido. Além da entrevista semi-estruturada também foi utilizada a coleta de informações sobre o município em mídia social do *Instagram*, site da prefeitura e reportagens que traziam eventos ou fatos atrelados ao município.

A princípio iniciamos uma articulação com um ator-chave do município, o prefeito em exercício de Camalaú, empossado após um escândalo de corrupção. O critério de seleção por este ator chave se deu pelo lugar de destaque que me pareceu ter nas postagens dos camalauenses que acompanho no *Instagram* e por ser um ator social significativo na rede intersetorial do município pelo cargo que ocupa, além de poder contribuir com uma visão do seu lugar sociocomunitário, por ocupar um lugar de representação no que tange a cultura e o trabalho comunitário (informações obtidas após pesquisas sobre este ator e pelas menções a ele pelas pessoas da minha rede pessoal). Foi contatado e comunicado sobre a intenção de realizarmos a pesquisa, considerando que a cidade vinha se destacando por suas

estratégias em lidar com a pandemia. Foi informado que a constatação de destaque no manejo da pandemia se deu por meio da busca de informações em mídias sociais que apontaram o município com um número baixo de mortalidade por Covid-19 e o destaque para algumas estratégias de enfrentamento da crise.

A pesquisa procurou entrevistar os representantes das áreas componentes da estrutura organizacional apresentada, assim como, os que foram recomendados por sua importância no combate à crise sanitária, como religiosos, comerciantes e demais atores sociais. A pesquisa foi realizada de forma presencial e em grande parte dos encontros de forma remota, por meio de aplicativo de videoconferência *Google meet* com pessoas que compõem a rede de políticas intersetoriais do município de Camalaú-PB.

Participaram da pesquisa nove atores sociais, com valência de representatividade no município de Camalaú-PB (conforme discriminado na Tabela 5 com as descrições correspondentes). Os participantes foram recrutados utilizando-se o método bola de neve, forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência e busca pelas redes sociais dos entrevistados que fornecem contatos potenciais (Vinuto, 2014). Conforme Vinuto (2014), essa é uma técnica executada da seguinte maneira:

Para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas *sementes* indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja,

não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. (p.203).

O processo de saturação, no caso dessa pesquisa, se destaca pela própria citação dos entrevistadores e indicação de novos representantes da rede durante a pandemia, cobrindo os principais nomes que se destacam nessa rede, nos fornecendo uma amostra representativa com narrativas diversas considerando os diferentes locais de atuação da população entrevistada. As indicações feitas pela semente foram diversas, incluindo pessoas opositoras do governo municipal, pessoas da comunidade com participação na rede intersetorial, representantes religiosos, do comércio e da zona rural. Contudo, após diversas tentativas, somente nove participantes decidiram por aderir a pesquisa. Essa é uma limitação encontrada no processo de saturação do mapeamento da rede, tendo em vista, que os entrevistados são pares entre si, contribuindo para que o entendimento positivo dos resultados apresentados fosse possível. A saturação atingida foi suficiente para atingir minimamente os objetivos da pesquisa, mas, não saturou a rede em si e os atores que a compõem. Nesse sentido, a participação comunitária é mencionada, mas, não pode ser estudada a fundo, por não ter sido possível entrevistar alguns dos seus representantes pelo foco intersetorial que acabou sendo a rede escolhida para análise, mesmo, com suas limitações.

A Tabela 6 traz alguns dados dos participantes da pesquisa, cujos nomes apresentados são fictícios a fim de proteger minimamente as identidades dos participantes e manter o sigilo das informações, na medida do possível, tendo em vista, que são pessoas conhecidas no município, até mesmo, pelo lugar que ocupam na rede intersetorial. Quanto à fragilidade do sigilo, os participantes cederam autorização no início das entrevistas, por

entenderem a importância da visibilidade da história do município durante a pandemia, bem como, das pessoas que contribuíram para isso.

Tabela 6

Informações sobre os participantes

Nome	Cidade de origem	Quanto tempo em Camalaú	Profissão	Onde trabalha
Pedro	Sossego/PB	Há 1 ano	Padre	Paróquia
Lucas	Monteiro/PB (50 km de Camalaú)	Fica entre a cidade de origem e Camalaú	Veterinário	Coord. da Vigilância sanitária
Ângela	Monteiro/PB	Fica entre a cidade de origem e Camalaú	Psicóloga	Assistência Social (contrato)
Gonzaga	Camalaú/PB	Residente	Músico e filósofo	Prefeito em exercício
Cora	Pernambuco	Mora desde que nasceu	Letras e pedagogia	Secretária de Educação (cargo comissionado e concursada)
Zé	Monteiro/PB	Mora desde que nasceu	Ensino Médio	Produtor/ Fabrício
Tereza	Congo/PB	Mora desde que nasceu	Técnica de enfermagem	Unidade Básica de Saúde, trabalha há 6 anos (contrato)
Assis	Congo/PB	Passou a morar na	Bacharel em Direito - Ciências	Ex-prefeito e referência comunitária

		adolescência , assim que o município foi criado.	Sociais e pós-graduado em História.	para assuntos sociais, educação e saúde.
Sivuca	Pernambuco	Mora desde que nasceu.	Geografia/ Agroecologia Doutor em engenharia e gestão de recursos naturais.	Músico, Ex vice-prefeito ex-prefeito em exercício. Professor de geografia.

Após o primeiro contato e verificação de possibilidade em realizar a pesquisa, começamos as entrevistas, as quais ocorreram no período de 08/11/2021 a 17/02/2022, sendo realizadas em sua grande maioria de forma remota. Somente a entrevista com o prefeito foi realizada de forma presencial, quando o mesmo esteve em Brasília para uma convenção política.

Após coleta de dados, as entrevistas foram transcritas e utilizamos o *software* de análise qualitativa MAXQDA como auxílio para a realização da análise temática. Esse *software* ajuda a levantar os indicadores significativos gerados pelas informações coletadas nas entrevistas, as quais são organizadas pelo pesquisador em categorias. O *software* MAXQDA, utilizado para análise de dados qualitativos e auxílio na codificação de dados para análise, foi criado em 1989 e está disponível para sistemas operacionais do Windows (MAXQDA, 2022). Contudo, ele não efetua a análise temática em si, mantendo o princípio da interpretação e implicação da pesquisadora.

A análise dos dados e a apresentação deles deu-se da seguinte maneira: organização das informações obtidas nas entrevistas realizadas, visando identificar os nós constituintes da teia relacional, concretizada pela construção de um desenho da rede, tendo por base os princípios do sociograma (Moreno, 1992), e as leituras de teorias de redes focadas na vinculação dos sujeitos como forma de apresentar a rede intersetorial. Partindo da compreensão dessa estrutura e dos lugares relacionais, foi apresentada uma narrativa da lógica de sobrevivência no transcorrer dos eventos pandêmicos, que resultaram em temas construídos a partir da análise temática das entrevistas. Assim, a linha metodológica exposta até o momento é coerente com a proposição analítica teórica: colocar em conversação teóricos de diversas áreas das ciências humanas e sociais, retirando-os dos seus domínios de origem, para assim interagirem pela *mestiçagem* com a lógica metodológica qualitativa (Sousa Filho, 2012).

Conforme apresentado por Molina González (2005), as raízes dos estudos de redes sociais advêm de duas abordagens: a sociocêntrica e a egocêntrica. De acordo com o autor, a abordagem sociocêntrica surge entre 1922 e 1934, com os autores Simmel e Moreno. Moreno, em 1934, em um estudo sobre sociogramas, faz uma representação gráfica em forma de diagrama de uma rede social. Esse método de representação gráfica posteriormente passa a ser uma forte ferramenta dos analistas de redes sociais denominada Sociometria. A abordagem sociocêntrica explica as propriedades de um conjunto de relações entre um grupo de atores predefinidos. Assim, trata-se de um sistema fechado. Já a abordagem egocêntrica, segundo Molina González (2005), surge entre 1955 e 1961, com Bott e Epstein, e estuda as conexões que podem ser traçadas a partir de um ator em específico. Nessa perspectiva, foi obtido por meio das narrativas dos entrevistados um desenho da rede intersetorial, seguindo

os princípios do sociograma moreniano, visando apresentar a dimensão relacional, a realidade social de Camalaú-PB. Para chegar a esse objetivo foi importante retomar o entendimento de Tricotomia social (Moreno, 1992) que entende o universo social como sendo composto por três dimensões: Sociedade externa, a matriz sociométrica e a realidade social. A “sociedade externa” sendo, os grupos reconhecidos, rejeitados ou permitidos, mas, não mapeados pela lei e a dimensão invisível - “tele, o átomo social, o super átomo ou molécula (diversos átomos interligados), o "socióide" que pode ser definido como um agrupamento de átomos interligados a outros através de correntes ou de redes interpessoais." (Moreno, 1992, p. 182) - que constitui “a matriz sociométrica”. Da junção desses é concebida a “realidade social”. Compreender essa sociodinâmica é o desafio da análise proposta neste estudo e devido a complexidade implicada, a Análise Temática de viés reflexivo crítico, agrega a estratégia metodológica para alcançar essa finalidade, principalmente, para o entendimento da matriz sociométrica no que diz respeito ao desvelar das estratégias grupais, vivências, ideologias e sentidos compartilhados. O sociograma apresenta a oportunidade de traçarmos uma imagem momentânea e transitória do grupo. Como técnica de representação gráfica é método exploratório, podemos levantar através dele o mapa de uma comunidade, como que colocando-a em um microscópio, onde vemos diversos átomos sociais e culturais que a constituem (Moreno, 1992). Para elaboração de um sociograma é preciso definir os critérios sociométricos, que dizem dos valores e normas sociais, dos motivos que agrupam os sujeitos para a consecução de um objetivo determinado (Moreno, 1992). No presente trabalho, após escutar diversas vezes o que foi dito pelos atores sociais e pelas aproximações teóricas sobre redes, buscamos compreender quem foi parte da rede do município aqui estudado para o enfrentamento desse momento de crise. Nos inspiramos no que Sluzki (1997) traz como perguntas que têm como destino definir

integrantes da rede, que geram reflexão e auxiliam a mapear a rede. Assim, para elaboração do mapa sociogramático da rede, nas entrevistas, fizemos a pergunta: “Com quem eu posso contar?”.

A análise temática é caracterizada por uma codificação fluída e flexível, em que os códigos podem evoluir e se modificar ao longo do processo, conforme fases apresentadas na Tabela 7. Ela objetiva a profundidade do envolvimento interpretativo (Braun & Clarke, 2006). Seguindo a premissa da reflexividade a interpretação dos dados será orientada para propor uma crítica social. A análise temática é um conjunto de métodos e não uma metodologia, por isso, para serem utilizados de forma profunda e relevante devem ser embasados por teorias que potencializam o alcance interpretativos dos dados e primam pela flexibilidade e contextualização. Coadunando com esse aspecto tem-se a Socionomia (Moreno, 1992; 1997) e a teoria de redes (Rovere, 1999; Milanese, 2012) em seu viés de complexidade como via metodológica que permeia a pesquisa da coleta à análise de dados.

Tabela 7

Fases da Análise temática

Fase	Descrição do processo
1) Familiarização com os dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco de dados; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.

- | | |
|-------------------------------|--|
| 5) Definindo e nomeando temas | Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema. |
| 6) Produzindo o relatório | Fornecer exemplos vívidos; realizar a última análise dos extratos escolhidos na relação com a pergunta de pesquisa e literatura; fazer o relato científico da análise. |

Fonte: Braun & Clarke, 2006, p. 87

A análise temática da codificação obtida pelo *MAXQDA* resultou em três grandes temas: 1. De ponto em ponto se faz a renda. – saberes que movem a lógica e as interseções da rede; 2. “Só o real é contraditório” (Assis Chateaubriand) – eventos importantes para o desenvolvimento da pandemia no município; 3. “Não sei. Só sei que foi assim.” (Suassuna) – dificuldades e enfrentamentos em rede. Foram apresentados pela via da intersecção entre a reflexividade e interpretação da pesquisadora com o compartilhar dos atores sociais, primando pela metodologia socionômica (Bernardes, 2017) e da ecologia dos saberes (Santos, 2014), para que haja presentificação dos sujeitos em meio ao meu compartilhar e processamento dos resultados.

Esta pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, no dia 07 de novembro de 2021 conforme Anexo D. Vale ressaltar que as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1996) foram seguidas a fim de resguardar os participantes da pesquisa. Na realização das entrevistas foi lido em voz alta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e o termo de uso de imagem (vide Anexo A) e o Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz (vide Anexo B), sendo assinados mediante envio por *e-mail* ou aplicativo WhatsApp. Ressalta-se, ainda, que todos os participantes da

pesquisa são referidos por nomes fictícios a fim de proteger suas identidades e manter o sigilo das informações. Ademais, as entrevistas aconteceram de forma *on-line*, por aplicativo de videoconferência, considerando o momento pandêmico, sendo conduzidas seguindo a lógica de preceitos éticos e sigilo levantados nas Resoluções nos 010/05 e 004/20 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), as quais tratam sobre atendimento remoto.

CAPÍTULO IV - Quem sobreviverá? - Resultados e Discussão

Mãos calejadas, carregadas de histórias muitas vezes não ditas, mas, com agulha e fio tecidas. Habilidosas, com movimentos delicados e precisos. Pacientes, resistentes, unidas engendram por fim a renda, que como a flor do mandacaru, brota e embeleza o sertão. As rendeiras são mulheres que tecem a vida dos lugares onde vivem. Cada ponto, um ato criativo, cada tecido uma renascença, uma sobrevivência. Inspirada nas rendas, a partir de seus pontos, seus segredos, que são parte da identidade cultural do Cariri, iremos compreender como a rede de Camalaú-PB se apresentou na costura da pandemia.

A história conta que a renascença chegou ao nordeste brasileiro pelas freiras francesas, sendo arte restrita aos conventos. As rendas eram utilizadas pela igreja, clero e colonizadores ricos que moravam no Brasil (IICA, 2017). Com o passar do tempo, o povo teve acesso à técnica e, criativo que é, mesclou a arte do colonizador com arte indígena, a qual possuía pontos inspirados na tecelagem de cipó que os índios da região utilizavam para fazer esteiras e cestos, dando identidade brasileira à renda, agregando valor ao átomo cultural do sertanejo nordestino (IICA, 2017). O brasileiro, com o reconhecimento dos seus saberes, produz a arte mais bela e essencial à sobrevivência: a arte de se descolonizar. Com isso, vamos começar este render. Para tanto, me autorizo a dialogar com a linguagem mais

afeita ao universo de meus participantes e a utilizar metáforas descomplicadas. Para começar, precisamos de linha, agulha e lacê. O papel riscado com o traçado a ser seguido no alinhavar e de uma almofada de tecido, onde colocamos o papel e costuramos a renda. Por linha, temos o arcabouço teórico conceitual apresentado. A agulha é a reflexividade e a interpretação, apresentada pela escrita dialógica, pelo processamento sacionômico que alinhava à experiência do encontro com a linha teórica que a perpassou. O lacê, não tingido, são as narrativas e saberes dos atores sociais entrevistados. O risco no papel (riscado) é a pergunta central da pesquisa: como Camalaú-PB sobreviveu à pandemia em um contexto necropolítico? Nessa renda iremos utilizar alguns dos mais conhecidos pontos da renascença para dar forma ao riscado, cada ponto ou mais corresponde a um tema, a um ponto de uma história que merece ser contada.

Para além de uma visão do funcionamento da rede e de suas conexões e vínculos, foi possível verificar temas protagônicos em relação ao enfrentamento do momento de crise pandêmica. Ao realizar a transcrição e a leitura detalhada das entrevistas com os atores da rede intersetorial, foi possível compreender o contexto e as experiências dentro da história de vida no contexto pandêmico de cada participante e principalmente as vicissitudes e fragilidades enfrentadas. Assim, a partir das narrativas foi possível identificar os seguintes eixos temáticos apresentados na Tabela 8..

Tabela 8

Síntese dos resultados da análise temática.

Tema	Categorias	Ponto de renda
De ponto em ponto se faz a renda	Rede intersetorial de serviços. Saberes que movem a lógica e as interseções da rede.	<i>Dois amarrados:</i> Dele parte toda a renascença. <i>Sianinha:</i> Traçado que gera conexão

		entre os pontos.
	Eventos importantes para o desenvolvimento da pandemia no município: Criação em rede imediata de protocolo sanitário e aplicação dele. Eleições e escândalo envolvendo o prefeito eleito – Abertura e contágio.	
“Só o real é contraditório” – Assis Chateaubriand	Dificuldade na adesão da população a mais tempo de isolamento: Resistência dos religiosos, comerciantes e jovens por causa da cultura de rituais, festas e questões econômicas.	<i>Abacaxi</i> : É gerado a partir de uma mistura de pontos de renda; é contraditório e dinâmico.
“Não sei. Só sei que foi assim.” – Suassuna	Governos e desgovernos. Dificuldades e enfrentamentos em rede. Tradições, festas, saberes populares como estratégia de enfrentamento e retomada.	<i>Amor seguro</i> : Se modifica e gera transformação no traçado. <i>Pipoca</i> : É o ponto que permite a ampliação da criatividade da rendeira

4.1 De ponto em ponto se faz a renda

As narrativas traçadas pelos diversos atores da rede nos apresentou suas dinâmicas relacionais, saberes, valores, normas, potências e fragilidades, ou como nomearia Moreno (1992), nos apresentou sua matriz sociométrica que é composta por atomicidade social e cultural; ou, como propõe, Rovere (1999), nos apresentou seus níveis de vinculação. Já para Milanese (2012), nos apresentou o quão amistosa é a rede operativa. As relações narradas não são estáticas, logo, o mapa de rede proposto é um retrato do momento. Nele a rede de Camalaú-PB se mostrou intersetorial, de serviços privados e públicos interconectados. O

critério sociométrico utilizado para traçarmos as relações no mapa de rede foi “Com quem posso contar?”. A escolha por esse critério sociométrico se deu por ser uma pergunta de uso comum em uma situação de desorientação, insegurança e de necessidade de suporte pelo aumento do grau de vulnerabilidade. Dessa pergunta, muitas conexões entre os sujeitos e grupos aconteceram. Ela diz do grau de vinculação e de pertencimento e é uma forma de busca por suporte, muito utilizada nas comunidades que sobrevivem essencialmente graças à solidariedade e ao cooperativismo.

As ligações entre os setores da rede, conforme Figura 2, demonstram encontros onde houve relações caracterizadas pela reciprocidade no (1) contar com, fortemente; (2) contar com, de forma frágil; (3) contar com, de forma conflituosa. Dessas ligações foi possível concluir sobre os níveis de vinculação e tipologia de rede. Proponho analisarmos os dados que mais chamam a atenção. Três atores/setores se mostraram, sociometricamente, centrais na rede. Atribuo isso ao fato de ocuparem um lugar de protagonismo demandado pelo contexto de crise sanitária, o que foi correspondido pelo alto nível de conexões estabelecidas com os demais setores da rede. São eles: a prefeitura, serviços de saúde e a vigilância sanitária. Por serem o carro chefe das estratégias de enfrentamento e proteção na pandemia, apresentam conexões que dizem de relações fortes e recíprocas com os demais atores e setores sociais, o que demonstra o caráter intersetorial, operativo e horizontalizado que o constitui (vide Figura 2).

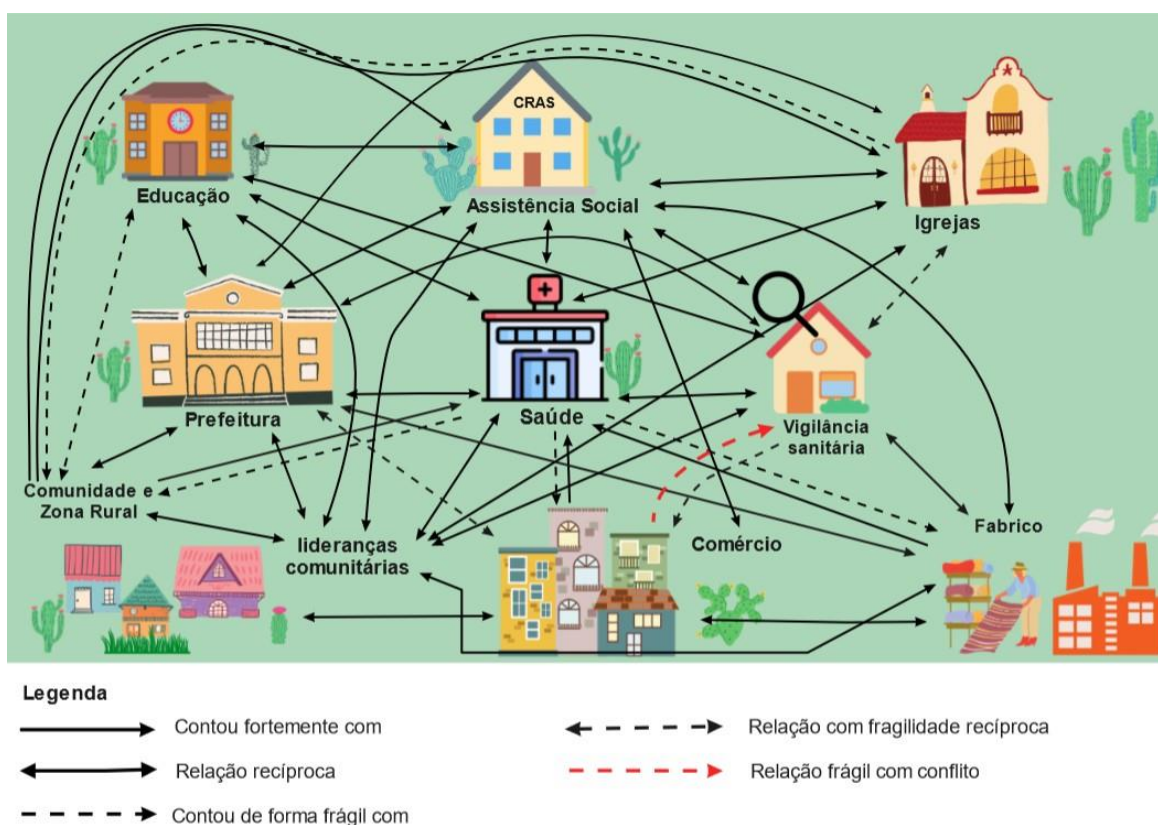


Figura 1 - Mapa da rede de Camalaú no enfrentamento à Covid-19 (Fonte: A autora).

Quanto ao nível de vinculação (Rovere, 1999), os atores sociais apresentaram elementos discursivos que corroboram o mapa de rede e uma dinâmica ascendente de vinculação diante das questões pandêmicas. Em quase a totalidade das conexões no mapa, bem como nas referências narrativas, nota-se a presença de vínculos colaborativos, cooperativos e por associação. Seguem algumas das vinculações exemplificadas por narrativas dos protagonistas da rede.

- **Prefeitura - Nível de vinculação: Associação.**

Padre Pedro:

Para mim em relação a isso, eu vejo que o corpo político do governo municipal tem contribuído bastante, tem contribuído muito para que a comunidade pudesse vencer

esse período difícil.

O prefeito – eu tive uma reunião com ele – nos ofereceu bastante coisa. Disponibilizou até funcionários da prefeitura mesmo. Eu sou grato a ele. Porque ele enviou para aquele período de festa que nós tivemos no ano passado, a festa do padroeiro, São José. A equipe esteve aqui. Terminando a missa. Trinta por cento das pessoas participando. A equipe sanitária chegava. Fazia toda a limpeza da igreja para a próxima missa. E assim todas as noites nós tivemos esse acompanhamento. E doação de material de limpeza, para que a gente mantivesse a casa sempre limpa, seguindo os protocolos.

Cora - Secretaria de Educação

A gente tem aqui o prefeito, ele tem uma ligação muito forte com os prefeitos dos municípios vizinhos, eles sempre também trabalham em conjunto.

Aqui a gente sempre trabalha em parceria, mesmo antes da pandemia, a gente tem essa questão das secretarias, a gente sempre tem reuniões e as secretarias, elas sempre precisam um do outro, com a assistência social, com a infraestrutura, porque a gente precisou fazer algumas adaptações nas escolas, algumas melhorias, todas as escolas, administração, o próprio prefeito, ele sempre esteve bem atuante, tanto esse agora que ele iniciou, que é o recente, ele iniciou primeiro de junho, como o anterior também, eles sempre estiveram presentes dando esse apoio a todas as nossas ações, as ações da secretaria de educação, então sempre teve essa parceria. Além dos pais, a gente contou muito com a colaboração dos pais, os professores, os nossos professores foram guerreiros.

- **Serviços de Saúde - Nível de vinculação: Colaboração.**

Cora - Secretaria de Educação

Depois de junho, começamos a desenvolver o nosso plano estratégico de retorno às atividades presenciais, e depois de muitas reuniões, primeiro com os gestores, com os auxiliares, com toda a equipe de cada unidade escolar para poder chegar nos pais, e tentar voltar nesse formato presencial. Depois, diante de tantas reuniões, a gente iniciou as aulas em formato presencial, semana sim, semana não, com apenas cinquenta por cento da capacidade de cada sala, antes a gente fez toda a desinfecção de cada sala, antes a gente fez toda a desinfecção das escolas, as medições, dividindo, separando as mesinhas, obedecendo todas as regras da vigilância e juntamente com a vigilância sanitária também, foi um trabalho em parceria com a vigilância sanitária, com a secretaria de saúde, ou seja, envolveu praticamente todo mundo da... todas as secretarias do município.

Tereza - Profissional de Saúde

A gente da saúde se reunia virtualmente para ver onde estava precisando acertar. O que estava precisando fazer. Qual era a necessidade maior que estava precisando suprir no momento.

- **Vigilância Sanitária - Nível de vinculação: Cooperação.**

Cora - Secretaria de Educação

A gente acaba se envolvendo. Assim, desde o início da pandemia houve uma preocupação muito grande por parte do gestor público do município, que era o anterior a esse, a preocupação com as barreiras, a forma de outras pessoas entrarem no município, a questão das festas, das aglomerações, houve sempre essa

preocupação, sempre estar monitorando as famílias que... desde as primeiras famílias, desde os primeiros casos que surgiram no município, aquela assistência e o monitoramento para que não se expandisse muito a questão dos casos no município. Então, houve um trabalho bem articulado, a vigilância foi bem preparada, muitas reuniões para que a coisa caminhasse de forma satisfatória.

Lucas - Cood. Vig. Sanitária

A gente teve umas quatro reuniões com as secretarias. A Secretária de Saúde aqui, bem preocupada, Eu não conhecia. Nem lembro quem era antes dela. Só que, como eu estou te dizendo: Ninguém pensou passar por uma pandemia. Então a gente começa a conviver. Porque tudo que vão fazer, eles perguntam o que a Vigilância Sanitária acha e o que pode e o que não pode? Então, a gente procura orientar da melhor forma.

Tereza - Profissional da Saúde

A Vigilância Sanitária do município foi bem eficiente. Montou-se barreiras nas entradas da cidade. Eles iam muito em fiscalização. Aqui você sabe, tem um ou outro que faz uma festinha clandestina. Corria lá. Explicava às pessoas que não podia. Fechava mesmo. Se preciso fosse, até acionava a polícia para botar o povo para casa.

No que diz respeito às ligações, onde se pode “contar com” de forma reciprocamente frágil, é válido trazermos uma discussão sobre constituintes dessa fragilidade. Com base nos relatos, constatamos essa configuração entre: a educação e a comunidade; prefeitura e comércio; igreja e vigilância sanitária. A educação no Brasil é sabidamente parca em recursos, com profissionais em situação de desvalia e por isso temos uma população que em muitos aspectos beira o analfabetismo funcional. As fragilidades indicadas nas entrevistas

dizem de reflexos dessa configuração macroestrutural que gera exclusão digital por motivos socioeconômicos e pela falta de letramento digital, limitações de repertório do sistema educacional e da sociedade para adaptabilidade criativa e inclusiva nos meios digitais; sobrecarga do papel feminino no desenvolvimento das atividades escolares no ambiente doméstico, bem como desproteções sociais de indivíduos, famílias e comunidades (Coelho & Conceição, 2021). As fragilidades que perpassam a relação da prefeitura com o comércio também se originam nas configurações macroestruturais que dizem do sistema econômico neoliberal (Costa & Mendes, 2021). O comerciante, principalmente o de pequeno porte, se viu em meio a um paradoxo da sobrevivência: uma escolha entre a integridade física e a econômica. Esse trabalhador, parando o trabalho e as vendas, é consumido pelo imperativo do capital que o leva a crer no imediato prejuízo, na falta de recursos, na falência econômica, e na vulnerabilidade social. Por outro lado, se interrompe o trabalho e respeita os protocolos, seguindo o imperativo da vida, resguarda a si e ao coletivo de um vírus que matou milhões, do qual ninguém ficou totalmente imune. A prefeitura procurou compreender o receio dos comerciantes, buscando o equilíbrio econômico e a manutenção da necessidade de cumprimento dos protocolos. Com os recursos que tinha, procurou suplantar as divergências e gerar uma situação de apoio mínimo e comunicação na linguagem de cada setor, visando a estimular o sentimento de segurança para que houvesse o *lockdown*. A igreja e a vigilância sanitária, por sua vez, encontraram em sua conexão frágil o anseio do povo católico e neopentecostal de reunião para suplantar o medo pelas promessas, ritos e fé; os líderes religiosos temeram não manter o funcionamento administrativo financeiro da igreja, os líderes neopentecostais, em sua maioria, desvalidaram as orientações científicas e a vigilância sanitária em meio a questões culturais e tradicionais, tendo que fazer valer a aplicabilidade dos protocolos para impedir o aumento de contágio. Em outras palavras, as

fragilidades dizem de estruturas anteriormente comprometidas por negligência, e de estruturas rígidas, que uma vez convocadas ao movimento da mudança, racham, gerando o sentimento de serem atacadas ou desconsideradas.

Outro ponto que se sobressaiu foi a relação frágil e conflituosa entre os comerciantes e a vigilância sanitária. Os motivos dessa fragilidade são centrados nas questões macroestruturais, como dissemos anteriormente, em uma lógica conflituosa de necessidades e prioridades entre saúde e economia. O que é diferenciado nessa relação, mesmo que ainda diga da macroestrutura, é o jogo de poder (Costa & Mendes, 2021; Mbembe, 2017). Com a pandemia, a vigilância sanitária ganhou lugar de destaque na comunidade, ganhou poder de influir nas regras e gerar impacto nos vínculos, na ocorrência dos eventos e nas dinâmicas de funcionamento da matriz sociométrica (Moreno, 1992). Na outra ponta temos o comércio, sempre visto como essencial por todos, mas que agora é tolhido, recebendo ordens e sendo limitado no seu fazer por regras de controle de uma situação na qual não tem ingerência para suplantar sozinho no seu imaginário de suficiência (Carreteiro, 2020). O nível de fragilidade dessa relação chegou a um ponto crítico de praticamente haver rompimentos entre esses equipamentos que compõem a rede. A vigilância sanitária foi ameaçada por alguns comerciantes, tendo que responder com diplomacia, postura educativa e em alguns momentos imputando limites por meio de notificações e acionamento policial. Apesar desses momentos de tensão, da fragilidade esperada e dos conflitos, com o passar da pandemia a postura da vigilância e de atos apoiados e intermediados por outros setores da rede, como a igreja e a prefeitura, a relação foi perdendo o caráter conflituoso, ficando apenas em divergências e adaptações de ambas as partes.

Assim, o negacionismo do comerciante foi diminuindo e a aderência parcial, porém, maior aos protocolos, aconteceu. Em temática futura, os trechos narrativos que expõe essas

dificuldades mais a fundo serão apresentados.

Algumas indicações consideradas relevantes pelos atores sociais e indicadas para a etapa das entrevistas não participaram por motivos apresentados após o convite ou não emitiram resposta. Dois representantes do comércio foram contactados, contudo, alegaram não ter tempo ou desconversaram. O incômodo estava presente no tom das respostas. Dois pastores neopentecostais, foram convidados, contudo, responderam ao convite com silêncio, mesmo após três tentativas. Um trabalhador rural foi indicado e convidado, mas, sem resposta. Em todos os casos os atores sociais que fizeram as indicações, ao saberem do não retorno, entraram em contato com os indicados, para estimular a participação, expondo como foi a experiência, para assim amenizar algum nervosismo ou sanar dúvidas. Mas, não foi suficiente para mobilizá-los. O interessante é que os comerciantes e os evangélicos, quando citados nas entrevistas, apareceram com posicionamentos paradoxais, entre o negacionismo e o cumprimento obrigatório dos protocolos. Em alguns momentos, como participativos nas ações sociais. Ambos protagonizaram situações de conflito com a vigilância sanitária. Há menção de ameaça por parte de comerciante dirigida à vigilância e situação em que a polícia teve que intervir em um culto, nos dados obtidos. Às vezes o silêncio fala.

É hora de mudar o ponto, seguindo o risco traçado. O ponto “dois amarrados” foi arrojado, podendo dar seguimento ao resto da renda. O ponto “sianinha” apresentou as conexões possíveis para o seguimento da história rendada, que agora continua com o ponto “abacaxi”, aquele que é feito por diversos pontos não homogêneos.

4.2 Só o real é contraditório

Para contar a história que explica como o COVID-19 chegou em Camalaú-PB, tal qual um Coronel que mete medo em todo mundo, cheio "dos mando e desmando", é necessário o

cruzamento daquilo que o povo conta. Vou trazer um resumo e na sequência trechos das narrativas.

Em março de 2020, quando a COVID-19 chegou ao Brasil, alguns líderes da comunidade, políticos e professores - gente estudiosa, conectada pela *internet* com o mundo, admirada pela cultura que propaga pelo ensino e pela arte; e com algum poder sociopolítico - começou a se mobilizar para fechar o município antes que ele fosse contaminado. Afinal, as localidades ao redor já estavam contabilizando casos. A festa de emancipação da cidade, que é em homenagem a São José - padroeiro da cidade - estava marcada e sendo divulgada. Algumas pessoas da própria comunidade procuraram os formadores de opinião pedindo para cancelar a festividade. Depois de algumas reuniões, fizeram uma listagem de ações, extraoficialmente, para lidar com a pandemia, enviaram para o prefeito, recebendo negativas como respostas. Iniciaram uma mobilização pelas redes sociais, pedindo para que o povo ficasse em casa e só saíssem caso necessário, usando máscara e álcool em gel. A festa foi cancelada, mas o protocolo criado pela rede não foi aceito pelo prefeito da época. Ele era afeiçoado ao bolsonarismo e cheio "das conversa" negacionista. O isolamento ocorreu por mobilização da rede intersetorial.

Gonzaga atual prefeito em exercício, na época vereador e músico:

E aí a gente marcou a festa de São José, que é a festa de emancipação política, do padroeiro e da emancipação política da cidade. Foi marcada a festa, foi divulgada. Foi feito cartazes. E aí ficou naquela. Aí as pessoas: – algumas pessoas, não, "oh Gonzaga– desmarca essa festa. Fala aí com o prefeito para não fazer. Não tem mais sentido. As cidades já estão. Monteiro já está com um caso ou dois."

Aquele clima muito... todo mundo meio assustado. Um olhando assim para o outro. E aí a gente via notícias. Monteiro estourou um caso, dois. Monteiro estourou. Que é a

cidade polo, a cidade maior. Aí Sumé começa também. Aí Tigre começa. Só Camalaú sem nenhum caso.

O prefeito comungava muito do pensamento de Bolsonaro. Então ele ficava na linha:

- "Não, não."

- "Mas a gente precisa se precaver agora, porque vai ter um reflexo."

E aí ele fica meio assim. E, com medo da imagem dele, vai e cancela a festa. Cancelou a festa. Beleza.

Quando a gente cancela a festa – eu estou dizendo a gente, como cidadão. E um núcleo que nós temos lá, que não era ligado a ele. Fazia parte do governo, mas não era ligado a ele – esse núcleo se reúne – independente dele – com pessoas da comunidade. E a gente faz um *checklist* de ações que a gente deveria tomar em relação ao vírus. E ainda Camalaú a gente não tinha nenhum caso, a gente estava bem...

A gente estava muito assustado com aquilo ali. Aí a gente fazia o *checklist*. Fazia reunião. Mandava para ele. Ele falava: - "Vocês estão loucos. Isso aí não... Não precisa disso tudo não. Eu vou tomar as... eu vou agir no devido tempo". E a gente: - "Não, não sei o quê."

Aí a gente começou a mobilizar as redes sociais. E o pessoal começou a ficar em casa, mesmo sem Camalaú ter nenhum caso. E aí se reuniu o músico, que era o vice-prefeito, com outros músicos. Foram para um telhado da Loja Maçônica – que é o ponto mais alto da cidade – e instalou caixas de som. E todo dia, seis horas, ele ia para lá tocar músicas. E pedindo para as pessoas ficarem em casa. E tocando música. Geralmente eram músicas de cunho religioso e tal. E aquilo ali, eu acho que demorou uns 15 dias, nessa batida. E era muito bacana. As pessoas colocavam. Todo mundo

ficou em casa. Você saía lá na cidade. Poucas pessoas.

Aí reuniu um grupo formado por professores principalmente. E esse grupo ia estabelecer alguns protocolos. O protocolo não só era na questão de saúde. Mas era na questão de como deixar as pessoas em casa, de como entreter e de como deixar a vida dessas pessoas menos angustiante. Professores, músicos, sessenta por cento dos Secretários da prefeitura também estavam lá. Só não estavam mesmo aqueles Secretários que eram muito ligados ao prefeito. E na hora ele não... ele até disse: "Não tem motivo disso". Até de forma muito abrupta.

Enfim, mas depois terminou seguindo. Em 19 de março o vírus se impôs sobre a gente. Suspendemos as aulas. Esse protocolo, na verdade, foi a voz de pessoas que pensam e que já sabiam que isso... eram de pessoas mais atentas. Que procuraram ver questão histórica de outras pandemias. Nunca teve uma pandemia. Mas de outras epidemias. Onde se elevar. Nós nos baseamos muito num estudioso, que é um cientista. Do Consórcio Nordeste. O Dr. Miguel Nicolelis.

A união do povo pelo medo e pelo bom senso de evitar a chegada da doença em suas vidas durou até julho de 2020. Resistiram, se empenharam em seguir o protocolo extraoficial e as diretrizes decididas em rede. Mas com as eleições municipais, os sentimentos e a noção de sobrevivência mudaram de direção. Não queriam que a "oligarquia dos 'Chaves'" ganhasse, retomando o poder. Então, até mesmo os líderes da resistência, que instituíram o protocolo e cancelaram as festas, se engajaram em campanhas disfarçadas de festas de aniversário. Retomaram o apoio ao prefeito populista, que em risco de pandemia se mostrou bolsonarista, porque acreditavam que ele era o único com apoio suficiente para manter os Chaves longe do poder. Juntos, formavam a frente dos 'Corujas' (em referência à sabedoria e instrução que os 'Marianos' são afamados em ter), contra a frente dos 'Pés Roxos' (referência a um pássaro do

Cariri) - que ironicamente é o alimento das corujas. A polarização era forte e por isso a campanha era permeada por ameaças e reviravoltas. Nisso, gradativamente o povo foi saindo do isolamento. Durante o pleito, foi um alvoroço: o candidato populista estava sendo acusado de corrupção; uns alegavam perseguição e outros viram isso como gasolina para aumentar a oposição, com dedo em riste e arma em punho. Os 'Corujas' se ajeitaram, para que, em todo caso, se ele não assumisse outro representante deles, vingasse no cargo. Ganharam, e durante a comemoração da vitória festejaram como se não houvesse amanhã. Até que o prefeito reeleito, que a essa altura estava escondido por vergonha e ameaças, é preso, acusado de comprar uma 'caminhoneta' com dinheiro público. Ao menos foi o que disseram. A população e os líderes comunitários, músicos e apoiadores foram às ruas protestar e 'dar a mão' ao seu representante. O bom é que dois líderes comunitários, que compunham a chapa, antevendo essa 'injustiça', assumiram o cargo de prefeito em exercício alternadamente. Estes dois eram do grupo que fez resistência para a adequação de todos aos protocolos sanitários, antes das eleições. Um era o músico do telhado e o outro vereador que ajudou na composição dos protocolos e a convencer o prefeito negacionista a acatar. Mas como não podia deixar de ser, o resultado é que dias depois ficou comprovada a roubalheira, para desilusão dos apoiadores e dos políticos da chapa. O lado ruim dessa reviravolta toda foi que o vírus, oportunista que é, entrou na cidade e começou a fazer suas vítimas. Ficaram sem o prefeito do bode na rede e isolados pela força da dor.

Gonzaga - A eleição foi uma coisa. Porque essa eleição de Camalaú foi muito forte. Porque ela dividiu a cidade de uma forma muito...

A questão da paixão acima do medo. Porque você via o seu adversário sair. Aí eu saí também. Então, o período eleitoral foi meio que uma hipocrisia e uma demagogia.

Porque ninguém estava preocupado com a pandemia. A ruptura do protocolo foi por volta de 15 de agosto, foi quando teve uma operação da polícia, forte, em Camalaú, do GAECO, que é a polícia ligada ao Tribunal de Contas e de Justiça, que foi para prender o Sandro.

Lucas Coord. Vigilância Sanitária - Não tinha respeito. Foi uma situação que fugiu do controle. Acho que em todo canto do Brasil nas eleições municipais, fugiu do controle. Em minha opinião, chega a ser hipocrisia. Porque prega uma coisa. E aí na prática mesmo, quando a gente precisa dar exemplo, a gente não tinha como não. Eu não estou falando em Camalaú. Eu estou falando em todas as cidades, no geral. Era dessa forma. Em Monteiro não era diferente. Uma cidade bem maior e que as aglomerações eram bem maiores. Uma cidade que tem um pouco mais de opção do que Camalaú. Então a gente viu a dificuldade da Vigilância Sanitária. Ela não se restringe a um município. Ela é igual para todas as cidades do Brasil, para todo o país. Principalmente um país com a educação limitada.

Gonzaga - Iniciou o processo eleitoral. Então todos os sábados, tanto um lado político como o outro tinha uma reunião. Era um aniversário. Eu tenho até os cartazes ainda desses aniversários. E não eram aniversários, na verdade. Era uma forma de se fazer política. Estavam proibidos os comícios políticos, as falas políticas. Então não tinha movimentos eleitorais oficialmente, mas todo mundo fazia aniversário.

Aí o prefeito S. bota um bode dentro de uma rede e o povo adora. Sente ele gente que nem eles. E a gente começa a andar. E a gente começa a ver. Porque ele conseguiu

coisas muito fortes em Camalaú. Junto conosco, claro, porque a gente era a parte ideológica e intelectual do negócio. E a gente tem uma tradição histórica. Então a gente tem uma densidade eleitoral boa. Juntou essa questão do populismo, que a gente nunca foi e ele é. E a gente conseguiu derrubar um grupo histórico, que é um grupo que mandava lá na cidade desde a fundação.

Lá se usa: os Chaves, os Marianos e os Môcos. Quando usa a questão do simbolismo do partido diziam que os Chaves, eram o Pés Roxos, que é um animal. Eles caracterizavam o grupo deles por um animal. Contra as Corujas, que somos nós. A gente sempre foi classificado como Coruja, por conta do meu pai, a questão da sabedoria e tal. Então nós somos as Corujas. E aí S. pegou esse símbolo também. O Pé Roxo é de um animal lá chamado Pé Roxo Lambu. E a coruja come esse animal. Então eles eram os Pés Roxos e nós as Corujas.

Aí aconteceu uma reviravolta... Quando S. é afastado com acusações de corrupção, Sivuca assume. A lei eleitoral não dá direito ao cara que é prefeito ser candidato a outra coisa. Ele só pode ser candidato a prefeito. Resumindo: Sivuca só podia ser candidato a prefeito e S. também. Então a gente ficou sem vice.

Aí tinha que escolher alguém. E aí não tinha ninguém. Não tinha ninguém tanto no sentido da densidade eleitoral, como na questão dos prazos. Porque você tem que botar alguém que é filiado. Alguém que se afastou do emprego. E aí a gente foi vendo. E não tinha. Na verdade, nós só tínhamos os candidatos a vereadores – eu estava entre eles – e o meu pai. E todo mundo falou: é o Assis Mariano. Meu pai já tinha recebido

um aviso um ano antes, de um líder espiritual, que ele ia ser prefeito de Camalaú sem fazer esforço. Mas ele disse que não queria. A pessoa disse: mas você vai ser. E aí ele me chamou e disse isso. E disse: "eu não fiz esforço nenhum. Lutei minha vida todinha para ser prefeito. Fui uma vez. E eu posso ser o prefeito. Porque S. não vai assumir." Ele disse: "eu não vou. Porque eu sinto que não é para mim." E aí ficou aquela: quem vai? Aí na hora eu fui e disse: "eu vou." Também tinha aquela coisa, que tinha que ser um Môco e um Mariano. Se for Sivuca, tem que ser um vice Môco. Aí dentro dessa arrumação era mais fácil ter um vice nosso. Aí eu fui. E aí eu lembro que a nossa propaganda, a gente não tirou Sivuca. Só eu entrei para a propaganda. Ao invés de serem dois eram três. E a gente fez a campanha.

Por mais que a gente da família tenha combatido a oligarquia dos Chaves. Teve quem atribuiu à gente, a classificação de uma oligarquia também.

O cara parar e dizer: "quem anda com ladrão é ladrão também." Foi muito forte. Muito tensa. Uma campanha muito tensa. E a gente vendo a hora...

Com ameaça de morte. Com tiros. Com gente colocando o dedo na sua cara. Parar em frente à sua casa. Como pararam em frente à minha. E pessoas seguindo umas às outras. Faltando três dias para a eleição, era uma moto atrás da outra. Atrás dos políticos. Ninguém podia mais andar. Então foi muito tenso. Ônibus. Dinheiro para ir buscar pessoas em São Paulo para vir votar. Carro chegando com pessoas para votar. As coisas que os Pés Roxos faziam. Então foi uma guerra que dividiu a cidade.

Mas com tudo isso ganhamos! Quinze de novembro, fim das eleições. Aumento avassalador de casos.

Uma coisa interessante que tem um pouco a ver com a pandemia e um pouco a ver

com a política. As pessoas comemorando, com pandemia e tudo. Muita bebedeira. E eu fui o único que fui comemorar. Porque S. não foi porque ele estava ameaçado de morte. E ele também estava com vergonha. Aquela coisa: eu ganhei, mas... e Sivuca não tinha mais porque estar lá. Então desde aquele primeiro momento eu estava ali. E quando ele tomou posse, um momento altamente constrangedor para a história do município. Ele toma posse e automaticamente passa para mim. No ato da posse. E aí eu assumo como prefeito... evitamos as festas fugindo do vírus. Festejamos pela democracia e o vírus pegou. É complicado.

Zé - Fabrico - Foi complicado, porque tudo foi novo. Saiu aquilo, aquelas coisas que saiu de S., e o povo quis ir para a rua, quis dar a mão a ele, ninguém segurou ninguém, eu fui também. Enfim, foi tudo muito novo. E logo após isso, subiu muito os casos. A gente viu que isso é sério, não é brincadeira, aí foi dando uma parada. Mas na época da campanha, teve muitos eventos. Mas enfim, foi tudo muito novo, né? Camalauí viveu momentos que nunca tinha vivido, ou tinha vivido há muito tempo atrás, essa galera jovem de 28, 29, 30 anos para cá, não tinha vivido tudo isso.

Com o novo governo municipal empossado e com o COVID-19 nas ruas, o medo tomou de conta, só que dessa vez, junto com a dor das primeiras mortes. Estamos falando de um povo que sente quando qualquer camalauense se vai, fazem cortejo nas ruas e ficam de luto pelo morto. Então retomaram os protocolos, mas, com decretos oficiais, baseados nos que eram enviados pelo governo estadual e nas reuniões entre os secretários. Consultavam os que seriam mais atingidos, como os comerciantes e população rural e aí decidiam pela ordem: “Se cuidem! Fiquem em casa.” Fechavam tudo. As escolas lacradas; as festas canceladas; os cultos impedidos. Agora tudo tinha que ser no mundo virtual. Aulas, missas, cultos, festas

(*lives*); até para conseguir o auxílio emergencial tinha que ser pela *internet*. Mas nem tudo dava para ser por esse mundo. “Como é que o bar funciona pela *internet*? Como é que a criança tem aula se aqui em casa ninguém é muito letrado e a *internet* não chega?” (Zé - Fabrício). Por falta das festas, por falta de inclusão digital, por medo de perder a subsistência; por negacionismo; por tudo isso, o medo e a dor não conseguiam ser suficientes para fazer com que todos respeitassem o vírus. Mas com muito diálogo e suporte em rede, como da prefeitura, assistência social, ações de caridade da comunidade e vigilância sanitária, os casos foram diminuindo e o número de mortes parou de subir. Com tudo mais tranquilo, vem o sentimento de cansaço e de coragem pela segurança que os números geram, principalmente, com a chegada da tão esperada vacina. Após consultar as famílias e após inúmeras reuniões entre as secretarias e vigilância sanitária, decidem retomar as aulas presenciais. Mas, em duas semanas os casos subiram tão rápido que o medo tomou conta novamente. Decidiram pela retomada das aulas remotas. Tinham que esperar mais um pouco. A vacina não era para todos. Chegava de lote em lote, um grupo de cada vez. A ordem era proteger primeiro aqueles que “o vírus pegava pra matar” (Assis - Líder comunitário). A essa altura as igrejas já estavam abertas, tentando seguir os protocolos e monitoradas pela vigilância sanitária. Só não fecharam, como as escolas, porque contaram com o apoio do governo municipal, que tinha a religião como serviço essencial à saúde do povo. Quanto mais gente vacinada, mais gente na rua. Alguns seguiam as ideias do presidente, não queriam virar jacaré. Mas o discurso geral era de renascimento pela vacina e, aos poucos, foram retomando, entre tropeços e acertos, crença e descrença, tentando sobreviver.

Em dezembro foi que começou. Novembro, dezembro, janeiro, fevereiro desse ano já foi uma escalada...

Depois que eu assumi como prefeito, em janeiro, a gente continuou. A gente fortaleceu mais a Vigilância Sanitária. Eu dei uma fortalecida. Coloquei mais gente. Tomamos algumas medidas duras. Eu fechei o balneário público, que até então vinha sendo aberto ainda. Mas eu fechei. Eu lacrei o balneário. Porque o balneário era um ponto de pessoas virem de outras localidades. Então foi lacrado.

O dono de um supermercado. Eu consultava um, que é o dono de um dos maiores. Ele é meu amigo. Eu dizia: "A, como que a gente faz... tem que fechar." E ele: - "Homi, tá difícil. Me ajuda que eu ajudo."

Só podia vacinar as pessoas que tinham comorbidade de forma constatada. Porque o agente de saúde acompanha a pessoa e sabe que a pessoa toma remédio controlado há dez anos. Então o agente de saúde dizia ao médico: "esse toma faz dez anos". Então ele fazia o laudo. Ele dizia: "só não me enganem. Porque senão, vai me prejudicar." E a gente agiu dessa forma realmente. E aí a gente conseguiu vacinar.

E isso eu bato palmas e eu atribuo muito à I. Porque a secretária de saúde, como era inoperante... uma senhorinha já... ela caiu nas escadarias da prefeitura. Levou um tombo. E aí ela está afastada ainda. E aí I. assumiu as duas secretarias: a de Saúde e de Assistência Social. E I. – com a agonia dela – botava as meninas para trabalhar sábado, domingo. Gente com comorbidade, não tinha laudo. A gente conseguiu levar um médico só para dar laudo. O cara deu cinquenta e tantos laudos.

Zé - Fabrico

Foi um trabalho conjunto, da comunidade, prefeitura e vigilância sanitária. Eles estavam sempre orientando, né? Uso de máscara, de álcool em gel, evitar estar muita gente perto um do outro, principalmente quando tinha os decretos, eles sempre estavam perto do povo. Não só dos confeccionistas, mas do povo em geral. Camalaú, eu posso dizer para você que se destacou na região. Foi uma cidade que cuidou bem, digamos assim, nesse período de pandemia.

Tereza - Profissional da Saúde

Da comunidade era da seguinte forma: a gestão sempre trabalhava em cima de divulgação em carros de som. Fazia os decretos, distribuía panfletos e fazia nas redes sociais. Todo decreto que a prefeitura lançava, ele passava por toda a cidade no carro de som. A gente da saúde se reunia virtualmente para ver onde estava precisando acertar.

Cora - Secretária de Educação

Depois de junho de 2021, começamos a desenvolver o nosso plano estratégico de retorno às atividades presenciais, e depois de muitas reuniões, primeiro com os gestores, com os auxiliares, com toda a equipe de cada unidade escolar para poder chegar nos pais, conversar e tentar voltar nesse formato presencial. Depois de tantas reuniões, a gente iniciou as aulas em formato presencial, semana sim, semana não, com apenas cinquenta por cento da capacidade de cada sala, antes a gente fez toda a desinfecção das escolas, as medições, dividindo, separando as mesinhas, obedecendo todas as regras da vigilância e juntamente com a vigilância sanitária também, foi um

trabalho em parceria com a vigilância sanitária, com a secretaria de saúde, ou seja, envolveu praticamente todo mundo de todas as secretarias do município.

Lucas - Cood. Vigilância Sanitária.

O governo do estado lançou um decreto para que fosse feito o teste da volta às aulas municipais. E assim: não funcionou. A gente participou de reuniões. Aqui conversando com Secretaria de Educação, com Vigilância. A gente viu. O governo disponibilizou novos testes. O teste do *Swab*. E nestas coletas a gente viu uma contaminação em excesso para a população jovem, porém, assintomáticos, muitos assintomáticos. E aí foi um processo em cadeia. A gente começou a fazer pouquíssimos testes na volta, que o governo disponibilizou. A gente viu que não era viável a permanência das aulas presenciais. Então foi cancelado tudo em pouquíssimo tempo. Eu acho que em uma ou duas semanas já cancelou tudo. Porque com a chegada dos testes, pessoas sem comorbidades e jovens. A imunidade com certeza atua de outra forma. Então a gente pode ver que essas pessoas eram portadoras do Covid, só que de forma – na sua maioria – assintomática. Então foi bem complicado. Aí a gente fechou. Procurou seguir as orientações. Daí mexeu e encontrou.

Padre Pedro

Mas em relação à pandemia, na verdade, nós vivemos comunidade. Em relação a isso foi uma comunidade de mãos dadas. E nós partimos juntos para... os meus discursos sempre voltados para isso também. O meu discurso foi sempre muito voltado para isso: cuidado, orientação, o distanciamento. E assim, graças a Deus, nós não tivemos

oposição. Em relação a isso não. Discordamos de um decreto ou outro, mas sempre pregamos a obediência. Diferente de nossos amigos evangélicos, eles foram mais resistentes, mas, muitos deles também respeitaram.

4.3 Não sei. Só sei que foi assim

De tantas experiências compartilhadas, muitas são as lições aprendidas. Com erros, com acertos, com a tomada de consciência dos atos criativos que ajudaram a tecer formas de superação de um problema em comum. Problema este que gerou medo, dor, dificuldades, retrocessos e sensação de impotência. Até que a comunidade percebeu que em sua bagagem há uma série de estratégias, cooperações, sentimentos e crenças, que se bem adaptadas, podem dar conta do problema que partilham, são potência coletiva, gerando “amor seguro”, ponto da renda que arrocha¹⁹ as conexões da rede. Os atores da rede lidaram com uma série de dificuldades, desafios e vulnerabilidades com a pandemia. Vamos começar pelos impactos sentidos e percebidos com a gestão das instâncias superiores, Governo Federal e Governo Estadual, além do próprio entendimento dos atores de Camalaú-PB sobre o porquê das ações necropolíticas, neoliberais, colonizadoras (Costa & Mendes, 2020; Mbembe, 2016; Rovere, 1999) e desprendidas de responsabilidade social dessas instâncias. Partimos desse prisma porque, como já pontuado anteriormente, muitas das fragilidades encontradas na rede se devem a questões macropolíticas e históricas. Decido que por alguns momentos neste texto, os resultados serão apresentados com as palavras dos atores sociais, por ser uma oportunidade de aplicação da ecologia dos saberes de Santos (2014), onde ao me retirar da escrita acadêmica, interpretativa, sintética para fins de produção de um conhecimento, que muitas vezes para isso amputa falas; abro espaço para o compartilhar

¹⁹ Expressão nordestina que significa apertar.

(Moreno, 1997) dos atores sociais, ao modo deles, na integralidade dos seus saberes, sentimentos e percepções. Não entendam como uma exposição de dados primária. Se ao acessar a contação das vivências mantendo uma leitura ativa, a correlação com o que foi apresentado de teorias e eventos contextuais e históricos acontecerá como um alinhavar de renda. Narrativas inalteradas preservam as emoções dos fatos, o que potencializa nossa compreensão e nossa imersão. Proponho uma premissa para a leitura: Algumas coisas são entendidas, somente, quando sentidas (Moreno, 1997; Santos, 2014).

Assis - Líder comunitário

Quando você olha as atas da câmara de deputados de hoje e da câmara dos deputados da época do império, os sobrenomes são os mesmos em sua maioria, quer dizer, as famílias não perderam o poder, o imperador foi destronado, os Orleans e Bragança foram destronados, no entanto, os verdadeiros comandantes desse país, a oligarquia dominante, que é os plantadores de café e criadores de gado do século XIX, da famosa política do café com leite que foi própria da primeira república, essas pessoas continuam lá, continuam mandando e desmandando, no país e em suas comunidades, em seus estados, em suas regiões, então elas continuam tentando a qualquer custo salvaguardar esse patrimonialismo familiar, o poder familiar, isso não é diferente no estado, a mesma coisa, quando você vai estudar a história da política estadual, as oligarquias que estão lá no poder, os mesmos, eu gosto de escrever sobre isso quando você... muitos sobrenomes, então estão lá os mesmos sobrenomes de 100 anos atrás, 200 anos atrás, sabe? E curiosamente, você vai estudar, todos eles têm um vínculo, quer dizer, é uma continuidade para a maioria.

O governo federal, ele se coloca no meu entender de uma forma muito, eu não diria...

não é uma forma infantil, é uma forma primária e grosseira de encarar a vida e as coisas. Primeiro, sem respeito, sem sensibilidade, tentando dar uma de alguém que quer modernidade, mas que na realidade está praticando um primitivismo fora do normal, por quê? Porque primeiro ele passa, o próprio governo federal, passa a contestar valores que são próprios da sociedade, inclusive da classe média alta, da classe alta contemporânea. Vejamos a questão... a questão dos conhecimentos científicos, por exemplo, que para nós é tão comum, desde afirmar que a terra é redonda, que a terra gira, quer dizer, para nós coisas tão comuns, aceitar por exemplo que realmente um vírus, ele cria... quando invade o organismo, ele cria anticorpos, portanto a vacina seria a lógica para combater o vírus, fortalecendo, aumentando a imunidade de cada organismo, e o governo de forma adoidada, ele se posiciona exatamente contra essas coisas primárias, então no primeiro momento, ele se posiciona assim, agora não, quando ele vê que está tendo leituras horríveis com isso, ele tenta desesperadamente às vezes até estar a frente de alguma coisa, querendo ser moderno, querendo dizer que fez. Mas é muito interessante como... no meu entender aqui agora, eu posso estar equivocado, mas são posições ridículas que ele assumiu. Porque ele representa, essa elite que está no poder, ela representa justamente o que de mais retrógrado existe na humanidade, e curiosamente isso despertou em milhões e milhões de brasileiros, esse sentimento primitivo e atrasado que estava adormecido lá.

O governo estadual, pelo menos aqui no estado da Paraíba, ele de início ele não fez grande coisa, mas na medida que despertou realmente esse grito de alarme diante do problema, ele tentou fazer muito, tanto é que aqui na Paraíba ficou, até oficialmente conhecido, por exemplo, como um dos estados que mais vacinou em alguns

momentos, a Paraíba foi tida como um estado que realmente houve um engajamento de muita gente nessa luta contra a pandemia.

Lucas - Coord. Vigilância Sanitária

Eu vejo o governo federal na questão da pandemia como irresponsável. Na minha opinião, como eu vejo é um governo irresponsável. Que fez depois de muito tempo, por pressão da população e por pressão de alguns políticos. Mas um governo extremamente negacionista. Essa é a minha opinião.

Sivuca - Ex-prefeito/professor e líder comunitário

A parte da Vigilância Sanitária o trabalho foi muito intenso. As barreiras sanitárias pararam de funcionar no momento que parou de haver o repasse de recursos do próprio governo. As escolas atuaram, posso dizer que a nível de estado, em fazer o repasse de cestas básicas para os estudantes e isso ajudou bastante.

A primeira coisa que eu acho injusto: eu sou contra a questão do pacto federativo (isso não diz respeito à questão só da gestão de um presidente). O pacto federativo acho muito injusto porque os municípios têm uma gama de responsabilidades e às vezes poucos recursos para dar suporte a essas condições. No caso de Camalaú, por exemplo, se nós não tivermos emendas parlamentares nós não conseguimos sequer suprir as necessidades da própria saúde com as emendas para custeio. Nós já tivemos várias, algumas de 500.000, outras de 700.000 e são com esses recursos que nós

conseguimos atender algumas demandas da saúde, entre outras. Então, primeira coisa: já me posiciono contra o pacto federativo.

Eu me posiciono contra a falta de articulação entre os gestores do poder executivo, sejam eles municipais, estaduais ou federal. Eu acredito que é impossível no período de pandemia gestor federal que caminha num sentido e governadores que caminham em outros sentidos. Nós que estamos na ponta, em contato direto com o povo. Aí ficamos numa situação muito difícil porque os governadores e o senhor presidente, eles não recebem as pessoas na porta da sua casa. Não tem que ver pessoas sofrendo, chorando por todos os seus anseios e suas dificuldades. Nós sim. Temos tanto gabinete ou as nossas casas para as pessoas que sofrem e muitas vezes sofre por conta de atitudes irresponsáveis ou falta de atitude não do gestor local, mas das direções das instâncias superiores. E eu acho que é uma crítica como cidadão brasileiro, eu acho que foi irresponsável por parte dos governos a falta de articulação, a falta de diálogo entre o presidente da república e os governadores. Essa falta de tratamento mútuo, essa essa falta de trabalho conjunto. E aí o que sobressaiu foram interesses econômicos aos interesses políticos e eu vejo de forma criminosa quando se sobressai os interesses econômicos e políticos acima da vida. Isso não é nenhuma novidade, nós temos inúmeros exemplos do Brasil, mas aqui eu lamento bastante, bastante mesmo. E outra coisa que que nos trouxe também uma reflexão sobre a seriedade no que diz respeito aos cadastros de pessoas que são beneficiadas por essas políticas de distribuição de renda. Tivemos aí gente que fraudou, funcionários do governo que chegaram a receber esses recursos. Outro problema foi as dificuldades ou a rigidez e a inoperância dos próprios decretos. Vou dar só um exemplo aqui sobre a realidade

regional. O nosso gestor estadual ele lançou um decreto, liberando eventos festivos e nessa semana nós tivemos Roberto, um *show* enorme no litoral da Paraíba. Aí voltou a criticar a confusão no entendimento “pode ou não”. Aí como é que me arrisco a elaborar um decreto municipal contestando os entendimentos de um decreto a nível estadual? É um período de instabilidade e insegurança muito grande.

Gonzaga - Prefeito em exercício

Bolsonaro para mim é uma coisa esdrúxula. É uma coisa que foge de qualquer capacidade... Ele é muito extremista. E não dá para dialogar com ele. Tem uns caras de direita que dá.

Teresa - Profissional de Saúde

Eu acho que você tem acompanhado agora nas redes sociais, a questão da aprovação da PL²⁰ para os profissionais de saúde. Geralmente eu e os meus colegas costumamos dizer assim: a gente realmente está na profissão pelo amor à profissão. Por cuidar do próximo. Por estar mais perto de quem precisa da gente. Porque financeiramente falando é uma profissão hoje que, para você é um relato normal de uma profissional. A gente ganha um salário mínimo.

Com relação às coisas que são passadas do estado para o município, a gente praticamente não teve essa ajuda, por conta dessa situação política. O que vinha

²⁰ Referência ao PL nº 2564/20 que institui o piso salarial para os profissionais da enfermagem.

realmente era o que estava destinado, que não tinha como não vim de jeito nenhum. O básico do básico. Aí esse vinha. Mas não vinha muito não. E têm os repasses. Porque são os repasses federais que já são feitos.

Cora - Secretária de Educação

O estado não, não teve muito não. O que a gente teve o ano passado, que é o município, que foi a lei Aldir Blanc, que muitos municípios foram contemplados com essa lei, que era para a questão dos artistas, dos artesãos. Aí assim, o município nosso, ele foi contemplado também, isso ajudou um pouco, mas era parcela única, ajudou, lógico que toda ajuda, ela é bem-vinda, aí nós... o município foi contemplado também com essa lei, aí também foi uma ajuda que veio, não é?

Veio recurso também, porém insuficiente, para a gente manter as escolas com o recurso que veio para atender as escolas nessa... com todos os... o que tem que ter na escola, com máscara, com o álcool, com tudo, os protocolos, para seguir todos os protocolos, o recurso que veio não dava para a gente manter uma semana, não, a escola funcionando. Então, eu acho que o governo federal, ele deixou muito a desejar, muito mesmo. O ministro da educação, ele praticamente deixou a gente sozinho, não teve uma ação, pelo menos orientar, eu sei que não é uma receita nacional, porque cada município tem uma realidade diferente, não é? Mas assim, se ele estivesse junto com todos os secretários municipais, com os secretários de estado, um trabalho em conjunto, um direcionamento, mas ele não teve, não teve um direcionamento, ele em nenhum momento disse, "vamos voltar às aulas, vamos seguir dessa forma, vamos

tentar pelo menos dessa forma", mas em nenhum momento a criatura nos direcionou. Então, o que a gente tem como apoio, o Ministério Público, que vai... muda as opiniões de estado para estado, de comarca para comarca, e a gente fica meio que perdido, uns orienta a gente de uma forma, outros de outra. Aqui temos o Sivuca que é o que mais nos tem orientado e dado apoio. E assim, a gente começou a formar grupos, os municípios mais próximos, ou do estado.

E - Vocês pensaram em algum projeto, alguma coisa, que aqui a gente fica um pouco angustiado com isso também, de inclusão digital, de pensar assim, não sei se a cidade se movimentou para essa coisa de dar aparelho para a família ou pensar alguma campanha para isso, pensar na *internet* daqueles que não têm? Cora: A gente até pensou e tentou ainda conseguir, mas assim, como você sabe a gente... os municípios pequenos, ele não tem uma renda própria, infelizmente, não tem essa questão do imposto do município, o nosso não tem. Aí assim, a gente sempre fica na espera de recursos federais, e para isso, infelizmente nós não tivemos apoio.

Zé - Fabrico

O Presidente em si, eu achei patético. Eu acho que para um líder de uma nação como o Brasil, um comportamento daquele não existe não, para mim não. Gostei muito da atuação de Mandetta, quando estava como ministro. Expôs o que ele achava o que tinha que ser, não foi Maria vai com as outras. E eu achei que se o Governo Federal em si, a pessoa do Presidente e dos ministros, eles tivessem levado mais a sério, tivesse no começo de tudo, talvez a gente não tivesse passado pelo o que a gente

passou não. Eu digo o Brasil em si.

Eu acho que o Governador da Paraíba foi sério, fez o que tinha que ser feito. E - Seguiu os decretos, respeitou assim, a doença? Zé - Muito decreto, muitos decretos, eu achei que foi correto o que ele fez, conduziu bem. Olha que eu não votei nele, viu?

Padre Pedro

Quando começou a gente já percebeu logo que houve uma resistência do próprio governo. Não vamos confundir o governo com o presidente. Mas o governo logo de início teve dificuldade por causa do presidente. O próprio governo teve dificuldade por causa do presidente. Questão de pesquisa. Nós fomos praticamente um dos últimos países a levar a coisa a sério. O país chamado Brasil não levou os casos da pandemia a sério, por isso que nós tivemos um índice de mortes muito elevado. Quando se viu a olho nu a catástrofe. Porque logo quando começou era uma epidemia. E em pouco tempo passou a ser chamada de pandemia. Ela passou de uma coisa que deveria ser pequena, passou a um índice mais elevado. E até o nome mudou. Então, com a mudança e as mortes que nós começamos a ter, inclusive as famílias dos próprios líderes políticos morrendo. Teve gente do governo. A mãe de um deputado mesmo faleceu. Um deputado médico, porque não liberou o remédio, a vacina para a própria mãe tomar. Isso é um fato. E tinha salvado a mãe dele. A mãe dele chegou a óbito por ele ser negacionista. Como os casos de mortes dentro das próprias famílias da elite, aí sim. Aí eles começaram a levar a coisa a sério. Aí você vê. A coisa não foi tão levada a sério, que agora nós tivemos a CPI da Pandemia. A corrupção lá dentro mesmo.

Aquele dinheiro. Porque o próprio governo. O dinheiro que o governo liberou para a saúde, aqueles que lá estavam fizeram mau uso do dinheiro, literalmente, mau uso. Se aquele dinheiro que foi liberado para compra de vacinas, para pesquisa, tivesse sido investido cem por cento para aquilo que foi direcionado, eu acredito que a pandemia teria um resultado melhor. O negativo teria sido reduzido a cinquenta por cento. Digamos que nós tivemos de cem por cento, oitenta por cento atingidos pela pandemia. Isso teria sido reduzido. Nós não teríamos tido tantas mortes como nós tivemos. Aqui na nossa diocese nós tivemos padres internados. Nós tivemos mortes de padres. Nós tivemos bispos amigos nossos que morreram. Pessoas amigas que fizeram a partida. Simplesmente por falta da vacina no tempo certo. Isso foi o quê? Um relaxamento do governo. Houve um relaxamento sim do governo em relação a isso. Por isso que nós sofremos essa catástrofe.

Ângela - Assistência Social

O Governo Federal fez um desserviço, na minha opinião. Então, eu acho que tudo o que ele pode complicar, ele complicou. Tudo foi conseguido, o pouco que conseguiu, foi conseguido a duras penas, e tendo que enfrentar esse que deveria ser nosso aliado. Mas, na verdade acabou sendo nosso inimigo, que é o Governo Federal. E acho que, enquanto o Governo Estadual, eu acho que sim, teve uma boa interlocução. Eu acho que ele deu muito apoio, a todas as instituições nesse sentido. Do que que pode ser feito, de tentar controlar toda essa situação, de tentar dar um novo destino a tudo isso.

Outras dificuldades que germinaram no município, em decorrência da condução

negacionista do Governo Federal foram: aumento das vulnerabilidade sociais como fome, violência doméstica e sexual, exclusão digital e aumento do uso de álcool e drogas. Dificuldade na aderência de parte da população aos protocolos e à vacinação, por serem contaminadas pelos discursos negacionistas; luto coletivo; desemprego e problemas de articulação em rede por falta de verbas emergenciais.

Lucas - Coord. Vigilância Sanitária

Da mesma forma. Inclusive pessoas que eu conheço, que não quiseram tomar a vacina, que eram negacionistas e que vieram a óbito por Covid. Um cara da minha cidade, que trabalhava aqui em Camalaú. Inclusive pessoas que trabalhavam com ele tiraram um fino da morte, vamos dizer assim.

Só que novamente, em toda a região – Camalaú não é diferente – há um aumento de casos diários, em todas as cidades da região. Eu digo, porque eu ando muito por aqui na região. Monteiro é uma cidade maior, uma cidade polo aqui do Cariri. Então Monteiro mesmo está tendo um surto muito grande de Covid. Covid e gripe, que é o que eles dizem. Em minha opinião é tudo relacionado ao Covid. Então está voltando o surto aos pouquinhos. A gente vai reforçando de novo as medidas sanitárias. Aqui a gente vê o pessoal usando muito pouco a máscara. Eu estou sem máscara porque estou sozinho aqui viu? A gente ainda costuma ver as aglomerações. As pessoas sem máscara e tal. De acordo com que foi ocorrendo a vacinação, o pessoal perdeu o medo. Só que precisam entender, ser melhor esclarecidos, de que a vacina não impede a contaminação. A vacina ajuda para que os sintomas sejam mais brandos. O seu

sistema imunológico responde de outra forma ao problema. Mais ou menos dessa forma.

Mas existe a divisão pesada mesmo. Tem quem acredita na ciência e tal. E quem realmente vai só pela questão política. Inclusive, os maiores responsáveis são essas pessoas que estão à frente. Em se tratando de religião, são os padres, os pastores. Então o pessoal fica limitado ali e, talvez, alienado. Talvez seja até um termo mais forte que eu uso. Mas eu penso muito nessa questão de alienação. De qualquer tipo de igreja, de qualquer tipo de crença. Existe essa questão de alienação, bastante. Essa divisão é muito forte.

Assis - Líder comunitário

E aí as pessoas... isso contribuiu para as pessoas perderem, de certa forma, muito o medo. Agora as pessoas estão assim, "ah tudo bem", as pessoas até dizem assim, "ah, isso vai ser normal, vai ser uma gripe comum, vai ficar como se fosse uma gripe comum", é isso que as pessoas dizem normalmente diante do problema e agora eu conheço já dezenas e dezenas de pessoas que foram agredidas pelos vírus, mas não tiveram um quadro de maior gravidade. Embora a população aqui seja pequena, nós somos uma comunidade de sete mil pessoas apenas, e essas sete mil, dentro de um universo dessas sete mil pessoas, nós chegamos a testar positivo cento e poucas pessoas, mas curiosamente... isso foi há duas semanas atrás, mas agora esse número já reduziu para talvez trinta, trinta e poucos. E as pessoas não estão muito preocupadas não, quanto a isso não, porque elas acham que agora estão mais seguras, mais tranquilas pelo fato de terem se vacinado.

Todo mundo estava na expectativa da vacina que finalmente chegou, e quando a vacina chegou, houve uma certa correria da população, as pessoas querendo vacinar-se, só que como a vacina estava vindo de início muito devagar e também muito... a começar dos que tinham problemas de saúde, aqueles mais idosos, mas houve no início muita procura, até um pouquinho de confusão, as pessoas... confusão no sentido que as pessoas estavam querendo todas vacinar-se de uma vez, mas isso foi pouco a pouco, e continua até os dias atuais, as pessoas continuam se vacinando em grande quantidade, mas algumas pessoas teimam de forma muito... forma muito remitante, muito teimosa mesmo, teimam em não vacinar-se, algumas pessoas não se vacinaram, não quiseram se vacinar de forma alguma.

Gonzaga - Prefeito em exercício

Teve um dia que a polícia foi lá na Assembleia de Deus. Porque que tinha muita gente. E o pastor ficou meio assim. Mas era um risco que a gente corria. As igrejas também corriam. Porque a gente desrespeitou. As igrejas desrespeitaram o decreto estadual algumas vezes.

Então em Camalaú, o setor de turismo por causa das festas também caiu demais. Porque tinha gente ganhando muito dinheiro com isso. Porque se movimenta demais. Movimenta a cozinheira que vai cozinhar. O cara que vende a bebida. O cara que vende o chapéu. A banda que vai tocar.

Então o setor econômico lá de Camalaú teve uma queda. Mas muito uma queda por conta dos fabricos.

Imagina. Não teve São João. Fulano morreu. Eu não vi fulano morto. Eu não vi minha

mãe morta, eu não vi o meu irmão, o meu amigo. Morreram duas pessoas lá do Pindurão. Um já estava bem doentinho, com problema, Seu Lula. E outra era a esposa do coveiro. Ela adoeceu. Ele adoeceu. Não foi ele que enterrou ela.

E aumentou. Muito por conta do governo Bolsonaro e por conta da pandemia. Os pedidos por alimento aumentaram.

Ângela - Assistência Social

Bom, por conta da situação financeira, que... o que falar da nossa situação financeira? Tem sido cada vez pior. A taxa de desemprego muito alta, etc. e tal. Então, por conta da situação financeira, a demanda aumentou nesse sentido, de buscar ajuda, muitas pessoas passando fome.

Aumeneto de abuso sexual, violência doméstica e uso de drogas.

Teresa - Profissional da saúde

Quando um colega adoecia você tinha que ir. Tinha que substituir o colega para não prejudicar o serviço. Porque a gente é uma equipe pequena. Somos uma cidade pequena. Uma equipe razoavelmente pequena. Mas mesmo assim trabalhamos em 12 técnicos de enfermagem. Mas quando um era afastado – porque aí tinha que ser afastado – do serviço, os outros colegas tinham que cumprir. Então foi uma rotina bem árdua, quando estava bem no pico do Covid.

Sivuca - Ex-prefeito/professor e líder comunitário

A questão é que existe uma diferença grande entre cem reais que você dá para uma família em 2019 e cem reais que você dá para família em 2022 porque o poder de compra diminuiu. Você vai ver a inflação aumentando muito principalmente no quesito alimentos, a questão dos combustíveis que vão aumentar a própria energia, então, claro que eu entendo que as políticas públicas elas não foram eficazes e eficientes frente a esse problema de instabilidade econômica. As pessoas perderam o poder de compra e aumentaram ainda mais os seus problemas na sua vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, por uma questão cultural existe naturalmente uma rejeição, a desconfiança no que diz respeito às atitudes políticas e aos entendimentos científicos, então por exemplo a própria vacinação às vezes por parte das pessoas que muitas vezes são direcionadas pelo conhecimento popular, existe uma rejeição, por exemplo, dos mais idosos que acham que as vacinas, inclusive a da gripe que foi anterior à vacina contra o covid, eram para matar os idosos ou para que eles não se aposentarem. Então existe todo esse misticismo e para nós que estamos à frente da gestão pública é um pouco difícil lidar com os interesses políticos e com as orientações científicas e com as condições administrativas.

Cora - Secretária de Educação

As aulas *online*, elas não eram o tempo integral, não era de sete a meio dia como é a aula normal. Então, mesmo assim eles não tinham paciência de ficar o tempo todo assistindo aula por um celular ou por um computador, então eles saíam muito, então eles tiveram... eles ficaram mais vulneráveis a essas coisas, e o índice, a gente percebeu que o índice de uso de drogas aqui aumentou bastante. Eu acho que quando tinha aula funcionando normal nas escolas, a gente não tinha tantos casos assim, aí a gente percebe que são com adolescentes, crianças também, já são daquelas famílias de mais desestruturadas.

A secretaria, ela não fechou, não parou de funcionar, mesmo porque os pais vinham, sempre tinha o atendimento, e logo a gente iniciou com as aulas *online*, só que a gente viu o problema que nem todas as crianças, nem todos os jovens tinham acesso à *internet*, ou um aparelho adequado para assistir às aulas, a realidade não só nossa, mas dos demais municípios, da grande maioria dos municípios. Aí essa questão da *internet*, o prefeito até ainda tentou instalar assim na zona rural, sítio com sítio, para atender a essas famílias, mas esse ano ele ainda não conseguiu por falta de verba.

O ponto “amor perfeito” é a base de muitos pontos na renda. Se modifica de várias formas para gerar novos traçados (IILCA, 2017), ele diz da capacidade do nordestino de se transformar com o que ele tem ao seu alcance. E seguindo essa tradição de sobrevivência, mesmo com as fragilidades, discordâncias e conflitos, a rede se organizou para despertar o seu potencial de espontaneidade e criatividade (Moreno, 1992). Mantiveram articulações entre os setores, atores sociais e comunidade; se reinventaram pela ponderação dos atos, tornando-os em essência solidários. Se vincularam por associação de ideias e fazeres coletivos. Que eles

mesmo digam o que fizeram:

Ângela - Assistência Social

A gente fez algumas campanhas, sabe, durante esse período. Para arrecadar alimentos, para arrecadar roupas. Então acho que isso teve um efeito muito positivo. Fizemos bazar, com doações que recebemos. Então nesse sentido, acho que a população, ela esteve empenhada, sabe? Como um todo, em lidar com essa situação de alguma forma. Essa ajuda mais dos populares.

E eu acho que a secretária da ação social, ela se preocupou bastante com isso. O CRAS mesmo, ele tinha todo, no suporte assim para lavar as mãos, distribuição de máscara. Inclusive, a gente ainda faz distribuição de máscaras, álcool em todos os lugares, preocupação com o distanciamento. Sempre procurando informar a população sobre os riscos de não tomar os cuidados devidos. E pelo que eu observo também na cidade como um todo, também tinha essa preocupação, de fazer o que era possível fazer. Claro que algumas coisas poderiam ser melhores, a questão até como você falou, dos equipamentos, que a gente... o que foi distribuído para a gente enquanto assistência social, foi aquelas máscaras de tecido. Porque foi até uma parceria com o Governo do Estado, e aí ele mandou uma quantidade enorme desse tipo de máscara. Mas, a gente sabe que não dá proteção devida. Mas assim, enfim, foi uma forma de fazer algo também.

Em datas comemorativas, sabe? Sempre fazia algo para, tinha alguma ação ali. Nunca

ficou em branco, nunca foi só o vídeo que era lançado lá. Então, tinha o porta a porta. Por exemplo, com o grupo de idosos. Então, sempre, o grupo não podia estar presencialmente, mas, sempre tinha esse trabalho de levar toda semana, essas atividades que eles iam fazer, os materiais, o artesanato. E aí mostrava o vídeo para eles. Da mesma forma com as gestantes. E aí final de ano, vamos lá deixar lembrancinha, sabe? Então assim, teve esse cuidado também, nesse sentido.

Cora - Secretária de Educação

A gente mesmo... quando sabe que uma família está passando por dificuldade, a gente sempre faz campanha e ajuda essas famílias, a gente sempre... a comunidade, ela é assim, ela é uma comunidade acolhedora e sempre busca ajudar aos demais, uns aos outros.

Olha, a gente... eu não falo só eu, porque a gente sempre trabalha em equipe, eu não sei mais falar o eu, não, mas nós sempre buscamos fazer o melhor.

Sim, a gente tem, tem o acompanhamento dos psicólogos aqui do município, nós temos também na saúde, e aí tem esses atendimentos a esses alunos, a gente tem ajudado eles dessa forma, procurar a família, ou mesmo quando a gente não sabe, a família vem até a gente, porque geralmente quando a gente percebe é quando eles não estão acompanhando as aulas, ou quando não estão fazendo as atividades, a gente procura saber o que que está acontecendo.

Para adquirir alimentos, para formar cestas básicas, a prefeitura entra com uma parte, a gente faz a complementação e faz essa distribuição. A gente mesmo... quando sabe que uma família está passando por dificuldade, a gente sempre faz campanha e ajuda essas famílias, a gente sempre... a comunidade, ela é assim, ela é uma comunidade acolhedora e sempre busca ajudar aos demais, uns aos outros.

E aí do início de junho a gente já começou com as plataformas também, porque antes era pelo *Google Meet*, mas aí começamos com as plataformas para ver se ia melhorando mais, mas ainda não foi o suficiente, porque tinha a questão da *internet*, que não tinha sido resolvida a questão dos aparelhos que nem todos tinham. E aí começamos com as atividades impressas depois que amenizou um pouco os casos aqui, porque a questão do manuseio do papel também era um pouco perigoso, mas mesmo assim, a gente tinha que atender esses alunos de alguma forma. Aí começamos com as atividades impressas e distribuindo nas escolas rurais, aí os pais iam até as escolas pegar essas atividades geralmente a cada quinze dias, aí voltava, elas retornavam, devolviam essas atividades e pegavam as novas atividades. E assim a gente finalizou o ano de 2020.

É, as escolas rurais... mesmo essas escolas funcionando... estava com as aulas presenciais, merenda todos os dias, tinha um cardápio feito pela nutricionista, atendia esses alunos, mesmo assim o recurso vai dar para distribuir *kits* para esses alunos também que estavam no formato *on-line*. A gente com o recurso da merenda, do PNAE, a gente fez distribuição de *kits*, inclusive essa semana, a gente está hoje se organizando para sexta-feira a gente já entregar o último *kit* do ano, com frutas,

verduras e outros gêneros alimentícios também.

Gonzaga - Prefeito em exercício

Aí nós fizemos uma *live* explicando o passo a passo do auxílio emergencial, como devia ser. Então a gente usou muito da questão da informação, tanto na questão do entretenimento, da música. Como da informação, quando foram feitas *lives* espiritualizadas, de conversa com as pessoas. E *lives* explicativas. De mostrar: o auxílio emergencial funciona assim. Vão para a praça. Mas vão devagar. Vai pouca gente. Fica sentado de forma afastada. Vai de máscara. E aí foi feito. E a cidade conseguiu. Na distribuição de cestas básicas também. Então foi um momento que eu considero que minimamente, a comunidade deu as mãos. E todo mundo entendeu, enfim.

É um povo preocupado com a vida do outro tanto pra fofocar quanto pra ajudar. Teve vezes que os vereadores de oposição ligavam dizendo para eu ser mais duro. Então eu acho que nesse sentido... eu acho que são vários fatores que contribuíram pra gente ter sucesso no fim das contas.

A gente era meio que os repassadores da informação. A pessoa não quer ler. Você faz um decreto. A pessoa não quer ler o decreto. A pessoa liga para você e diz assim: "deu o que aí para bar?" Aí você vai dizer: "o bar é isso." E deu o que para isso? Aí vai perguntando. A pessoa não quer ler o decreto. Ela quer saber o dela.

Era entender como o município funcionava. Eu analisava. E eu pensava em casos individuais. E fulaninho? Vai pesar o que para ele? Como que ele funciona? Conversava com os comerciantes. Por exemplo, eu conversava com um menino que tem o maior restaurante. Eu passava e dizia: "e aí bicho? Eu estou pensando em fazer isso assim." Aí ele dizia não sei o quê. "Tu acha que dá certo? Dá moço! Então tá, faz, te digo se me lascou ou ajudou".

Eu acho que Camalaú não teve uma fórmula mágica. Eu acho que nós tivemos bom senso. A gente nem arrouchou demais e nem folgou demais. A gente manteve sempre ali. E sempre com aquilo que a gente estava falando: como a administração possui uma ligação direta com a população. As pessoas falam com o prefeito. Eu acho que o que foi a questão principal em Camalaú, não foi uma mágica. A gente não fez mágica. Eu acho que a gente poderia ter tido ideias até mais avançadas. Mas eu acho que o que a gente fez desse relato todo, eu acho que foi ser ponderado. Foi ajudar. Foi se preocupar tanto com a questão da doença em si, mas também com a questão psicológica. De estar atento. De fazer algo para divertir as pessoas.

Eu sempre procurei olhar a questão dos órgãos sanitários. Nós temos a 5ª Região de Saúde, o 5º Núcleo de Saúde, que funciona em Monteiro. É uma mulher que é a diretora. Muito minha amiga. E eu ligava para ela. Eu leigo, como prefeito. A minha secretária de saúde à época, totalmente inoperante. Uma senhora de setenta e poucos anos, cansada. E eu procurava seguir isso. E aí dentro daquilo a gente ia naquela perspectiva assim: o que as pessoas necessitam mais? Alimentos. I., que assumiu as duas secretarias, "hora da Ação Social. Organiza aí..."

A equipe de Trabalho e Ação Social da cidade, mesmo sem ter tomado a vacina – de forma muito corajosa – foram para a praça de forma organizada. Chamaram a população para auxiliar nesses serviços que dependiam de *internet*. Principalmente no auxílio emergencial. As pessoas não sabiam fazer. As pessoas não sabiam abrir uma conta. E a equipe fez isso num primeiro momento. Depois as pessoas foram aprendendo.

Inclusão digital. Porque as pessoas mais simples da zona rural e do interior têm uma resistência à tecnologia. Porque elas dizem que elas não têm capacidade de manusear. E todos tiveram que aprender a manusear. Seja pela questão do entretenimento, para assistir, para ficar em casa. Seja para os meninos terem as aulas. Seja para movimentação financeira. Fazer transferência. Instalar aplicativo de banco. Eu não sei se isso foi uma coisa pensada pelo poder maior. Todo mundo hoje sabe manusear.

Padre Pedro

Mas sem o aval da ciência... eu sou muito científico. Eu sou muito crucificado por isso. Sou muito perseguido também porque eu puxo muito para esse lado de ciência, essas coisas. Eu não sei se é porque eu vim da Escola de Quevedo, o padre Quevedo. O padre Quevedo foi meu professor. Era um homem da ciência. Então eu vim da Escola de Quevedo. Eu sou muito científico. Aí pronto. Eu gosto de provas. Eu gosto de dados, essas coisas assim. Aí por isso... mas é necessário.

Mas em relação à pandemia, na verdade, nós vivemos comunidade. Em relação a isso foi uma comunidade de mãos dadas. E nós partimos juntos para... os meus discursos sempre voltados para isso também. O meu discurso foi sempre muito voltado para isso: cuidado, orientação, o distanciamento. E assim, graças a Deus, nós não tivemos oposição. Em relação a isso não.

Eu estava ali falando nas missas, com os meus trinta por cento de fiéis e dizia assim para eles: na próxima missa... eu estava celebrando no sábado à noite. Aí chegava o decreto para mim ali. A secretária: "padre chegou um novo decreto". Ela me passava aquele decreto. Eu lia. A partir de amanhã já não teremos mais missa com os fiéis. Tinha gente que saía chorando de dentro da igreja, porque não podia mais participar. A festa de São José mesmo, que nós programamos para ser presencial, com oitenta por cento, isso no ano passado, 2021. De repente, já tínhamos feito a reunião; feito toda a programação, feito como iria acontecer. No dia seguinte chegou um decreto que a partir daquela data, tudo seria *online*. Então para nós foi muito difícil. E o próprio Gonzaga, nós montamos uma banda e fizemos uma noite, uma homenagem às mães, numa festa da igreja em parceria com a prefeitura. Fizemos o *Show das Mães*. Fizemos uma homenagem às mães. Mas tudo *online*. Montamos toda uma estrutura com palco, banda tocando ao vivo. A gente com aquele distanciamento todo. Sem se tocar nada em ninguém. Um pequeno publicozinho ali, de apoio. Mas assim, com aquele sentimento de tristeza, de perda. Porque para nós não era fácil não. Era para todo mundo aquela realidade difícil.

Uma coisa que eu tenho buscado manter aqui na paróquia, com o pessoal é o diálogo

inter-religioso. Eu já conversei com todos os pastores. Seja com os Corujas. Nós temos até uma parceria de trabalho religioso aqui também. É um trabalho mais de apoio dele em relação a mim. Do que eu em relação a ele. Porque ele tem como me apoiar em relação a um monte de coisa. E eu não tenho como apoiá-lo. Mas assim, em coisa material. Eu falo em coisa material. Ele tem os prédios. De vez em quando eu preciso de alguma coisa. Ele sempre está disponível para ajudar. Ele sempre foi muito aberto para ajudar a igreja. Ele ajuda literalmente a igreja. E isso é bom para o nosso crescimento.

Sivuca - Ex-prefeito/professor e líder comunitário

Eu acredito que na sua pergunta você falou palavras-chaves. Primeiro, rede e visão global. E a rede está ligada à globalização. E é aí quando você tem o verdadeiro entendimento do que é globalização, que você vai ver que é um compartilhamento de coisas boas e coisas ruins. Aí tem união.

Na verdade, é um conjunto de fatores. O fator positivo é cultural. A comunidade é bem solidária, o trabalho aqui é feito de forma coletiva, então nesse sentido nós somos favorecidos. Até o contexto é cultural, nosso povo é muito hospitaleiro, então se por exemplo acontecer algum desastre natural as pessoas se mobilizam, as pessoas trabalham de forma coletiva para ajudar umas às outras. Quando eu coloco a questão cultural às vezes até quando um sepultamento ocorre e mobiliza toda uma comunidade. Nós estamos transferindo esse espírito de coletividade para gestão e estamos pensando gestão pública enquanto região. Hoje nós temos uma associação dos

Municípios do Cariri paraibano, Camalaú voltou a ser reintegrada nessa associação, hoje existe uma articulação muito grande dos gestores, houve uma mudança no perfil dos gestores principalmente com a introdução maior de mulheres ou introdução de jovens na gestão pública, houve um novo entendimento, um novo formato que eu acho que só tem a agregar valor nas políticas das políticas públicas da região.

Aqui fizemos a higienização de todos os prédios públicos; o que diz respeito ao poder público tomar todos os cuidados necessários com essa questão de isolamento social, funcionamento dos estabelecimentos (muito complicado), tentamos dar um suporte psicológico e emocional aos profissionais da saúde porque são seres humanos e precisam também de estrutura, precisam desse apoio e eu enquanto gestor na condição de defender os interesses da população, mas também como gestor na condição de defender os profissionais que estão ligados à gestão pública, então sempre tive esse cuidado de passar a palavra de afeto, de apoio, de estímulo, de incentivo. Tivemos por hora dificuldade de acesso a alguns insumos, inclusive de acesso a alguns EPI's, isso dificultou bastante. Reestruturar toda a administração, reestruturar todo sistema de saúde que já é falho, que já é limitado é muito complicado, mas eu volto a dizer que essa condição de se refazer e aprender nos traz uma maturidade, nos traz uma experiência incrível.

Alguns comércios se reinventaram no que diz respeito ao atendimento *delivery*; é bem verdade que o repasse dessas políticas de distribuição de renda se intensificou em um momento curto um pouco a economia no nosso município; é bem verdade que surgiram também novos comércios, isso principalmente o que diz respeito à economia

criativa e a novos empreendedores, inclusive, alguns estudantes meus que estudaram empreendedorismo comigo se reinventaram - estudavam pela manhã e na parte da tarde começaram a empreender e criar seus novos negócios vendendo açaí, publicando e divulgando peças de roupas. As lojas ficaram fechadas, mas ganharam modelos *online*, que antes eram consumidores e passaram a por exemplo a divulgar em suas redes sociais aquelas peças de roupa em troca de uma porcentagem de desconto ou de alguma remuneração. Então é bem interessante que sempre, em todos os cenários, nós vamos ter o lado positivo e o lado negativo. As pessoas têm esse poder criativo de se reinventar.

As *lives* solidárias foram inúmeras, em que os artistas se mobilizaram e puderam proporcionar que pessoas, inclusive de outras regiões, ajudassem a comunidade por meio de Pix. Dentre as pessoas que ajudaram, se incluem as famílias dos moradores de Camalaú que moram em outras regiões do país. Nesse sentido, a tecnologia ajudou bastante.

Um exemplo que diz respeito até a um fator econômico: por exemplo, a Prefeitura de camalaú por meio da secretaria de trabalho e ação social, eu não sei a preço de hoje, mas até o período do ano passado, que eu estava mais próximo da gestão, por mês dava uma média de R\$ 1.400 mensais de ajuda só com o cheque de ação social que nós tínhamos e temos até hoje, fora os outros mecanismos de apoio e de incentivo para as famílias vulneráveis.

Na questão do das reuniões *online*, as atividades *online*, inclusive tenho todos os

registros aqui, com fotos, com pautas que foram discutidas até porque eu tinha pouco tempo também não fiquei nem seis meses a frente da gestão, então eu queria ganhar tempo e, às vezes até fora de expediente, às vezes até de madrugada, eu estava em reunião conversando com os secretários, queria fazer e acontecer em tão pouco tempo e também frente às dificuldades e os desafios que eu já eu já coloquei. Nós tivemos que mudar o modelo de educação e dei o pontapé inicial porque criei uma página no Youtube, se eu não me engano o nome é Fora de Sala, eu tentei sensibilizar os professores da importância do ensino remoto e era muito difícil. É como aquele vendedor de perfume que usa o perfume que ele mesmo vende, entendeu?! Então eu quis fazer o seguinte: me arriscar a ficar de frente para uma câmera, tentando editar vídeos, vou fazer um primeiro instrumento de atividades, vou compartilhar com os professores para que depois eles possam fazer isso. Nós contratamos uma plataforma e pode dar minimamente condições para que professores e estudantes pudessem trabalhar e até hoje estamos utilizando a mesma plataforma que foi implantada desde o início.

Lucas - Coord. Vigilância sanitária

Aí a gente vem e toca naquele ponto: ou eu acredito na ciência e em quem estuda. Ou eu não acredito. Ou eu acredito no presidente, que não estudou. Eu penso muito nisso. Entendesse? Eu prefiro: eu fiz e vi e estudei. E estudo ainda. Então eu prefiro acreditar no que eu estudo. No que eu tenho prova. E resultado do que eu faço. Então a medicina veterinária não muda muito. É um organismo diferente. Porém, reage muitas vezes da mesma forma, com pouquíssima diferença. Então eu prefiro acreditar na

ciência.

Então a gente sempre contava muito com o pessoal da Vigilância Epidemiológica, com os agentes de endemia. O pessoal da Epidemiológica estava sempre atento quando precisava. No caso, o trabalho mais prático, de higienização. Também passaram por um treinamento. Quando foi flexibilizado, de acordo com o que era flexibilizado, eles iam orientar também. A gente pedia a orientação deles. Nas igrejas, nos prédios públicos. Sempre contava muito com esse pessoal. Porque a gente sabia que teve contaminação naquele setor. Tudo é muito interligado nessa questão de Covid, tudo. Parte administrativa. Falta de produtos mesmo, na hora a gente não tinha como desenrolar. Então a gente sempre procurava ter esse contato direto e indispensável da parte administrativa. Entendesse? Então não tem como você ficar isolado, trabalhando só na pandemia não. Sempre está precisando de outros setores. Não tem como não.

Não tem como. Tem que reunir os setores e todo mundo trabalhar em conjunto. O que nos ajudou muito e que nós temos uma proximidade muito grande é com o pessoal da Ação Social. Porque a gente aproveitava algumas situações da Ação Social para também divulgar os nossos trabalhos, que eram basicamente reforçando as medidas sanitárias. Trabalho de orientação reforçando as medidas sanitárias. Então a gente se apegava muito nessa questão e nessa situação com o pessoal da Ação Social.

A gente não tinha o poder – e nem tem condições – de fiscalizar a casa do cara para deixar ele em casa. Mas a gente orientava para que ele cumprisse a quarentena, ficasse

em casa, saísse depois. Porque ele estava chegando no município. E no início, a gente não tinha como fazer os testes e como pensar no acompanhamento. Porém depois que foram comprados, foram disponibilizados muitos testes. Aí sim começou a ter um controle maior. Hoje tem esse teste *Swab*, que é mais preciso. E aí as coisas começaram a ter mais certo controle.

A gente tem uma Vigilância Sanitária bem pequena aqui, bem limitada. No mínimo para funcionar, ela tem que ter um coordenador e dois fiscais. Então, para a demanda que teve na pandemia, ela se tornou muito pequena. Então a gente começou a trabalhar realmente aos pouquinhos. E o pessoal começou a se acostumar. Trabalhar de outras formas. Trabalhar com anúncios ou via WhatsApp, grupos. Isso se espalha muito rápido, nas redes sociais. Programa de rádio. Orientações a campo mesmo, na cidade. Mais programas educativos mesmo para a população

As barreiras sanitárias aqui da região, aqui em Camalaú particularmente, ela foi bem orientada. Eu acredito que de todas as regiões, de todas as cidades aqui. Só que o compromisso era bem diferente. Porque a gente andava de Camalaú para o Pindurão, que faz parte de Camalaú. Não sei se você sabe. Então a gente passava no Congo e não via a mesma organização. A mesma questão de organização, de horário, de quantidade de pessoas trabalhando, de equipes. Em outras cidades, da mesma forma. Então Camalaú, na região do Cariri, eu acredito que seguiu com essa ação de barreira sanitária até o finalzinho mesmo. Então a gente conseguiu, de certa forma, ter um bom resultado com as barreiras sanitárias. Barreiras sanitárias que abordavam os carros, perguntavam: o que ia fazer na cidade? Quanto tempo ia ficar na cidade? Tinha algum sintoma gripal? Se tivesse, que procurasse a assistência do pessoal da saúde, da UBS.

Então foi uma questão de treinamento. Eu participei de dois treinamentos só para barreira sanitária, pela 5ª Gerência Regional de Saúde da Paraíba. A gente fez esse treinamento *online* também.

Aí eu sempre fui um cara que... sou... falo o termo popular também, não só a questão técnica. Aí eu dizia: por que não chega em Camalaú? Camalaú está no planeta Marte? Não está no planeta Terra não? Porque o Covid está espalhado no mundo inteiro. Uma pandemia. Já está dizendo. Está espalhado pelo mundo inteiro.

Aí eu perguntei: "o senhor está me ameaçando?" Aí ele disse: "não. Eu não estou lhe ameaçando. Eu estou só lhe dizendo". Eu digo: "eu também. Eu estou só lhe dizendo. Mas aí se o senhor quiser fazer, pode fazer o que quiser. O meu trabalho é de lhe orientar. Se tiver alguma coisa a mais em relação ao que não podia ser feito e o senhor fez, quem vai pagar é o senhor. O meu papel só foi de lhe orientar. Mas não se preocupe que eu não vou vir aqui fechar, nem fazer nada não". Era mais ou menos nesse sentido, sabe? E como eu estou te dizendo: o trabalho de vigilância, você tem que ter um jogo de cintura muito grande. Se você não tiver um jogo de cintura bom, não consegue permanecer por muito tempo à frente não.

Na verdade, a questão da vacinação foi vista de uma forma complicada de se trabalhar no início. Porque a necessidade e o desejo da sociedade em relação à vacina era muito grande. Então, teve que se respeitar um protocolo. Aí a gente vai separar a questão da idade, de pessoas com comorbidade. Seguir toda aquela prioridade. Teve as prioridades. Então com isso, esse pessoal ficava muito receoso. Mas eu acredito que

em termos de vacinação não deixou a desejar não. Eu acredito que tudo foi e está sendo feito como é para ser feito. Respeitando sempre a prioridade. E seguindo essa organização mesmo de prioridade. Agora está começando a vacinar as crianças.

No início... chega até a impressionar. Porque uma cidade pequena. Muitas pessoas denunciavam quem estava chegando e quem não estava. Cinco pessoas de uma família tal chegaram de Santa Cruz. Onde Pernambuco foi um estado bem acometido de Covid. Então a gente sempre tinha essas denúncias. E aí a gente fazia o trabalho de ir no local falar com as pessoas e tal e orientar.

Tereza - Profissional de saúde

Na minha comunidade, as pessoas me procuram muito hoje para resolver. Me ligam muito. Vem atrás. Graças a Deus, sentem firmeza no meu profissionalismo. E é isso. O cuidado hoje para mim assim, com a população é essencial. Eu gosto muito. Eu faço com muito zelo. E ai de quem não fizer na minha presença, do jeito que eu quero. Eu vou lá e faço.

Porque da esfera federal vêm as verbas. Mas é um processo burocrático muito grande até chegar aqui na gente. Mas no município, o gestor agiu muito bem. Lá na unidade de saúde da gente, além da parte da população, que não ficou sem assistência. Ele investiu em material para a gente, para a proteção individual de cada um. Ele conseguiu cilindros de oxigênio. Tem pouco. A gente não trabalhava com essas doenças tão perigosas, que precisasse tanto de oxigênio. Ele conseguiu para a unidade

mais cilindros de oxigênio, para o caso que precisasse dar um suporte maior. Até porque, eu acho que a gente ainda teve uns três pacientes que precisaram ficar fazendo tratamento de oxigenoterapia em casa. Então tudo isso era o município. Porque o oxigênio daqui da gente é no cilindro mesmo. Não é aquele canalizado dos hospitais. É aquele que vem no cilindro, que a gente manda para outra cidade para encher. Foi bem interessante. Conseguiu testes. Quando a gente começou a fazer os testes rápidos no município foram comprados com dinheiro do município. Enquanto chegavam os do estado. Porque depois, com o tempo, eles começaram a mandar. Mas quando começou a surgir mesmo, o município se organizou. Vieram algumas verbas e comprou essa questão de testes, para fazer o teste rápido na população; e agilizar o atendimento. E tirar, de certa forma, também quem estava em circulação com o vírus. Porque tinha muita gente que não manifestava sintoma.

Aí você fica meio angustiada. Porque você vê. Aí chegou-se aquela expectativa. Vamos trabalhar a população, porque eles têm que entender que eles não podem abarrotar o serviço de saúde. Porque num primeiro momento, as vacinas não serão para todos. Isso foi meio angustiante também. Mas graças a Deus foi dando tudo certo. Foi chegando. A população da gente se não estiver noventa por cento imunizada. Mas já está chegando nesse patamar, graças a Deus.

A população de Camalaú é bem antenada com relação à questão de redes sociais. Inclusive o município disponibiliza em praça pública, que dá uma cobertura boa da cidade, *internet* totalmente gratuita para a população.

Zé - Fabrico

Então aqui tem várias pessoas que montam uma equipe de quinze, de vinte pessoas para costurar. Então quando fechou, deu uma abalada no comércio. Porque teve que fechar. Eles não podiam trabalhar. Nem tinham para onde mandar. Porque lá também estava fechado. E aqui também. Mas aí teve a ajuda do governo federal com os auxílios. Deu uma segurada boa. E quando o município detectava aquela pessoa que estava em situação de risco, que estava passando necessidade, a Assistência Social do município montava cesta básica. Levava para a pessoa. Remédio o município também distribuía bastante. O que precisava de medicação, o município distribuía.

O Assis, cedeu o CEAGRO²¹, para a aplicação de vacina, foi em um ambiente grande. O sistema de saúde, junto com a vigilância. Era chegando a vacina e acabando. O povo tudo doído pra tomar as doses.

O que teve mais próximo da gente, que estava sempre lá dando dicas, era o pessoal da vigilância sanitária, né? Estavam sempre lá ajudando, “não pode isso, isso pode, vamos trabalhar junto, evita isso, evita aquilo”. Mas no termo de produção mesmo, foi a gente e as empresas mesmo.

Os professores ajudaram demais, como podia ser. A pessoa Gonzaga é um conselheiro, não só de quem está perto dele, mas para todo mundo, “Gonzaga, me dá um conselho aqui”. E nessa pandemia, eu tive muito perto dele. Não só eu, mas como

²¹ Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia.

o povo de Camalaú em si. Ele é um cara que sempre ajuda a população, conselhos. E nessa pandemia foi o que a gente podia ter, conversar, me ajuda aqui. O Assis, os professores em si. Setor de educação, Cora, os diretores das escolas.

Assim, as crianças que ficaram sem ir para a escola, teve mais ajuda, os grupos de WhatsApp para fazer a tarefinha. A gente sentou na mesa para fazer a tarefinha. A gente com as crianças, às vezes gente nem sabia, às vezes por conta da correria, nem prestava atenção na aprendizagem da criança. E essa pandemia trouxe a realidade das crianças, né? Às vezes a gente nem senta para ver como é que estão nas escolas, e eu acho que as escolas ajudaram muito também, as tias, as professoras.

As vendas aumentaram. E engraçado que ninguém consegue explicar. Eu até perguntei, até a gente conversando muito, a gente viaja juntos, estamos sempre conversando, reuniões, enfim, empresa, está sempre conversando, sempre em reuniões. Eles me disseram que achavam que a pandemia ia acabar com tudo, mas pelo contrário, o que cresceu muito foi a venda *online*, né? A venda presencial acabou, agora a venda *online* cresceu demais, demais mesmo.

O efeito positivo foi que a gente conseguiu estruturar a fábrica grande. A gente tinha uma fábrica média, tinha ali dez funcionários, doze. Só que aí a gente tinha um maquinário velho, muito precário, e a pandemia conseguiu renovar tudo, adquirir mais máquinas cem por cento nova. Assim, a qualidade das máquinas que a gente usa, melhorou cem por cento. E a produção também cresceu, melhorou muito. O valor da peça que a gente fazia x, também melhorou. O valor que a gente pagava ao funcionário, aumentou também, mais ou menos isso.

Assis - líder comunitário

[...] faço um trabalho muito... assim, muito... as pessoas que chegam na minha casa a qualquer momento, chorando, sofrendo, desarticulados, o lar destruído, é o sujeito drogado, é o sujeito que vem com distúrbios emocionais muito fortes, é o sujeito que espiritualmente ele está desconectado com a realidade, às vezes é mesmo um esquizofrênico, mas às vezes não, às vezes é simplesmente no meu entendimento, aí já... apenas uma pessoa que tem uma sensibilidade muito grande e que não consegue administrar aquela situação. E ele precisa de apoio e nós temos visto como apoiar e ajudar essas pessoas. E eu acho que isso também faz parte, por isso que o centro de terapias, eles... eu vou muito para esse lado de ajudas, principalmente ajudas que a gente chama espirituais, psicológicas, termina tudo é a mesma coisa, porque nós é que fazemos a divisão, e não há diferença entre o espiritual e o físico. Somos holísticos.

Camalaú é a cidade onde mais o sol brilha nessa região, nós temos mais horas de sol do que qualquer outra. Aí a gente fez uma enquete, isso não faz muito tempo, há alguns meses nós fizemos, "na sua opinião Camalaú deveria ser?", aí um sugeriu, outro sugeriu, outro sugeriu, e aí veio uma votação e a população em grande quantidade escolheu Camalaú como a Cidade do Sol, isso retrataria melhor a nossa realidade. Então é o sol que brilha, que faz com que a nossa fruta seja mais doce, porque... sol que brilha fazendo com que nós tenhamos mais nível de claridade mais do que qualquer outra, o sol que brilha que vai despertar potencialidades, inclusive, de energia solar, que agora está começando em alguns, que vai ser uma fonte de riqueza para muitos, a energia solar. Quer dizer, então que o sol brilhe para todos, está isso embutido nesse ideal de justiça, de respeitar os direitos humanos, coisa dessa natureza.

Então, daí porque Camalaú é a cidade do sol, e daí porque o nosso projeto hoje está nominado projeto Cidade do Sol, então nós vamos desenvolver o projeto Cidade do Sol, é um projeto que começou há 50 anos, eu fui fundador do Mobral lá, não sei se você ouviu falar no Mobral.

As narrativas apresentadas puxam a linha e o lacê até o momento tecidos para o “ponto pipoca”, que é responsável por permitir a criatividade plena da rendeira (IICA, 2017). A rede de Camalaú-PB se adaptou de várias formas diferentes diante das fragilidades e o fizeram valorizando o conhecimento científico, a necessidade de adaptação criativa à virtualidade e acima de tudo reconhecendo com quem podiam contar e recorrendo aos saberes populares, típicos de sua cultura. Pela música, religião, coletividade, educação construíram o anteparo necessário e suficientemente bom para a sobrevivência da rede. Foram contraditórios, contrariados e criativos. Em momento algum abandonaram o princípio do OXENTE, para seguir as lógicas de um Governo Federal, que olha para a morte de milhares de Brasileiros e diz: Tá OK!

Ao serem convidados para a entrevista ficaram surpresos, porque não entendiam como Camalaú-PB tinha chamado a atenção de uma pesquisadora da Universidade de Brasília. Não entendiam o que estavam fazendo de tão diferente. Após as entrevistas se mostraram gratos e empolgados com a possibilidade de serem vistos e reconhecidos para além do sertão. Expressaram no decorrer da entrevista a alegria por terem suas falas ouvidas. Expressaram depois, enviando por *whatsapp*: fotos, vídeos, *links*, com o intuito de agregar conteúdos à narrativa e se fazerem vistos um pouco mais, orgulhosos do que estavam construindo durante uma crise sanitária global. Compartilharam a percepção de que fizeram algo diferente e viveram uma história, que repito, é digna de ser contada.

Padre Pedro

Porque eu agora fiquei super orgulhoso de responder essas perguntas. E escutando você dizer isso, que a nossa cidade tem sido considerado um exemplo aqui no Brasil, de combate ao coronavírus.

Muito obrigado. Porque eu estava cansado. Agora não estou mais não. Com essa entrevista aqui eu descansei mesmo. As nossas missas aqui são transmitidas todos os domingos, 19h30min. Você acessa lá Pascon Camalaú. Na próxima missa eu vou falar a respeito disso que nós conversamos. Os fiéis precisam saber que fizemos o certo em obedecer para preservar a vida, nossa e dos irmãos. Eu vou passar um elogio para as pessoas e agradecer a cada fiel que tem contribuído para que a gente tenha chegado a este nível de resultado positivo.

Sivuca - Ex-prefeito/professor e líder comunitário

A pandemia fez muitos professores e colegas de trabalho, saírem dos trabalhos engavetados e passarem a atuar na prática e a tecnologia faz com que, por exemplo, o seu conhecimento, as nossas experiências possam se aproximar, porque talvez, se fossem para vocês virem até aqui, até Camalaú, seria mais difícil. E hoje não é só uma carta ou um relatório que te envio, estamos aqui tendo a oportunidade de conversar e compartilhar essas experiências. É emocionante.

Eu vou te enviar pelo zap o *link* de uma tecnologia que desenvolvemos durante a pandemia. Que é um destilador solar. Que famílias vulneráveis de um assentamento, pessoas que não tinham acesso a água potável e que não tinha condições econômicas

de comprar água mineral. E aí já estou publicando alguns artigos. E aí construímos dessalinizadores solares, vou te enviar um vídeo para você conhecer um pouco sobre e um vídeo do projeto “Além da Sala”.

(*Dessalinizadores-solares*: https://www.youtube.com/watch?v=B2kwmD_e6TQ)

(*Além da Sala*: <https://www.youtube.com/watch?v=nikE6MxUhm8>).

Tereza - Profissional de Saúde

Estou à disposição para o que precisar. É muito bom participar desse tipo de entrevista. Participar dessas coisas maiores. Porque para a gente é uma coisa maior. Que a gente não tem tanto acesso. Mas quando chega. Eu estou aqui, em nome de todos os meus colegas de profissão, representando eles da melhor forma possível. O que eu puder. Dentro dos meus conhecimentos. Dentro do que eu vivo. Podendo esclarecer. Podendo conversar. Agradeço demais a oportunidade. Que dê tudo certo no seu projeto. Se precisar de mais alguma coisa e eu puder lhe ajudar, pode entrar em contato. E que Jesus nos abençoe grandemente. E que possamos vencer essa pandemia. E tudo que vier da melhor forma, em nome de Jesus, para todos nós.

Lucas - Coord. Vigilância Sanitária

Eu fico feliz. Porque acredito que a gente que faz parte da Vigilância Sanitária do país inteiro, a gente não tem essa visibilidade e, talvez, essa valorização que você acabou de falar, no nosso trabalho. Então é um trabalho muito difícil, muito importante e no final, ele se torna muito bonito. Porque independente do resultado que quer alcançar.

A gente conseguiu alcançar um resultado, de acordo com a estrutura que se tem para trabalhar. Então a gente se sente um pouco... eu me sinto muito valorizado em ter falado pela primeira vez com você. Ter participado do seu trabalho, do seu projeto. E fico muito feliz. Porque a gente não tem nenhum relato – pelo menos aqui dos coordenadores da Paraíba, eu faço parte de um grupo – e nenhum nunca relatou num trabalho desse aí que está sendo feito por vocês. Por você principalmente. Então eu não vejo isso. Então eu fico muito feliz. Vou passar para o pessoal da Paraíba o que aconteceu e o que eu pude colaborar. E me senti muito bem hoje com essa conversa. Foi uma conversa muito boa.

Assis - Líder comunitário

Então, agora nós estamos implantando aqui um projeto curioso, que faz parte do projeto Cidade do Sol, é o polo universitário, cursos de graduação e pós-graduação, mas nós estamos implantando o Centro de Terapias, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, com um respaldo maravilhoso, porque a universidade que nós estamos implantando aqui, ela tem curso superior, graduação de qualidade são terapias integrativas, é uma das raras universidades na região que pode oferecer isso. Então, os nossos terapeutas vão ser formados a nível universitário, o que significa que eles vão disputar lado a lado com um médico, que até hoje só os humilhou. Então, isso vai ser muito interessante, isso vai criar uma mentalidade muito diferente nesse aspecto. Mas nós estamos criando também ao lado da universidade, o centro de oportunidades laborais, geração de emprego e renda, voltado para a formação do empreendedor autônomo, que é o que nós sonhamos, porque não adianta formar

pessoas para ser empregada, a gente tem que formar pessoas para serem autônomas, isso é a grande meta. Então, nesse contexto, o projeto Cidade do Sol, ele se ilumina para partir para novos caminhos. Eu estou consciente que eu não estarei presente por muito tempo, da minha idade biológica, meu ciclo biológico, por mais que ele se estenda. Espero que um dia possa vir aqui em Camalaú-PB para agregar ao nosso projeto. Conseguimos depois de 50 anos de luta pela educação, com muitas vitórias e derrotas, durante uma pandemia, o nosso primeiro pólo universitário, firmamos uma parceria com a UNINTER. E é nesse contexto de abertura que nós inserimos o nosso trabalho, porque embora nós estejamos em uma comunidade perdida no anonimato das coisas pequenas, como eu gosto de dizer, aqui no interior da Paraíba, mas nós também somos gente, nós fazemos parte do processo evolutivo, nós somos parte desse projeto enorme que o planeta Terra faz parte.

É chegada a hora de “arrancar a peça”, o momento final, em que se corta o alinhavo que prende a renda ao papel riscado (IICA, 2017. p.76). Por inexperiência e em respeito aos saberes do povo nordestino que tanto me ensinou durante os encontros e compartilhamentos, o faço repassando adiante duas sabedorias, que sintetizam e dialogam com toda a teoria científica aqui apresentada de uma forma poética, que acredito eu, nenhuma escrita acadêmica conseguiria. A rendeira Maria de Odon traz o seguinte ensinamento: “Uma renda bem feita é aquela que dura muito, tem ponto firme, não tem muito nó, e o nó é seguro. Uma renda mal feita é a que tem pontos graúdos que ficam se soltando.” (IICA, 2017, p.76). Aplicada a essa pesquisa vemos que a renda seria a rede de Camalaú-PB que demonstrou ser composta por poucos nós, se levarmos em conta uma perspectiva de “gente de cidade grande”, mas, são nós seguros, pelo alinhavo da cooperatividade, horizontalidade, intersetorialidade, por ser uma

rede significativa (Sluzki, 1997). Os pontos graúdos são análogos aos políticos, referidos nas narrativas como componentes do Governo Federal e Estadual que são graúdos de poder, mas, que afrouxam em suas responsabilidades sociais, contribuindo para as fragilidades e por pontos soltos que encontramos em diversas redes em nosso país. A segunda sabedoria foi ensinada por Assis, o líder comunitário de Camalaú-PB:

Deus como a energia cósmica, Deus como a suprema força do universo, então eu entendo que nós... o universo, todo o universo, na verdade está em marcha para um processo de conscientização, nós estamos, nós seres, hoje seres humanos, na condição de seres humanos, estamos caminhando para algo grande, muito grande, que é assumir a plena consciência a respeito do nosso próprio poder dentro do universo. Um dia todos nós seremos deuses, todos nós seremos deuses, no sentido como se imagina os deuses, aqueles seres com muito poder e que estão agindo sobre a própria natureza, um dia nós seremos assim, é a nossa caminhada.

Esse saber é compatível com a visão de ser humano e de mundo no qual se esteia essa dissertação. Moreno (1997) nos apresenta uma perspectiva semelhante e encontrar com esse ensinamento pela sabedoria de um sertanejo foi télico, um encontro de mutualidades. Nos diz da composição cósmica, da natureza terrena e divina inerente ao humano, atravessado por potências que o tiram da subserviência em ser mera criação para ser também criador. Com essa energia que emana espontaneidade e criatividade, Moreno (1997) nos leva a ter respeito e afetividade pelos povos originários, pelo ecossistema, pela rede de vínculos que emergem do encontro télico. Gera sinergia (Rovere, 1999), valorização e escuta aberta aos saberes silenciados pelo poder (Santos, 2014). Podemos nos tornar deuses pela nossa

demasiada humanidade. Vimos isso na rede social de Camalaú-PB em toda a sua potência criadora, resistindo e forrozeando, diante de um mito do poder necropolítico.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter contato com a história de Camalaú-PB durante a pandemia, compreendê-las, mesmo com limitações, tornou possível compreender os impactos - sociais, na saúde, educação, cultura, economia e no fazer político da comunidade - provenientes da vivência de uma pandemia em um contexto de negacionismo pelo sertanejo nordestino. Acessei os sentidos, percepções, dificuldades e atos criativos desenvolvidos durante a construção das vias de sobrevivência. A realidade narrada por eles mostrou uma rede sociométrica (Moreno, 1992), correspondente à historicidade nordestina de sobrevivência a situações adversas, marcada pela coletividade, por redes significativas (Sluzki, 1997), por um capital social e humano solidário, que correspondem ao anseio de pertencimento do poder “contar com”. Revelaram uma rede forte, intersetorial com participação comunitária, de uma ecologia de saberes vasta e transbordante em cada ato (Santos, 2014, 2020). Deveras uma renascença traçada pelo princípio da vida, pelo imaginário do cuidado (Carreteiro, 2020) com saídas de lógica necropolítica tentacular, silenciando o “tá ok” pelos brados do “oxente”.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos. Não de maneira a fechar as questões, mas, por abrir novas e suscitar possibilidades outras a serem pesquisadas e compreendidas. Foi possível manter o compromisso com a relevância social, por ser uma pesquisa que se fez pelo compartilhar de uma história invisibilizada e por gerar reflexões críticas.

Uma questão não listada nos objetivos, mas que permeou minha trajetória e me foi feita de diversas formas por pessoas que acompanharam e/ou participaram do processo. O que essa pesquisa tem haver com o Programa de Psicologia Clínica e Cultura, principalmente a parte clínica, que é sua área de atuação? O ponto é que não concebo uma Psicologia descompromissada com a justiça social, facilitadora da opressão, que contribui para a colonização de afetos; que silencia narrativas de sujeitos e povos. A atuação clínica não pode ser alienada e distante do fazer político. O divórcio entre a Psicologia e o ente social gera invisibilidade, silenciamento, associação com propostas neoliberalistas de contenção e esfacelamento das subjetividades e das redes sociais.

Me alinho aqui novamente com o meu compromisso social e com Jacob L. Moreno que, em sua megalomania utópica, defende nada menos que a inclusão de toda a humanidade em seus cuidados. De acordo com suas palavras, em um dos volumes de sua obra que inspirou o subtítulo desta pesquisa ("Quem sobreviverá", volume 1), ele defende que: "*Um procedimento verdadeiramente terapêutico deve ter por objetivo toda a espécie humana*" (Moreno, 1992, p. 119). E assim procurei me colocar como aspirante a pesquisadora e na escrita deste trabalho.

REFERÊNCIAS

Agência Senado (2021) *União corta 90,5% de repasses para estados e municípios durante pandemia*. Retrieved from <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/02/uniao-corta-90-5-de-repasses-para-estados-e-municipios-durante-pandemia>.

Aos Fatos (2020). *Todas as declarações do Bolsonaro checadas*. Retrieved from <https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>.

Bernardes, M. P (2017) *Metodologia científica e psicodrama: porque escrever pode ser prazeroso!*. Florianópolis-SC: Tribo da ilha.

Biernath, A. (2020) *O que é isolamento vertical e por que essa não é uma boa ideia?* Veja Saúde, Retrieved from <https://saude.abril.com.br/medicina/o-que-e-isolamento-vertical/>.

Birman, J. (2020) *O trauma na pandemia do Coronavírus*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bolsonaro, J. M. (2019). *No NE, só vai receber verba quem apoiar o governo*. Correio Popular. Retrieved from https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/08/mundo/853984-no-ne-so-vai-receber-verba-qu-em-apoiar-governo.html.

BOURGUIGNON, J. A. (2001) *Concepção de rede intersetorial*. Retrieved from : <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>.

Brasil de Fato (2021) *Relembre as 7 vezes em que o governo Bolsonaro se espelhou no Brasil da ditadura militar*. Retrieved from <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/relembre-7-vezes-em-que-o-governo-bolsonaro-s-e-espelhou-no-brasil-da-ditadura-militar>.

Braun, V., & Clarke, V. (2006) *Using thematic analysis in psychology*. University of the West of England, pp. 77-101. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology.

Caldas S. T. (2021) *Mudanças climáticas, pandemia e saúde: para onde vamos?* Revista Unicamp: Grupo Ambiente e Sociedade. <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/ambiente-e-sociedade/mudancas-climaticas-pandemia-e-saude-para-onde-vamos>.

Carreteiro, T. C. (2020). Filiações, desfiliações sociopsíquicas e desamparos na pandemia: encontro com redes de apoio. In L.V. M. Guimarães, T.C. Carreteiro & J. R. Nasciutti (Eds.), *Janelas da Pandemia* (pp.447- 456). Belo Horizonte: Editora Instituto DH.

Retrieved from http://afipeasindical.org.br/content/uploads/2020/08/Janelas-da-Pandemia_e_book.pdf.

Carreteiro, T. C. (2020). *Pandemia: luta entre dois imaginários*. Caderno de Administração, Maringá, v.28, Ed.Esp., jun./2020 Retrieved from: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28iEdição E.53952>.

Carvalho, Rogério Carvalho, Ronaldo.; Zagni, R. M. (2020) *Em guerra e sem armas: A pandemia mundial e o desmonte das ciências no Brasil* CONFLUÊNCIAS, V. 22, n.2, Niterói/RJ, (pp. 106-129).

CEPEDISA (2021). *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil*. Boletim nº 10, São Paulo.

Coelho, A. C. F. & Conceição, M. I. G. (2021) *Exclusão sociodigital e desproteção de crianças, adolescentes e famílias em tempos de crise*. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 16(2), São João del-Reim (pp. 1-16).

Clementino M. L. M. (2019) *A atualidade e o ineditismo do consórcio nordeste*. Repositório do conhecimento do IPEA: boletim regional, urbano e ambiental. Retrieved from <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9702>.

CNN, (2021) *Bolsonaro e Faria citam repasses federais para saúde em meio à lotação de UTIs. Verba para os municípios*. Retrieved from <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-e-faria-citam-repasses-federais-para-saude-e-m-meio-a-lotacao-de-utis/>.

CNN, (2021) *Entenda a polêmica entre Bolsonaro e governadores sobre repasses da União*. Retrieved from <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-polemica-sobre-o-repasse-de-verba-da-uniao-a-os-estados/>.

Conselho Indigenista Missionário (2020)*Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2020*. Retrieved from <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>.

Consórcio Nordeste Subcomitê de Epidemiologia. (2020) *Pandemia da Covid-19 no Nordeste do Brasil: Situação Atual e Recomendações*. 1º Relatório: Comitê Científico.

Costa, P. H. A. & Mendes, K. T. (2020) *A morte como força produtiva no capitalismo*

brasileiro. Revista Fim do Mundo, nº 4, (pp. 87-109).

Costa, P. H. A. & Mendes, K. T. (2021) *Autocracia burguesa e bolsonarismo: um ensaio*. Marx e o Marxismo v.9, n.16, (pp.73-95).

Costa, R. da. (2005) *Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva*. Interface, Botucatu, v. 9, n. 17. Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>.

Duarte, R. (2021) *Teoria da imunidade de rebanho para Covid-19 funciona?* Portal PEBMED:https://pebmed.com.br/teoria-da-imunidade-de-rebanho-para-covid-19-funciona/?utm_source=artigoportal&utm_medium=copytext.

ENSP/Fiocruz (2019) Redes colaborativas em saúde – cooperação na formação de profissionais. In: *III Colóquio Latino-Americano de Formação em Saúde Pública*. <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/47826>.

Fleury, S. (2005) *Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública*. Administração em Diálogo, São Paulo, no 7 (pp. 77-89).

G1-MA, (2021) *Maranhão e Bahia acionam STF para que Bolsonaro remova postagens sobre repasses a estados*. Retrieved from <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/03/03/maranhao-e-bahia-acionam-stf-para-que-bolsonaro-remova-postagens-sobre-repasses-a-estados.ghtml>.

Gonçalves, A. S. Guará, I. M. F. R.. (2010) Redes de proteção social na comunidade. In: Guará, I. Maria F. R. *Redes de proteção social*. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Jornal Nexo (2022) *Bolsonaro defende ditadura militar e manda 'cala a boca' a STF*. Retrieved from <https://www.nexojournal.com.br/extra/2022/03/31/Bolsonaro-defende-ditadura-militar-e-manda-%E2%80%98cala-a-boca%E2%80%99-a-STF>.

Hu Y.; Sun J.; Dai Z.; Deng H.; Li X.; Huang Q.; Wu Y.; Sun L.; Xu, Y. (2020) *Prevalence and severity of corona virus disease 2019 (COVID-19): A systematic review and meta-analysis*. Journal of Clinical Virology, Department of Endocrinology, Zhongnan Hospital of Wuhan University, Elsevier, Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.jcv.2020.104371>

Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana. (2022) *Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*. Relatório do Instituto Socioambiental. Retrieved from <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>.

IBGE (2021) *Cidades e Estados: Camalauá*. Recuperado em julho 30, 2021 em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/camalau.html>.

IICA (2017) *Pontos e histórias: renda renascença e mulheres rendeiras*. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Salvador, Bahia. Retrieved from https://issuu.com/katiaozorio/docs/rendeiras_web.

Imperial College COVID-19 Response Team (2020) *Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand*. Report 9, Retrieved from DOI: <https://doi.org/10.25561/77482> (pp. 1 of 20).

Junqueira R. D. Prado, M. A. M. (2020) *A gestão ético-política da pandemia de covid-19 no Brasil: “grupo de risco” e normalização da catástrofe*. In L. V. M. Guimarães, T. C. Carreteiro & J. R. Nasciutti (Eds.), *Janelas da Pandemia*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH. Retrieved from http://afipeasindical.org.br/content/uploads/2020/08/Janelas-da-Pandemia_e_book.pdf.

Junqueira, L. P. (1999) Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. *Revista FEA – PUC-SP, São Paulo*, v. 1, (pp. 57-72).

Inojosa, R. M. (2001) *Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento com intersetorialidade*. Cadernos FUNDAP, n.22, (pp. 102-110). Retrieved from: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad22/dados/Inojosa.pdf>.

Kerr L. et al.(2020). COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. *Ciência & Saúde Coletiva*. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28642020>.

Mariano Sobrinho A. (1997) *Rio do Camará: A epopeia de mais de um século*. Paraíba: Ed. Lexia.

Marques, E. C. L. (2019) *Notas sobre redes, Estado e políticas públicas*. Cad. Saúde Pública. DOI: 10.1590/0102-311X00002318.

Mattos, F. A. M. (2006) *Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil*. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.7 n.3 http://www.dgz.org.br/jun06/Art_03.htm.

MAXQDA (2022). *Software for qualitative data analysis*. Version 12. Berlin: VERBI Software – Consult – Sozialforschung GmbH. Retrieved from: <http://www.maxqda.com/>.

Mbembe, A. (2016). *Necropolítica*. São Paulo, Arte & Ensaios: revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32.

Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.

Melo, M. H. S. da, Rodrigues, D. R.S.R., Conceição, M. I. G. (2015). *Avaliação de programas de prevenção e promoção em saúde mental*. In S. Murta, C. Leandro-França, K.

- Santos, & L. Polejack (Eds.), *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção*. Novo Hamburgo: Sinopsys, (pp. 168-191).
- Milanese, E. (2012). *Tratamento comunitário: manual de trabalho* (2a ed.). São Paulo: Instituto Empodera.
- Minhoto, L. D. Martins, C. E.. *As redes e o desenvolvimento social*. Cadernos Fundap, n. 22, p. 81-101, 2001. Retrieved from: www.abdl.org.br/287/as-redes-e-o-desenvolvimento-social.pdf.
- Molina González, J. L. (2005). *El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectiva*. Empiria: Revista de Metodología de las Ciencias Sociales, 71-105.
- Moreno, J.L. (1992) *Quem sobreviverá? Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama*. Goiânia: Dimensão.
- Moreno, J.L. (1997) *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix.
- Morin, E. (1990). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Moreno, J. L. (1992). *Quem sobreviverá? Fundamentos da Sociometria, Psicoterapia de Grupo e Sociodrama, volume 1*. Dimensão Editora.
- Morin, E. (2011). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Moura, J. da S., Oliveira, L. A. de S., & Santos, W. de M.(2019) *Intersetorialidade e Trabalho em Rede na Gestão das Políticas Sociais Brasileiras*. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Retrieved from http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1519_15195cca18a54e4e6.pdf.
- Pessoa, F. (2005). *Poesia completa de Alberto Caeiro*. Companhia das Letras.
- Pinho, G. S. A. Ribeiro, H. B. A. (2010) *Intersetorialidade: Por que não dá certo? - As políticas públicas e seus desencontros*. Polêm!ca, v. 9, n. 1, (p. 14 – 27).
- Rovere, M. R. (1999). *Redes En Salud; Un Nuevo Paradigma para el abordaje de las organizaciones y la comunidad*, Rosario: Ed. Secretaría de Salud Pública/AMR, Instituto Lazarte.
- Sanicola, L. (2008) *As dinâmicas de rede e o trabalho social*. São Paulo: Veras Editora.
- Sanar Saúde (2020). *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. Retrieved from <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>.
- Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina.
- Santos, B. S. (2014). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos Estudos - Cebrap, São Paulo, n. 79, (p.71-94).

Silva, A. C. S. da, & Alberto, M.de F. P. (2019). Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358>.

Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. Casa do Psicólogo.

Sousa Filho, A. (2012). Por uma teoria construcionista crítica. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 1(1). Retrieved from https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art02_sfilho.pdf

Sturmberg, J., Paul, E., Damme, W. V.; Ridde, V. Brown, G.W., & Kalk, A. (2021). The danger of the single storyline obfuscating the complexities of managing SARS-CoV-2/COVID-19. *Journal of Evaluation Clinical Practice*, 25. DOI: 10.1111/jep.13640. (pp. 1-14).

Teodoro, L. C. de A. (2020) *Ideário Neoliberal E As Fragilidades Das Políticas Públicas: A Incapacidade Do Governo Brasileiro De Enfrentar Da Pandemia Do Covid-19*. Revista Eletrônica Norte Mineira de Direito – Erga Omnes, Mato Verde/MG

UOL (2021) *Bolsonaro aciona STF para não financiar internet de alunos e professores*. Retrieved from <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/07/06/bolsonaro-aciona-stf-para-nao-financiar-internet-de-alunos-e-professores.htm>.

UOL (2021) *Governadores contestam dados de Bolsonaro sobre repasse e apontam distorção*. Retrieved from <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/01/governadores-contestam-bolsonaro-por-dados-sobre-repasse.htm>

UOL (2022) *Bolsonaro, sobre o golpe de 1964: Sem ditadura, 'seríamos uma republiqueta'*. Retrieved from <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm>

Vinuto, J. (2014). *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. *Temáticas*, 22(44), (pp. 203–220). Retrieved from <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Werneck, G. L., Bahia, L., Moreira, J. P. L., & Scheffer, M. (202). *Mortes Evitáveis por COVID-19 no Brasil*. Idec/Oxfam Brasil, São Paulo. Retrieved from http://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf

Xakriabá C. (2020). A cura não estará apenas no princípio ativo, mas também no ativar de

ossos princípios de humanidade. In L.V. M. Guimarães, T. C. Carreiro & J. R. Nasciutti (Eds.), *Janelas da Pandemia*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH. Retrieved from http://afipeasindical.org.br/content/uploads/2020/08/Janelas-da-Pandemia_e_book.pdf.

Xavier, D. R., Silva, E. L., Lara, F. A., Silva, G., Oliveira, M., Gurgel, M., & Barcelos, C. (2022) *Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of COVID-19 outcomes in Brazil: A population-based study*. The Lancet Regional Health - Americas, Elsevier, <https://doi.org/10.1016/j>.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. São Paulo: Bookman.

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Entrevistas semi estruturadas individuais com representantes da rede social e comunitária

Você está convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Pandemia no Brasil, negacionismo e resistência: Quem sobreviverá? O caso de Camalaú-PB”, sob a responsabilidade da pesquisadora Kathia Priscila Pereira Neves – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo geral desta pesquisa é mapear e analisar as redes sócio-comunitárias do município de Camalaú-PB e as ações de enfrentamento da situação pandêmica ocasionada pela COVID-19.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, arquivos em áudio ou vídeo, filmagens, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa em arquivo digital, com acesso restrito por senha, por prazo mínimo de cinco anos.

Este TCLE se refere a sua participação na etapa das entrevistas semi estruturadas (presencial e/ou on-line), podendo ocorrer em dois encontros. A entrevista realizada remotamente acontecerá pela plataforma virtual *MEET*. O *link* para o acesso será enviado por e-mail, de forma individualizada, para preservar o caráter sigiloso do contato. Quanto ao suporte para acessar e manejar o sistema, este será prestado pela pesquisadora antes, durante e depois dos encontros. A modalidade presencial seguirá os parâmetros de segurança da Organização Mundial de Saúde (OMS) e legislações nacionais pertinentes de prevenção a COVID-19.

Ao longo de sua participação, os temas abordados podem ser mobilizadores gerando algum desconforto ou riscos emocionais e psicológicos. Assim, caso estes riscos ou desconfortos sejam observados ou relatados, será oferecido suporte emocional por meio de encaminhamento para atendimento individualizado. Os riscos de pesquisa em ambiente virtual são mínimos, tendo em vista, que a condução da pesquisadora responsável do processo respeitará as Resoluções nº 010/05 e 004/20 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), as quais tratam sobre atendimento remoto. A escolha da plataforma MEET leva em consideração o mecanismo de proteção de dados por criptografia de ponta a ponta.

Espera-se como benefícios desta pesquisa: gerar um espaço de escuta, reflexão e compartilhamento que contribuam para o bem-estar de cada participante em seu papel social; ampliação do conhecimento das potências inerentes a rede social e aos serviços pelos participantes; compartilhamento das dificuldades, das ações de resistência e enfrentamento a pandemia, vivenciadas no cotidiano político e comunitário, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos sociais; maior mobilização das redes diante das demandas sociais; gerar senso de colaboração na construção de conhecimento científico sobre o tema pesquisado neste projeto.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer prejuízo ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode me contatar por meio do telefone (61 98100-4008) em horário comercial ou pelo e-mail: kathiaprisilla@gmail.com.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um encontro grupal on-line, onde será realizada a devolutiva, de forma dinâmica e com a implicação de todos. O resultado escrito também será compartilhado.

Caso concorde em participar, assine abaixo. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de 20__.

ANEXO B

Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa

Eu, _____ (nome do participante), autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado “Pandemia no Brasil, negacionismo e resistência: Quem sobreviverá? O caso de Camalaú-PB” sob a responsabilidade da pesquisadora Kathia Priscila Pereira Neves, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB).

Minha imagem e som de voz podem ser utilizados para análise dos dados da pesquisa por parte da equipe de pesquisadores. Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, exceto nas atividades de análise vinculadas à pesquisa explicitada acima. Fui informado(a) que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Nome e Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de 20__.

ANEXO C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- 1) Me conte a sua história de vivência da pandemia completando a seguinte frase. Era uma vez....
- 2) Identifique e descreva um momento marcante para você na pandemia?
- 3) Como você percebe a forma que o governo Federal lidou com a pandemia?
- 4) Como você percebe a forma que o governo Estadual lidou com a pandemia?

- 5) O que tem a dizer sobre a assistência do governo de Camalaú-PB?
- 6) Como você vê a maneira que Camalaú enfrentou os desafios advindos da pandemia?
- 7) O que, na sua opinião, poderia ter sido feito pelos representantes de Camalaú diante da pandemia e das dificuldades da comunidade?
- 8) O que tem a dizer sobre a assistência comunitária das associações?
- 9) Com que pessoas você pode contar com suporte para obter ajuda material, física, psicológica, social?
- 10) Quais foram as ajudas recebidas? Qual a história desse momento?
- 11) O que você diria para a próxima geração sobre viver uma pandemia?
- 12) Quais foram os aprendizados que teve graças ao atual momento?
- 13) Nesse período, houve algum espaço virtual, presencial em que pessoas ligadas a serviços, comunidade ou órgãos se reunissem para pensar estratégias para enfrentar a crise pandêmica e/ou social, econômica?
- 14) Você conseguiria dizer que estratégias foram mais importantes para o enfrentamento da crise pandêmica e/ou social, econômica até o momento?
- 15) Quais as maiores barreiras/dificultadores para o enfrentamento da crise pandêmica e/ou social, econômica até o momento?

ANEXO D

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pandemia no Brasil, negacionismo e resistência: Quem sobreviverá? O caso de Camalaú-PB

Pesquisador: KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52464121.2.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.084.037

Apresentação do Projeto:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 22 de Outubro de 2021.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 22 de Outubro de 2021.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 22 de Outubro de 2021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 22 de Outubro de 2021.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 22 de Outubro de 2021.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.084.037

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A Pesquisadora apresentou a Carta de Encaminhamento que estava pendente. Desta forma, o projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1835801.pdf	22/10/2021 21:27:27		Aceito
Outros	CARTEENCAMINHAMENTOCOMITEEETICA.pdf	22/10/2021 21:27:06	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Outros	AnexoCartaderevisaoetica.pdf	08/10/2021 01:51:06	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Outros	Lattespesquisadora.pdf	08/10/2021 01:47:21	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Outros	Lattesorientadora.pdf	08/10/2021 01:47:00	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	08/10/2021 01:46:35	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetomestradoCAMALAU.pdf	08/10/2021 01:46:10	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AnexoBTCLEgrupos.pdf	08/10/2021 01:45:09	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AnexoATCLEentrevistas.pdf	08/10/2021 01:44:21	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	02/10/2021 22:19:16	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Outros	AnexoHformuláriodeavaliacaodoencontrogrupal.pdf	02/10/2021 22:18:36	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Outros	AnexoGroteiroparaentrevistasemiestruturadadeaprofundamento.pdf	02/10/2021 00:54:26	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
Outros	AnexoFroteirodeentrevistasemiestruturadainicial.pdf	02/10/2021 00:54:04	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	AnexoCartadejustificativadeaceiteinstitucional.pdf	02/10/2021 00:48:28	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 5.084.037

Justificativa de Ausência	AnexoEcartadejustificativadeaceiteinstitucional.pdf	02/10/2021 00:48:28	KATHIA PRISCILA PEREIRA NEVES	Aceito
---------------------------	---	------------------------	-------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 07 de Novembro de 2021

Assinado por:

MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO
(Coordenador(a))